ANTÍTESES
EDITORA

HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

HOMENAGEM AOS 20 ANOS DO PPGHIS/UFES

Belchior Monteiro Lima Neto
Edjalma Nepomoceno Pina
João Carlos Furlani
Luiz Fernando Soares Pereira
(organizadores)

HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

HOMENAGEM AOS 20 ANOS DO PPGHIS/UFES

ANTÍTESES EDITORA

Distribuição em:
https://historia.Ufes.br/
https://linktr.ee/epghis

Contato: epghis.ufes@gmail.com
Vitória, ES, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Belchior Monteiro Lima Neto - Universidade Federal do Espírito Santo
Hugo Ricardo Merlo - Adam Mickiewicz University
João Carlos Furlani - Universidade Federal do Espírito Santo
Julia Freire Perini - Universidade Federal do Espírito Santo
Julio Bentivoglio - Universidade Federal do Espírito Santo
Marcelo Durão Rodrigues da Cunha - Instituto Federal do Espírito Santo
Pablo Ornelas - Universidade Vila Velha
Rodrigo Patto Sá Motta - Universidade Federal de Minas Gerais

Belchior Monteiro Lima Neto
Edjalma Nepomoceno Pina
João Carlos Furlani
Luiz Fernando Soares Pereira
(Organizadores)

HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

HOMENAGEM AOS 20 ANOS DO PPGHIS/UFES

ANTÍTESES
EDITORA

© 2024 Belchior Monteiro Lima Neto; Edjalma Nepomoceno Pina;
João Carlos Furlani; Luiz Fernando Soares Pereira
(organizadores)

© 2024 Antíteses Editora

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui violação da LDA nº 9.610/98.

Revisão e normas
Iana Lima Cordeiro

Projeto gráfico e editoração
Edjalma Nepomoceno Pina

Capa
Edjalma Nepomoceno Pina e João Carlos Furlani

Imagem de capa
Fotografia estilizada do Edifício Wallace Corradi Vianna, localizado no Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, *campus* Goiabeiras, Vitória/ES.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732 História social das relações políticas: homenagem aos 20 anos do PPGHis/Ufes / organizadores: Belchior Monteiro Lima Neto, Edjalma Nepomoceno Pina, João Carlos Furlani, Luiz Fernando Soares Pereira. – Vitória: Antíteses, 2024.

190 p. ; il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-83142-02-3

1. História Social. 2. Relações Políticas. 3. Política – Brasil. 4. PPGHis/Ufes – História. I. Lima Neto, Belchior Monteiro. II. Pina, Edjalma Nepomoceno. III. Furlani, João Carlos. IV. Pereira, Luiz Fernando Soares.

CDU: 93(94)
CDD: CDU 321.01:94(81)

PREFÁCIO

A obra que o leitor tem em mãos é fruto de duas iniciativas de grande importância, que se uniram para a produção deste livro. Inicialmente, o projeto seria uma coletânea dos textos apresentados no I Encontro de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), evento organizado pelos discentes do PPGHis/Ufes. Contudo, o livro tomou novas formas, motivado também pelo desejo de celebrar os primeiros vinte anos da criação do Programa de Pós-Graduação em História da Ufes – uma comemoração justa e merecida, que marca duas décadas de produção intelectual de alta relevância.

Os textos aqui reunidos refletem a diversidade temporal, geográfica e metodológica que caracteriza a produção acadêmica do programa. As pesquisas abrangem diferentes períodos históricos, desde a Antiguidade até períodos contemporâneos, com abordagens que transitam por múltiplos espaços geográficos, como o Brasil, América e Europa. Essa amplitude também se expressa nas metodologias e abordagens teóricas empregadas – da história oral aos estudos de historiografia –, aplicadas a uma vasta gama de objetos de estudo, incluindo cultura escrita, anticomunismo, doenças, religião, revoluções e arte.

O livro tem, portanto, um significado que vai além da celebração simbólica dos 20 anos do PPGHis/Ufes. Ele é, também, uma manifestação da diversificação e amadurecimento da historiografia brasileira contemporânea. Essa produção, que antes se concentrava predominantemente nas universidades

tradicionais, hoje se expande para outros centros de excelência, como o PPGHis/Ufes, refletindo um cenário acadêmico mais plural e dinâmico.

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta
Universidade Federal de Minas Gerais

APRESENTAÇÃO

Este livro celebra as duas décadas de existência do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), um espaço acadêmico comprometido com a formação intelectual de mestres e doutores, e com a produção historiográfica de qualidade. Como parte dessa homenagem, trazemos ao público uma coletânea de textos que destacam a trajetória deste programa e sua relevante contribuição à historiografia brasileira nos últimos 20 anos.

A área de concentração do PPGHis, História Social das Relações Políticas, que também dá nome a esta coletânea, reflete a diversidade de objetos de estudo e enfoques teóricos que buscam compreender as interações de cooperação, conflito e oposição entre indivíduos e grupos sociais. A História Social das Relações Políticas pode ser definida como uma abordagem historiográfica que analisa as dinâmicas de poder não apenas nas instituições formais e entre elites, mas também nas relações cotidianas, envolvendo camadas populares, diferentes grupos sociais e contextos culturais variados ao longo do tempo.

Essa perspectiva amplia o conceito de política ao considerar as relações de poder em diversos âmbitos da vida social, incluindo esferas como gênero, classe, etnia, família, cultura e religião. Diferentemente da história política tradicional, que se foca em eventos como guerras e tratados ou na atuação de líderes e instituições estatais, a História Social das Relações Políticas investiga como o poder é exercido, distribuído e contestado no cotidiano das sociedades, abrangendo múltiplos recortes cronológicos e espaciais. Essa

abordagem permite compreender como práticas e relações informais moldam e são moldadas pelas estruturas políticas e sociais.

Os capítulos que integram este livro dialogam diretamente com essas questões, apresentando estudos que ilustram as variadas formas pelas quais as relações políticas impactam a construção das sociedades ao longo da história. Os autores foram convidados a contribuir de duas maneiras: ou apresentando reflexões sobre o histórico e as principais questões dos grupos de pesquisa e laboratórios em que atuam, ou trazendo estudos de caso que exemplificam como seus grupos operam dentro da historiografia. Dessa forma, a obra foi organizada em duas seções.

A primeira seção, seguindo a lógica acima, oferece ao leitor uma imersão na trajetória do PPGHis, desde os seus primórdios, com a idealização do programa, a definição das linhas de pesquisa, até a aprovação e formação da primeira turma de mestrado, em 2003. Apresenta também a configuração atual do programa, os laboratórios e grupos de pesquisa, destacando as perspectivas para os próximos anos e as linhas de investigação que têm se destacado pela diversidade metodológica e interdisciplinaridade, com foco nas relações de poder em diferentes contextos históricos.

Na segunda seção, são apresentados estudos de caso, debates historiográficos e abordagens analíticas desenvolvidas pelos pesquisadores vinculados ao programa e aos laboratórios de pesquisa. Esses estudos exemplificam o caráter inovador das investigações realizadas no âmbito do PPGHis, abordando temas como poder, resistência, identidades sociais, dinâmicas culturais e políticas institucionais.

Uma vez que os capítulos compõem seções distintas, não foi possível descrever detalhadamente todos os laboratórios de pesquisa nem abarcar a totalidade dos estudos em andamento. Apesar disso, cumpre ressaltar que, atualmente, o PPGHis abriga 13 laboratórios de pesquisa, cujas investigações se concentram em uma ampla gama de temas relacionados ao poder e suas múltiplas manifestações políticas e sociais. São eles: Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (PEGPV), Laboratório de Estudos de História Política e das Ideias (LEHPI), Laboratório de Estudos sobre o Império Romano

(LEIR), Laboratório de História, Poder e Linguagem (LHPL), Laboratório de História das Interações Políticas Institucionais (LHIPI), Laboratório de Estudos e Movimentos Migratórios (LEMM), Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS), Laboratório de Estudos Tardo-Antigos, Medievais e Ibéricos/Sefaradis (LETAMIS), Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES), Fronteiras Interdisciplinares da Antiguidade e suas Representações (LIMES), Laboratório Saberes e Sabores: História da Alimentação e das Práticas de Cura, Laboratório de Estudos em Tempo Presente (LabTempo) e Laboratório de Estudos Medievais: *Repertorium*.

Em suma, esta coletânea busca não apenas prestar homenagem ao percurso acadêmico do PPGHis/Ufes, mas também fomentar um diálogo crítico sobre os futuros caminhos da pesquisa histórica. Esperamos que esta obra contribua significativamente para o aprofundamento das reflexões sobre o papel das relações políticas na formação e transformação das sociedades ao longo do tempo

Vitória, 2024
Os organizadores

SUMÁRIO

SEÇÃO I
PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO PPGHIS/UFES

13 A criação do Programa de Pós-Graduação em História da Ufes: relato de uma experiência vitoriosa
Gilvan Ventura da Silva

20 O Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHis/Ufes): 20 anos e além
Belchior Monteiro Lima Neto

26 Perspectivas para um Programa de Pós-Graduação: entrevista com Julio Bentivoglio

37 O estudo da Antiguidade Clássica e Tardia no Brasil: a contribuição do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES)
João Carlos Furlani

47 A produção historiográfica sobre a História das Doenças no Espírito Santo: a contribuição do PPGHis/Ufes (2002-2024)
Sebastião Pimentel Franco

65 O Laboratório de História, Poder e Linguagens: sua trajetória e importância para a consolidação do estudo da história dos impressos e da cultura escrita
Karulliny Silverol Siqueira

84 O Laboratório de Estudos do Movimento Migratório do Espírito Santo (LEMM): a construção histórica, sociocultural e política das identidades do e no Espírito Santo a partir da História Oral
Maria Cristina Dadalto, Guilherme Borges da Silva e Tiago de Araujo Camillo

91 O PPGHis/Ufes e o incremento das pesquisas sobre História do Espírito Santo
Ueber José de Oliveira

100 História do Laboratório de Estudos Tardo-Antigos e Medievais Ibéricos/Sefaradis (Letamis-Ufes)
Sergio Alberto Feldman e Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira

SEÇÃO II
DISCUSSÕES HISTORIOGRÁFICAS E OBJETOS DE ANÁLISE

111 As audiências episcopais e o bispo-juiz na Antiguidade Tardia e na Primeira Idade Média: arbitragem e mediação em casos cotidianos como alcance da justiça aos subalternos
Érica Cristhyane Morais da Silva

122 A historiografia da Revolução Inglesa revisitada
Josemar Machado de Oliveira

139 Sobre a Revolução Inglesa seiscentista: reflexões historiográficas, revisionismos e usos do conceito
Patrícia M. S. Merlo e Eduardo Gomes Molulo Moisés

157 "Palavras verdes": o vocabulário anticomunista nos panfletos da Ação Integralista Brasileira do acervo do DEOPS/RJ (1932-1937)
Pedro Ernesto Fagundes

171 A contribuição de artistas latino-americanas à arte conceitual em três proposições de natureza político-crítica
Almerinda da Silva Lopes

Seção I

Passado, presente e futuro do PPGHis/Ufes

A *criação do Programa de Pós-Graduação em História da Ufes:*

relato de uma experiência vitoriosa

Gilvan Ventura da Silva[1]

Embora a fundação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) tenha ocorrido em 1954, a criação do curso de licenciatura em História é anterior a esse acontecimento, pois remonta a 1951, quando, sob o governo de Jones Santos Neves, decidiu-se incentivar a formação de professores no estado com o objetivo de atender a uma demanda crescente de alunos matriculados na Educação Básica, o que exigia, por óbvio, o investimento nas licenciaturas. A graduação em História, concebida originalmente como geminada à de Geografia, foi autorizada, em 1953, a diplomar a primeira turma, tendo obtido seu reconhecimento definitivo em 1956, quando passou a existir em caráter autônomo, não mais unida à Geografia. Durante décadas, a habilitação ofertada pelo Departamento de História foi a licenciatura, até que, em 1980, foi criado o bacharelado, que seria extinto em 2018, por recomendação do Ministério da Educação. Por anos a fio, o curso de História da Ufes manteve-se comprometido com o ensino de primeiro e segundo graus, na medida em que seu corpo docente não reunia as condições necessárias para investir na pós-graduação, o que, por sua vez, impactava diretamente a prática de pesquisa. Não que os professores

1 Professor Titular de História Antiga da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutor em História pela Universidade de São Paulo, bolsista produtividade 1-C do CNPq e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). Atualmente, executa o projeto *Os desafios da gestão pública na cidade pós-clássica: as transformações na governança de Antioquia* (354-397 d.C.).

que então integravam o Departamento se mostrassem alheios à produção do conhecimento histórico, muito pelo contrário, pois vários deles, ao obterem o título de mestre, produziram trabalhos absolutamente relevantes para a construção da historiografia capixaba.

O que não havia, no entanto, era um corpo docente com qualificação acadêmica necessária para implantar a pós-graduação. A esse respeito, é significativo o fato de que, no início da década de 1990, o Departamento de História, composto por cerca de 20 docentes, contasse apenas com uma doutora em atividade e outra cursando o doutorado, sendo os demais mestres ou especialistas. Por esse motivo, faltava ao curso uma inserção orgânica e contínua no campo da pesquisa historiográfica, carência que começava aos poucos a ser suprida mediante a organização dos Simpósios de História, evento que teve início nos anos 1980, e a fundação, em 1990, da *Revista de História da Ufes*.

Desse modo, no início da década de 1990, os docentes que integravam o Departamento de História já tinham ciência da necessidade de se equipar o curso com uma infraestrutura de pesquisa mais robusta, a exemplo do que acontecia em diversas outras universidades, em especial aquelas situadas no Sul e no Sudeste, razão pela qual começaram a implementar diversas iniciativas nesse sentido, ainda que de modo um tanto quanto incipiente. Esse movimento, todavia, foi acelerado por um fato de natureza eminentemente política: a eleição, em 1989, de Fernando Collor de Mello, presidente cuja plataforma de governo era marcada por uma profunda inclinação reformista, o que traria importantes consequências para o funcionalismo público, pois, na ocasião, todos os servidores que possuíam condições de se aposentar, assim o fizeram.

Do ponto de vista do Departamento de História da Ufes, o saldo foi que, entre 1990 e 1992, cerca de metade dos docentes se aposentou, o que exigiu a abertura de concurso público para suprir a incontornável carência de professores, de maneira que, no intervalo de apenas dois anos, o Departamento recebeu nove docentes recém-contratados, a maioria formada por jovens profissionais que já cursavam o mestrado e chegavam à universidade imbuídos da firme disposição de logo obterem o doutoramento, o que permitiria não apenas a melhoria da graduação, mas também a oferta da pós-graduação

stricto sensu, ou seja, o mestrado e o doutorado. Antes, no entanto, era necessário tomar uma série de medidas a fim de "preparar o terreno", o que consumiu nada menos do que uma década de trabalho árduo.

Em primeiro lugar, urgia empreender a reforma do currículo da graduação, marcado por um excessivo economicismo, herança das décadas anteriores, nas quais a História Econômica, mais ou menos confundida com a História Social, havia gozado de ampla receptividade nos meios acadêmicos. No início da década de 1990, contudo, a situação era outra, pois começava a se afirmar o paradigma da História Cultural, o que exigia a reformulação da grade de disciplinas no sentido de produzir um *aggiornamento* do curso, o que foi feito às custas de inúmeras discussões, por vezes bastante acaloradas. Outro aspecto que requeria cuidado era a criação das áreas de especialização acadêmica, uma vez que até então o curso apresentava uma vocação claramente generalista, como comprovava a inexistência, nos seus quadros, de profissionais qualificados, por exemplo, em História Antiga, História Medieval, História da América ou Teoria da História.

Ao se fundar as áreas de conhecimento, o que deu ensejo à primeira alocação de docentes, foi firmado o compromisso de que doravante os concursos públicos para provimento de novas vagas obedeceriam às exigências das respectivas áreas. Outra iniciativa relevante foi a retomada do Simpósio de História, evento que havia sido descontinuado, de maneira que, logo em 1993, ocorreu a nona edição, cujo tema foi "História, ideologias e mentalidades", assunto que se encontrava na ordem do dia. Dois anos depois, em 1995, temos a retomada da publicação da *Revista de História*, que, em 2000, foi renomeada para *Dimensões*, *Revista de História*. Ainda nesse mesmo ano, deu-se a aprovação, pelo Departamento de História, de um plano de aceleração da formação docente segundo o qual os professores que ingressassem no PICDT, programa de incentivo à capacitação dos profissionais do ensino superior gerido pela Capes, fariam jus a apenas três anos de afastamento para cursar o doutorado, em lugar de quatro anos, como de praxe. A meta era clara: permitir que uma quantidade maior de docentes, num período menor de tempo, obtivesse o doutorado, condição *sine qua non* para a criação do mestrado. Por essa mesma época, havia uma forte pressão para que os professores das redes

pública e privada do ES obtivessem uma melhor qualificação profissional, pois apenas a licenciatura não era mais considerada suficiente para distinguir um bom professor, o que levou o Departamento, decorridos mais de quarenta anos da sua fundação, a ofertar o primeiro curso de especialização *lato sensu* em Teoria da História, experiência que contou inclusive com apoio da Capes por meio de uma linha de financiamento hoje extinta. Vale a pena mencionar que essa iniciativa somente foi possível na medida em que os docentes recém-contratados já eram portadores do título de mestre. Ao se unirem aos antigos professores do Departamento que haviam cursado o mestrado, alcançou-se, enfim, o contingente mínimo para garantir a implantação do *lato sensu*.

Em 1995, com a oferta regular de cursos de especialização *lato sensu*, o Departamento de História inaugurava suas atividades no âmbito da pós-graduação. Nos anos seguintes, o curso funcionou como um "laboratório" tanto para os professores quanto para os alunos. De fato, enquanto os primeiros exercitavam a prática de orientação, os segundos, com suas monografias de fim de curso, formavam massa crítica para os trabalhos de investigação que, no futuro, seriam aprofundados com a criação do mestrado. Nesse ínterim, o plano de aceleração da capacitação docente, então em curso, começava a surtir os efeitos desejados, de maneira que o Departamento de História passou a dispor, nos anos seguintes, de uma quantidade crescente de doutores. Estimulados pelo sucesso de todas essas iniciativas, os docentes decidiram, em 1999, apresentar à Capes o primeiro projeto de abertura do mestrado, tendo como área de concentração a História Social. Infelizmente (ou felizmente, talvez), a proposta foi denegada devido a diversas inconsistências.

A primeira e mais relevante era o caráter genérico e pouco criativo da área de concentração, já praticada por outros programas país afora. A segunda era a quantidade ainda reduzida de doutores com formação específica em História. Diante da negativa, o projeto foi refeito e, nos anos seguintes (2000, 2001 e 2002), insistiu-se na sua reapresentação à Capes. No decurso desse processo, foi-se definindo com maior precisão as linhas de pesquisa, refinando as disciplinas e ementas, qualificando o corpo docente e, o mais importante, construindo a área de concentração mediante o escrutínio dos projetos de pesquisa em andamento e muito diálogo com os colegas. *Pari*

passu, o Departamento começava a se apresentar no cenário nacional, o que culminou com a visita, em 2002, dos consultores da Capes, Antônio Guerreiro, da Universidade Federal da Bahia, e Estevão Chaves de Rezende Martins, da Universidade de Brasília, que vieram à Ufes com a incumbência de verificar *in loco* se a instituição reunia as condições exigidas para que o mestrado fosse autorizado a funcionar, o que se confirmou.

Embora a abertura do curso tenha sido uma experiência longa e sofrida, demandando muitas horas de dedicação e algum aborrecimento, no final logramos êxito, pois obtivemos autorização para abrir, em 2003, o mestrado em História Social das Relações Políticas, que comportava duas linhas de pesquisa: *Estado e Políticas Públicas* e *Sociedade e Movimentos Políticos*. O primeiro coordenador do Programa foi o saudoso colega Valter Pires Pereira, um aguerrido defensor do ensino público e um profundo conhecedor da História do Brasil, de quem tive a felicidade de ser coordenador adjunto. Na oportunidade, o programa contava, além de Valter e de mim mesmo, com mais dez docentes, os fundadores do PPGHis: Antonio Carlos Amador Gil, Adriana Pereira Campos, Carlos Vinícius Costa de Mendonça, Geraldo Antonio Soares, Márcia Barros Ferreira Rodrigues, Maria Beatriz Nader, Maria da Penha Smarzaro Siqueira, Nara Saletto da Costa, Ricardo Luiz Silveira da Costa e Sebastião Pimentel Franco.

Em virtude da implantação do mestrado, o curso de História da Ufes, após meio século de existência, migrava para outro patamar: o de formador de recursos humanos com qualificação tanto para executar projetos de pesquisa em caráter profissional quanto para atuar com competência no sistema de ensino fundamental, médio e superior. O que se viu, na sequência, foi a transformação de uma semente numa árvore, pois, sem falsa modéstia, o Programa de Pós-Graduação em História foi responsável por inaugurar aquilo que poderíamos definir como a *historiografia capixaba*, expressão que deve ser tomada de modo abrangente, a fim de incluir não apenas os trabalhos de investigação sobre a História do Espírito Santo, que sempre constituíram o esteio do PPGHis, mas também aqueles relativos a outras áreas de conhecimento – Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, América, Teoria e Metodologia e, mais recentemente, África – executados por docentes e discentes do Programa, muitos deles com

financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), uma valiosa parceira em todos esses anos. No que se refere à História do Espírito Santo propriamente dita, o saldo intelectual foi imenso, pois, em pouco tempo, tivemos a multiplicação de estudos sobre aspectos da sociedade capixaba, da época colonial à contemporaneidade, nunca antes iluminados ou tratados com a devida atenção.

Vencida a etapa inicial, a da criação do mestrado, a tarefa ainda não se encontrava totalmente cumprida, pois restava a etapa definitiva para a consolidação da pesquisa em História na Ufes: a implantação do doutorado. Para tanto, era necessário, por um lado, alavancar a produção intelectual do Programa e, por outro, investir no intercâmbio internacional. Para atingir o primeiro objetivo, os docentes do PPGHis dedicaram-se com afinco à publicação de livros autorais e coletâneas, contando tanto com o apoio da Edufes quanto com a generosidade de Miguel Marvilla, que colocou sua editora, a Flor&Cultura, a serviço do mestrado, do qual foi um dos primeiros alunos. Com o propósito de estimular a produção dos discentes, foi criada, em 2005, a revista *Ágora*, voltada para os alunos de pós-graduação, que vinha se somar a *Dimensões* como mais um periódico mantido pelo PPGHis. Já no que dizia respeito à internacionalização, quesito indispensável para a implantação do doutorado, foi determinante o convênio firmado pelo Programa, em 2005, com o Laboratório de Análise Comparada dos Poderes da Université Marne-La-Vallée, mais tarde renomeada como Université Paris-Est, o que resultou, por um lado, no credenciamento do Prof. Michael Soubbotnik como docente permanente do PPGHis e, por outro, na conversão do antigo Simpósio de História num congresso de alcance internacional, quando então o Programa experimentou insólita visibilidade. Na sequência, o congresso recebeu a adesão de uma nova parceira, a Universidade do Minho, o que consolidava o processo de internacionalização da pós-graduação, de maneira que, em 2011, por ocasião do III Congresso Internacional, *História*, *Poderes*, *Identidades*, entre participantes e ouvintes nacionais e estrangeiros, foram registradas cerca de mil inscrições, um autêntico recorde.

Todo o trabalho realizado ao longo da década de 2000 rendeu bons frutos, pois, em 2010, o Programa foi promovido de 3 para 4, o que autorizava

os docentes a encaminharem à agência o projeto de abertura do curso de doutorado. Na oportunidade, recebemos a visita da coordenadora da área de História na Capes, profª. Raquel Glezer, da Universidade de São Paulo, que gentilmente nos orientou sobre como deveríamos proceder em termos administrativos. Em virtude da *expertise* acumulada durante a elaboração dos projetos de mestrado e das conquistas que o curso havia obtido desde 2003, foi possível elaborar um projeto do doutorado bastante consistente, o que resultou na sua imediata aprovação, de maneira, que, em 2011, demos início à oferta do curso. Ato contínuo, foi criada uma terceira linha de pesquisa, *Representações e Ideias Políticas*. De lá para cá, o Programa experimentou um crescimento surpreendente, com a instalação de diversos laboratórios de pesquisa, a captação regular, pelos docentes, de recursos, para a execução de seus respectivos projetos e a proliferação dos colóquios, congressos e simpósios, que se tornaram cada vez mais especializados. O reconhecimento formal de toda essa trajetória ocorreu em 2017, quando o Programa alcançou a nota 5 na Avaliação Quadrienal da Capes, o que certificava sua excelência, ao mesmo tempo em que abria a perspectiva de promoção para o 6, meta que, acreditamos, possa ser alcançada num futuro próximo.

Para concluir esse breve relato referente à fundação do Programa de Pós-Graduação em História da Ufes, não poderíamos deixar de lembrar e ao mesmo tempo agradecer aos colegas que, desde o início, estiveram conosco nessa jornada. Sem o apoio deles, com certeza teria sido muito mais difícil implantar e consolidar os cursos de mestrado e doutorado, pelo que lhes tributamos a mais profunda gratidão: Janaína Amado (UnB), Ida Lewkowicz (Unesp/Franca), Estevão Chaves de Rezende Martins (UnB), Antônio Guerreiro (UFBA), Tania de Luca (Unesp/Assis), Raquel Glezer (USP) e Manolo Florentino (UFRJ), *in memoriam*.

O Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHis/Ufes):

20 anos e além

Belchior Monteiro Lima Neto[1]

No dia 16 de dezembro de 2002, na sala de seminários do andar superior do edifício IC-III, nove docentes,[2] em sua maioria vinculados ao Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), se reuniram para a instalação do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHis),[3] lançando assim os fundamentos que permitiram a capacitação, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, de inúmeros historiadores.[4] Poucos anos depois,

1 Professor Adjunto III do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), do qual foi Coordenador nos biênios 2019-2021 e 2021-2023. Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, seção Espírito Santo, com financiamento FAPES do Edital nº 28/2022 (Universal).

2 Como consta na Ata da primeira Reunião Ordinária do PPGHis, estiveram presentes os seguintes docentes: Valter Pires Pereira, Carlos Vinícius Costa Mendonça, Maria da Penha Siqueira, Ricardo Luiz Silveira da Costa, Vânia Maria Lousada Moreira, Gilvan Ventura da Silva, Geraldo Antônio Soares, Nara Saletto da Costa, Sebastião Pimentel Franco. Disponível em: <https://historia.Ufes.br/sites/historia.Ufes.br/files/field/anexo/ata_16-12-2002.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

3 A recomendação para a abertura do mestrado acadêmico no PPGHis ocorreu por meio do ofício 423/2002 do CTC/CAPES, homologado pelo Conselho Nacional de Educação através do Parecer nº 83/2003 de 9/4/2003 e reconhecido pela Portaria do Ministério d'a Educação sob o nº 1.585, publicada no Diário Oficial da União em 23/6/2003. Disponível em: <https://historia.Ufes.br/sites/historia.Ufes.br/files/field/anexo/ata_16-12-2002.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

4 O oferecimento de uma formação superior em História remonta à criação, em 1951, da Faculdade estadual de Filosofia e Letras. Tal iniciativa encontrava-se conectada com o plano integrado de desenvolvimento do governo Jones dos Santos Neves, em atenção à Lei nº 549, de 7 de dezembro de 1951, cognominada "Lei Áurea do Ensino", que exigia um investimento na formação de profissionais, incentivando a criação de cursos de licenciatura. Doravante, o processo de federalização do curso de História iniciou-se em 1953, quando foi criada

em 2011, como resultado da elevação do conceito do Programa junto à Capes, foi criado o curso de doutorado em História,[5] o que contribuiu com o desenvolvimento da pesquisa e da formação de recursos humanos de alto nível nas diversas subáreas do conhecimento histórico. Em pouco mais de 20 anos, somam-se centenas de egressos titulados no PPGHis, constituindo uma massa crítica fulcral para a própria consolidação acadêmica dos estudos históricos no estado do Espírito Santo.

No contexto de criação do PPGHis, estava em voga na historiografia brasileira o que se denominava como Nova História Política e Cultural, que se apresentava, à época, como um campo de vanguarda a se desbravar, na esteira de autores seminais como Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Michel de Certeau, René Rémond e Natalie Zemon Davis. Não à toa, a área de concentração escolhida para ancorar o Programa foi a da *História Social das Relações Políticas*, englobando investigações históricas, em suas diversas temporalidades e escalas de análise, preocupadas em problematizar o poder e o modo pelo qual ele é distribuído no interior de determinadas estruturas sociais, suscitando reflexões que se debruçam sobre a forma como os distintos grupos, categorias, classes ou segmentos sociais estabelecem, uns com os outros, comportamentos políticos específicos, quer de reciprocidade e/ou complementaridade, quer de oposição e/ou de conflito, de acordo com as circunstâncias e os interesses envolvidos.

A partir de um campo fértil de problematização histórica circunstanciado pelo poder em suas diversas manifestações políticas e sociais, delineou-se, no âmbito dos múltiplos projetos de investigação levados a cabo pelos docentes e discentes vinculados ao PPGHis, três diferentes linhas de pesquisa: *Estado e Políticas Públicas*, *Representações e Ideias Políticas*, *Sociedade e Movimentos Políticos*.[6] Em suma, *Estado e Políticas Públicas*

a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), incorporada, em 1961, à Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Disponível em: <https://historia.Ufes.br/pt-br/hist%C3%B3rico-da-gradua%C3%A7%C3%A3o-em-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 9 nov. 2023.

5 O curso de doutorado do PPGHis foi homologado pelo Conselho Nacional de Educação através do Parecer nº 168/2011 e reconhecido pela Portaria MEC nº 1364 de 29/9/2011, seção 1, p. 40-41, publicada no Diário Oficial da União em 30/9/2011. Disponível em: <https://historia.Ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHis/hist%C3%B3rico>. Acesso em: 9 nov. 2023.

6 A linha de pesquisa *Sociedade e Movimentos Políticos* foi inaugurada no ano de 2011, no contexto da aprovação do Novo Regimento do PPGHis e de implementação do curso de doutorado no Programa, como pode ser observado na Ata da Reunião Extraordinária de 25 de março de 2011. Disponível em: <https://historia.Ufes.br/sites/

agrega pesquisas que problematizam as formas de Estado e de governo, devidamente contextualizadas, sua dinâmica e transformação, discernindo os grupos sociais que compõem a organização estatal; *Representações e ideias políticas* se identifica com investigações que se debruçam sobre sistemas de representação e suas expressões simbólicas, enfatizando os processos sociais produtores de identidade e alteridade, em conexão com os padrões de distribuição do poder político; e *Sociedade e Movimentos Políticos* interroga-se acerca dos distintos grupos sociais, informal ou formalmente organizados, e suas interações políticas com as instituições públicas ou governamentais.

Nos limites teóricos e historiográficos relacionados às suas três linhas de pesquisa, divide-se o corpo docente do PPGHis, atualmente composto por 18 membros permanentes e quatro colaboradores. O nível de excelência de seus professores é evidenciado por sua inserção em diversas agências de fomento nacionais e internacionais, como demonstra o fato de 11 dos docentes permanentes terem projetos financiados por instituições como CAPES, CNPq, FAPES, FAPERJ e Comunidade Europeia; além de 6 professores serem bolsistas produtividade do CNPq e um, Pesquisador Capixaba FAPES. Há que se mencionar ainda a adequação de seu corpo docente a critérios mínimos de produtividade acadêmica, tendo os professores do Programa, a cada quadrienal de avaliação da CAPES, a obrigatoriedade de produzir oito produtos bibliográficos, entre artigos em periódicos de alto extrato, capítulos de livro, organização de coletâneas e livros autorais.

O PPGHis conta hoje com 90 discentes matriculados, quantitativo que anualmente é renovado por intermédio do ingresso de novos alunos provenientes dos processos seletivos de mestrado e doutorado. Os discentes têm à sua disposição uma infraestrutura de laboratórios,[7] salas de aula e de

historia.Ufes.br/files/field/anexo/Ata%20de%2025%20de%20mar%C3%A7o%20de%202011.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

7 Há, atualmente, no PPGHis, 13 laboratórios de pesquisa, que abrangem os múltiplos campos de investigação acerca do poder e de suas manifestações políticas e sociais: Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (PEGPV), Laboratório de Estudos de História Política e das Ideias (LEHPI), Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR), Laboratório de História, Poder e Linguagem (LHPL), Laboratório de História das Interações Políticas Institucionais (LHIPI), Laboratório de Estudos e Movimentos Migratórios (LEMM), Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS), Laboratório de Estudos Tardo-Antigos, Medievais e Ibéricos/ Sefaradis (LETAMIS), Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES), Fronteiras Interdisciplinares da Antiguidade e suas Representações (LIMES), Laboratório Saberes e Sabores: História da Alimentação e das Práticas de cura, Laboratório de Estudos em Tempo presente (LabTempo) e Laboratório de Estudos Medievais: *Repertorium*. Disponível em: <https://historia.Ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHis/laborat%C3%B3rios>. Acesso em: 12 nov. 2023.

defesa, tendo, além disso, a assistência providencial de bolsas de demanda social captadas junto à CAPES e à FAPES, agregando-se um total de 43 bolsas disponíveis aos alunos do Programa; quer dizer, 50% dos discentes recebem financiamento de pesquisa. Digno de nota, ademais, são as novas regras de políticas afirmativas existentes no PPGHis, que estabelecem um mínimo de 50% das vagas de ingresso e das bolsas disponíveis aos alunos cotistas pretos, pardos, indígenas, transgêneros, pessoas com deficiência ou refugiados políticos.[8] Em relação aos discentes bolsistas, deve-se também observar que incidem sobre eles critérios de produtividade acadêmica como exigência para a manutenção dos benefícios. Aos bolsistas são exigidos, a cada ano, a participação em dois eventos científicos, um dentro e outro fora do Espírito Santo, além de um trabalho bibliográfico de caráter acadêmico: livro autoral, capítulo de livro, organização de coletânea, artigo em periódico classificado no Qualis Capes ou trabalho completo em anais de evento.

Nos últimos 20 anos, 455 mestres e doutores se titularam no PPGHis. Esse número, por si só, já nos indica a importância do Programa para o cenário dos estudos históricos no Espírito Santo. Como pode ser observado no último relatório de autoavaliação do Programa (2020),[9] a grande maioria dos egressos (81%) atua profissionalmente na docência, perfazendo um total de 53% na educação básica e 28% em Instituições de Ensino Superior (IES). Tal fato demonstra o alto nível de empregabilidade dos ex-alunos do Programa e sua importância essencial como veículo de ascensão social e profissional. No âmbito do ensino básico, especialmente no tocante ao magistério na rede pública estadual, pode-se também vislumbrar que a excelência das investigações e das teses e dissertações defendidas no Programa são, sem dúvida, baremas importantíssimos para se perspectivar um aumento da qualificação dos profissionais, tendo, inevitavelmente, impactos positivos nos próprios conteúdos ministrados nas aulas de História. Em suma, é justo conjecturar que parte do investimento financeiro empregado no PPGHis retornou para a base da

8 As normas que regem as políticas afirmativas e a distribuição de bolsas do PPGHis podem ser consultadas nas Resoluções nº 1 e 3 CCHN/Ufes. Disponível em: <https://historia.Ufes.br/pt-br/normas-e-regimentos>. Acesso em: 9 nov. 2023.

9 O relatório de autoavaliação foi confeccionado entre os anos de 2019 e 2020 para fins da Avaliação Quadrienal do Programa (2017-2020), levada a cabo pela CAPES em 2021 e que manteve o conceito 5 do PPGHis. Disponível em: <https://historia.Ufes.br/pt-br/relatorio-de-autoavaliacao-2020>. Acesso em: 10 nov. 2023.

formação escolar, beneficiando diretamente a sociedade capixaba como um todo.

Em termos acadêmicos, os docentes, discentes e egressos do PPGHis construíram um considerável capital intelectual, visível nos convênios internacionais e nos periódicos associados ao Programa. Nos acordos firmados com as instituições estrangeiras de ensino superior, destacam-se os celebrados com a Universidade do Minho (2010), a Università Ca' Foscari de Venezia (2011), a Universidade de Évora (2018), a Universidad del Pais Vasco (2015), a Universidade de Varsóvia (2017) e a Tulane University (2017). Tais convênios são essenciais para proporcionar diálogo e mobilidade acadêmicos com pesquisadores de centros de investigação estrangeiros, auxiliando decisivamente no processo de internacionalização do Programa. Também podem ser enfatizados, na seara da distinção científica do PPGHis, os periódicos a ele vinculados, todos pertencentes aos altos extratos do Qualis Capes: *Dimensões: Revista de História da Ufes*, classificado como A2; *Revista Ágora* e *Romanitas: revista de estudos greco-latinos*, ambos qualificados como A4.[10]

Apesar de sua robustez científica e institucional, o PPGHis enfrenta alguns desafios que batem à porta da grande maioria dos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil. Como observado pelo Planejamento estratégico 2021-2024 do Programa,[11] o primeiro problema a ser superado se relaciona à renovação de seu corpo docente, uma vez que 20% dos professores estão hoje aposentados, mantendo-se vinculados somente como voluntários. É mister o credenciamento de novos professores, que, em última instância, serão os responsáveis pela manutenção do legado construído pelo Programa nas duas últimas décadas. Outro problema de difícil resolução relaciona-se ao desinteresse demonstrado pelas novas gerações em relação à História como ofício acadêmico. Num contexto de crise econômica e de

10 O extrato Qualis Capes, instituído na avaliação de 2017-2020, estabelece, atualmente, os seguintes níveis hierárquicos para os periódicos acadêmicos publicados no país: A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal/metodologia-do-qualis-referencia-quadrienio-2017-2020>. Acesso em: 10 nov. 2023.

11 Com o intuito de orientar as diretrizes da quadrienal de avaliação da CAPES 2021-2024, em 2020 confeccionou-se o Planejamento estratégico 2021-2024 do PPGHis. Disponível em: <https://historia.Ufes.br/sites/historia.Ufes.br/files/field/anexo/planejamento_estrategico_PPGHis_Ufes_-_versao_definitiva.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

descrédito da própria ciência, os interessados na História como profissão de fé são cada vez mais raros. Tal cenário impacta diretamente no quantitativo de novos alunos de pós-graduação. Urge uma estratégia eficiente de captação de novos discentes por intermédio de um Programa Institucional de Iniciação Científica estimulante e, ao mesmo tempo, desafiador, assim como por meio de uma melhor articulação institucional entre a graduação e a pós-graduação. Uma nova geração deve ser incentivada a refletir historicamente a sua realidade, problematizando de forma crítica o passado e, consequentemente, o seu próprio presente. O futuro do Programa, por conseguinte, está intimamente associado à resolução desta dupla carência; isto é, a falta de alunos e de professores, personagens essenciais em todo e qualquer processo de ensino-aprendizagem.

Referências

Documentos administrativos do PPGHis

Ata da primeira reunião ordinária do colegiado acadêmico do PPGHis (16 dez. 2002). Disponível: <https://historia.Ufes.br/sites/historia.Ufes.br/files/field/anexo/ata_16-12-2002.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

Ata da reunião extraordinária do colegiado acadêmico do PPGHis (25 mar. 2011). Disponível em: <https://historia.Ufes.br/sites/historia.Ufes.br/files/field/anexo/Ata%20de%2025%20de%20mar%C3%A7o%20de%202011.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

Planejamento estratégico 2021-2024. Disponível em: <https://historia.Ufes.br/sites/historia.Ufes.br/files/field/anexo/planejamento_estrategico_PPGHis_Ufes_-_versao_definitiva.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

Relatório de Autoavaliação do PPGHis 2020. Disponível em: <https://historia.Ufes.br/sites/historia.Ufes.br/files/field/anexo/relatorio_de_autoavaliacao_PPGHis_Ufes_-_versao_definitiva.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Resolução CCHN/Ufes nº 3/2023 – Normas de Concessão de Bolsas de Demanda Social para os cursos de Mestrado e Doutorado do PPGHis. Disponível em: <https://cchn.Ufes.br/sites/cchn.Ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_3_PPGHis-cchn_assinado_1.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

Resolução CCHN/Ufes nº 1/2023 – Ações afirmativas nos editais de seleção mestrado e doutorado do PPGHis. Disponível em: <https://cchn.Ufes.br/sites/cchn.Ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_1_2023_PPGHis_assinado.pdf#overlay-context=resolucoes>. Acesso em: 9 nov. 2023.

Perspectivas para um Programa de Pós-Graduação:

entrevista com Julio Bentivoglio[1]

Julio Bentivoglio é Doutor em História pela Universidade de São Paulo (2002), professor de Teoria da História na Universidade Federal do Espírito Santo desde 2008 e é o atual coodenador do PPGHis/Ufes para o biênio 2023-2025. Nesta entrevista, pudemos conhecer um pouco de seus interesses de pesquisa, o lugar ocupado pelos cursos de História hoje no Brasil e o que podemos esperar para os próximos anos de sua gestão na coordenação do nosso Programa de Pós-Graduação.

1. *Professor Julio Bentivoglio, primeiramente, deixe-nos agradecer pelo aceite em participar dessa entrevista. Antes de falarmos do Programa de Pós-Graduação, nos conte um pouco sobre a trajetória do senhor. Pode nos dizer acerca de como e quando se deu o seu contato com a sua área de especialização, que é Teoria da História e Historiografia?*

Julio Bentivoglio: Comecei pesquisando na graduação, com uma bolsa de iniciação científica em um projeto de História Oral, voltado para estudar a Memória/História da UNESP. Tratava-se de um conjunto de faculdades ou institutos de ensino superior isolados que, no início dos anos 1970 foram incorporados a esta nova universidade pública e estadual. Depois, tanto no mestrado, como no doutorado eu estudei o século XIX, no mestrado, que

1 Entrevista concedida a Edjalma Nepomoceno Pina e a Luiz Fernando Soares Pereira em 13 de agosto de 2024.

fiz na UNESP-Franca, investigando o processo de urbanização brasileiro, destacando o caso da cidade de Franca; no doutorado, voltei-me para a política econômica brasileira do início do Segundo Reinado, tomando como objeto de estudo o Código Comercial de 1850. No final do doutorado, quando passei a prestar alguns concursos para o ensino superior, vi que começaram a surgir concursos para a área de Teoria da História, um na UFU e outro na UFG, de modo que, durante a preparação para ambos me dei conta de que a área, no Brasil era pouco e mal explorada, que havia necessidade de maior investimento. Eu mesmo tinha tido uma formação bastante deficitária, os livros que foram usados em minha graduação eram muito sumários e equivocados em alguns pontos. De pronto, patenteava-se uma excessiva influência da historiografia e da teoria da história francesa. Nomes como Hayden White ou de historiadores alemães, como Rüsen ou Koselleck eram absolutamente marginais.

2. *A respeito do curso de História nas universidades brasileiras, como o senhor vê a trajetória do campo da Teoria da História neste começo de século XXI, em contraste com o século passado?*

R: No século passado a teoria da história viveu um eclipse, acredito que desde o surgimento dos cursos de ensino superior nas universidades públicas e federais. Praticava-se aqui procedimentos muito caros aos metódicos e a uma história tradicional político-administrativa, bastante cara aos Institutos Históricos e Geográficos estaduais e mesmo o Brasileiro. O Golpe e a Ditadura Militar acentuaram este abismo, consequência da perseguição ao marxismo, e este era um paradigma bastante caro à teoria da história que amadurecia entre nós nos anos 1960 e 1970, desde Caio Prado Jr em São Paulo e Nelson Werneck Sodré no Rio de Janeiro. Mas havia um problema de fundo, que na verdade era pensar a produção histórica de forma muito pragmática, muito esquemática. Fazer história era, basicamente, um trabalho empírico de ir aos arquivos, levantar dados e informações e os reproduzir de forma mais ou menos crítica. Então a teoria era mais metodologia que exatamente uma reflexão sobre a natureza da história e suas possibilidades. Isso começou a mudar no período de transição da ditadura, notadamente nos anos 1980, quando a história social marxista e a história social dos

Annales chegaram com bastante força. Teoria ali era em parte descobrir as novidades de Paris, as realizações da Nova História ou as leituras de Marx, também e principalmente, sob as lentes francesas de Althusser. Nos anos 1990 há um processo de aceleração e uma produção mais voltada para a teoria da história, sobretudo em manuais ou em obras de síntese, como as de Ciro Flamarion Cardoso e de José Carlos Reis. Na graduação era o que se lia, ao lado de novos autores, como Hayden White, Carlo Ginzburg, Walter Benjamin, Edward Thompson e Michel Foucault, por exemplo. Começa uma diversificação maior de paradigmas, ultrapassando a dualidade Annales-Marxismo, reintroduzindo-se preocupações ou autores historicistas, como Dilthey, Ricoeur, Gadamer ou Lukács, por exemplo. Ao lado disso a história quantitativa e serial, bastante presente até meados dos anos 1980, praticada nas fileiras da História Econômica começou a perder força. Eu penso que o século XXI demonstra uma quebra de paradigmas, porque representa uma pluralidade de caminhos teórico-metodológicos, estimulando novas abordagens, novos estudos. Pensar problemas como gênero, sexualidade, a perspectiva indígena, o problema dos negros, enfim, a transversalidade colocou em xeque visões monolíticas, brancas e europeias de se pensar a História. E isso é muito positivo. Ao lado disso eu vejo como problemáticas, para não dizer como verdadeiras armadilhas, essa recolocação de uma perspectiva global da história ou ainda de uma história pós-humanista. Para nós, colonizados latino-americanos, falta percorrer um caminho enorme rumo às nossas raízes, rumo ao enfrentamento de nossas mazelas e de redescobrimento de nossas potencialidades, para depois ver se essa agenda nos contempla e em que medida coloca preeminência às nossas necessidades.

3. *Com esse crescimento das pesquisas em Teoria da História, temos a criação de laboratórios de pesquisa, como o Laboratório de Estudos em Teoria da História e História da Historiografia (Lethis-Ufes). Pode nos contar um pouco sobre os principais projetos desenvolvidos atualmente no Lethis-Ufes?*

R: O laboratório surgiu logo após o evento internacional que fizemos trazendo Hayden White e seus principais intérpretes em 2013. Ficava claro que tínhamos a capacidade de sedimentar aqui um núcleo e um centro de pesquisas

integrado à rede nacional de laboratórios de teoria da história existentes no Brasil, fugindo um pouco dos temas *mainstream*, enfim, a partir de um lugar e de uma preocupação diferenciados. Não que discutir narrativa fosse algo novo, mas pensá-la integrada a questões voltadas a uma escrita da história acoplada aos limites da representação do passado era uma boa possibilidade. Eu mesmo vinha trabalhando com narrativas de viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil e pelo Espírito Santo como uma forma de discutir esse tipo de passado relatado, mas também enormemente construído, por meio da textualidade. A semente estava ali, o passado reconstruído historicamente a partir daquelas narrativas. E foi ótimo descolar de Foucault, mas também de Ricoeur ou de Chartier, para conectar minhas preocupações a Hayden White ou a Frank Ankersmit, por exemplo. Depois disso, a presença dos tipos humanos, em especial, os indígenas, se tornou central neste mesmo caminho. Vejo aí um eixo fundamental de pesquisas do Lethis. Concomitante a ele, a reflexão sobre objetos e temas da teoria da história sempre estiveram presentes, sobretudo no trabalho de tradução de teóricos da história, algo que trouxe da UFG, com as traduções de Droysen, Gervinus ou Chladenius, e depois com Ranke ou Bernheim. Isso conduziu a um forte trabalho de história da historiografia, mas também de história intelectual, percorrido por muitos estudos desenvolvidos dentro do Lethis, investigando historiadores, mas também o momento ou o conjunto de problemas que os envolviam na história da própria história.

4. *Agora que conhecemos um pouco mais da tua trajetória e pesquisas, podemos falar a respeito das impressões como atual coordenador do nosso Programa de Pós-Graduação em História, aqui na Ufes? No final do ano passado (2023) o senhor assumiu esse posto. Pode falar um pouco a respeito dos primeiros planos e ações da tua coordenação para o PPGHis/Ufes?*

R: Nossa pós-graduação envelheceu, o corpo docente se manteve muito enxuto e envelheceu. Vivemos agora um momento de renovação, de mudanças no sistema nacional de pós-graduação, de colocar a regionalização como tão ou mais importante que a internacionalização. No interior da história também há um esforço em combater o chamado *produtivismo*, ou seja, uma produção excessiva que onera docentes e discentes. Então acredito que vivemos num

momento de transição para um novo perfil de curso, mais abrangente, mais integrador e bastante atento às necessidades técnicas e materiais para sua reprodução. O PPGHis construiu, com poucos recursos, uma autonomia de gestão e uma integração dos docentes notável. Ao mesmo tempo vive-se agora uma atomização, com um nível de descolamento e de isolamento dos laboratórios trabalhando muitas vezes sozinhos. Penso que é preciso estimular o trabalho conjunto dos laboratórios, envolvendo-os em atividades comuns. Dentro de nosso programa surgiram três ou quatro novas editoras, vários alunos aprenderam a produzir livros e revistas, isso tudo nos deu uma capacidade enorme de divulgação histórica, *pari passu* a um trabalho cada vez mais intenso nas redes sociais. Destaco por exemplo a gestão da professora Patrícia Merlo junto à ANPUH-ES, que se destacou nessa direção e, sobretudo, conseguiu finalmente o registro da entidade. Agora, devo confessar que, a despeito dos recursos técnicos, financeiros e materiais existentes, que a qualidade de teses e dissertações tem caído. É sensível uma limitação cada vez maior dos trabalhos defendidos, com bibliografias muito sumárias utilizadas, como poucos esforços de pesquisa, com baixa criatividade. Isso talvez ainda seja um reflexo da pandemia de Covid-19, mas creio que, neste processo de renovação, talvez seja necessário atentar para um estreitamento maior dos laboratórios e do investimento crítico voltado para o corpo discente.

5. *Do seu ponto de vista, qual a maior contribuição que o nosso PPGHis oferece para a sociedade capixaba?*

R: Vejo duas dimensões nesta pergunta e na resposta possível para ela. Porque sinto uma dicotomia enorme entre o Espírito Santo real e o Espírito Santo imaginado ou vivido pelos capixabas. Algo comum em estados mais ricos ou com renda per capita elevada, assim como São Paulo ou Santa Catarina, para pegar dois exemplos, temos uma sociedade controlada por uma elite milionária bem pequena, tradicional, familiar, que controla e administra este estado há décadas e décadas. Mesmos nomes e sobrenomes controlando setores-chave. Mesmos grupos controlando meios de comunicação, empresas de transporte público, concessões estaduais, atuando no setor comercial e industrial. Não estou falando aqui de gente que gira um milhão por ano, ou que ganha 240

mil reais por ano. Falo aqui de grupos que giram 50, 100 milhões por ano, de renda anual de mais de um milhão. São esses que comandam o Espírito Santo. Durante muito tempo, para este grupo, não interessava a realidade ou um chamado passado real e histórico, mas sim a narrativa que inventaram para ele e para si. Qual seja, a de que são uns coitados, penalizados, isolados, que a duras penas vencem as adversidades. De outro lado, "barreira verde", falta de incentivo, excesso de tributação, corrupção, etc. Uma elite que vive de vender essa fantasia para a sociedade. E por conta disso, esgarçava e pesava a mão sobre o povo, conferindo-lhes o mínimo necessário e reforçando sobre ele visões policialescas ou moralistas de mundo. Que tudo é caso de polícia ou de igreja ou templo. Mas não de justiça social ou histórica. Então essa elite se utiliza da fé, do moralismo, do discurso meritocrático para instigar a população nesta fantasia. Então nesse sentido o PPGHis tem muito pouco a contribuir para essa elite. E devo ainda lembrar que Vitória é uma ilha em relação a isso, completamente diferente do interior. Vencer essa mentalidade e desconstruir essa visão de mundo é uma tarefa dificílima, que o PPGHis faz com grande dificuldade e pouco espaço midiático. Nosso programa, docentes e discentes, tem escrito a História do Espírito Santo com baixíssima repercussão, com um alcance pequeno, muito aquém do devido. Entre a narrativa ou o saudosismo dos memorialistas e a crítica científico-acadêmica, não raro a sociedade capixaba endossa a visão dos primeiros. Se o produto do nosso trabalho, nossa maior contribuição é escrever a história do Espírito Santo, revelando aspectos do passado capixaba, eu diria que ela é um produto bastante desvalorizado e pouco conhecido pela maioria da sociedade porque enfrenta uma enorme barreira para chegar à escola, ao bairro, aos moradores. Então nossa contribuição, na realidade, acaba sendo a formação de quadros, de profissionais altamente selecionados, de grande capacidade intelectual e de pesquisa, mas que são pouco remunerados e cujo trabalho não tem espaço para divulgação.

6. *Pode-se dizer que já houve, no passado, um senso comum de que o Espírito Santo se tratava de uma província do ponto de vista historiográfico, em especial por não possuir seu próprio Programa de Pós-Graduação. Agora, 20 anos após*

a implementação de nosso Programa, como o senhor avalia nossa posição no contexto nacional?

R: Ocupamos hoje uma posição privilegiada, mas que está longe de ser garantida. Como disse, nesse momento de transição, encontramo-nos com algumas fragilidades diante do que o sistema avaliativo tem valorizado. Como a extensão por exemplo. Ou a relação dos docentes com o ensino de graduação, visto que cinco dos nossos docentes permanentes são professores aposentados que não estão mais na graduação. Mas temos um quantitativo satisfatório de bolsas e recursos, embora a verba Proap-Capes seja muito limitativa para o que podemos fazer. Após 20 anos, somos um programa consolidado e muito atrativo para os alunos. Que é capaz de mantê-los na Universidade capacitando-os para um futuro profissional melhor. Essa é nossa maior virtude. Outra virtude é o fato de que nossa capacidade de dialogar com a sociedade e de agir em parceria com outras instituições tem crescido bastante.

7. *Nos editais do processo seletivo de mestrado e doutorado lançado no ano passado para as turmas 2024/1, tivemos a presença das Normas de Políticas de Ações Afirmativas do PPGHis, a qual visa destinar uma porcentagem das vagas de ingressantes nos processos seletivos para alunos pretos, pardos e indígenas (cotas PPI), para pessoas transgêneros, para deficientes e para refugiados políticos. O senhor poderia falar a respeito da importância e dos objetivos dessa norma para o nosso programa?*

R: Eu propus em 2018 a introdução de políticas afirmativas em nosso processo seletivo e em nossa política de distribuição de bolsas. Fui voz solitária e vencida dentro do colegiado, infelizmente. Naquele momento, cursos como Psicologia, Educação, Jornalismo, entre outros, já haviam inserido essa agenda em seu funcionamento. A própria Universidade demorou a decidir-se nesse caminho e, somente no ano passado, 2023, se movimentou nessa direção e, apenas agora, em 2024 é que o CEPE aprovou resoluções para nortear as políticas afirmativas nos programas de pós-graduação. Um atraso de 6 anos! Eu lamento muito por isso, mas ao mesmo tempo fico feliz pois, ao assumir a coordenação

consegui colocar essa agenda para seguir adiante. Sou um defensor de primeira ordem da necessidade de políticas de reparação históricas e sociais. Defensor da equidade de gênero em cargos e rendimentos, do cuidado e atenção às chamadas minorias étnicas, LGBTQIAPN+, de refugiados, de portadores de necessidades especiais. Desde minha graduação eu me envolvi com essas pautas. Defendi o Enem e defendi as chamadas cotas. Estou falando aqui de 1996-1998. Coisas de 30 anos atrás, que só agora se tornam uma prática e uma política. O Brasil é um país de população pobre, mestiça, negra, indígena, carente, com debilidades físicas e psicológicas gigantes. É um país também muito franco aos imigrantes/refugiados. Somado a isso, a perversidade de uma distribuição de renda e de uma política tributária, historicamente, fragilizaram e fragilizam demais nossa população. Então essa realidade nacional é também nossa realidade particular: a maioria de nossos alunos é pobre, mestiça e carente de políticas sociais de respeito e de inclusão. Indivíduos que por si só merecem nosso respeito e atenção. Ano passado fiquei triste porque muitas bolsas sobraram para discentes que tinham emprego e salário. Neste ano a Capes já reparou isso, garantindo que sempre que houver alunos que necessitam da bolsa, hipossuficientes economicamente, ou integrantes destes grupos que requerem atenção especial, que eles assumirão bolsas que no ano anterior foram distribuídas para alunos que trabalham. Destaco ainda nossa participação no programa para as nações em desenvolvimento, que acolhe estudantes de várias partes da América Latina e da África, no qual formamos alguns doutores e temos outros em andamento. Isso estreita parcerias e também a humanidade que nos integra no sul global colonizado.

8. *Durante mais de quatro anos o mundo passou por uma severa pandemia que afetou a saúde física e mental de muitos profissionais da História. Como o senhor avalia a retomada das atividades acadêmicas no PPGHis no contexto pós-pandêmico, em especial no desempenho dos alunos? Afinal, voltamos ao que éramos antes de março de 2020?*

R: Avalio que foi preciso muita resiliência e muita capacidade psicológica e física para sobreviver à pandemia. Em maior ou menor grau todos fomos afetados. E há efeitos disso ainda sentidos nas aulas, nas relações, no trabalho

desenvolvido por docentes e discentes. Houve uma queda da produção e um nível maior de adoecimento – não de covid, mas por exemplo de ansiedade ou depressão – que acometeu muitos de nós, docentes e discentes. Nesse sentido não voltamos ao que éramos em 2020 e nunca mais voltaremos. E nem saberia dizer se estávamos melhor ou pior do que agora. Mas acredito que a pandemia fez ressurgir a solidariedade e o humanismo. O rigor de prazos, as exigências draconianas foram, ao menos em parte, amenizados. Como vivemos à mercê de prazos e exigências, e faço questão de destacar, não apenas por mera imposição das agências, mas também por um contrato e um acordo, afinal ninguém nos obrigou a entrar na pós-graduação. Mas isso não nos desobriga de pensar políticas ou agendas de mais cuidado e de mais afeto. Não há dúvida de que um dos efeitos da pandemia foi a queda geral na produção docente e discente, uma ampliação nos prazos de defesa, a criação de dificuldades de aprendizagem, diante das aulas remotas. Tudo isso nos afetou e ainda tem gerado efeitos na qualidade dos trabalhos e no tempo de permanência do programa.

9. *Na última avaliação quadrienal da CAPES, nosso Programa manteve o conceito 5 de qualidade. O senhor acredita que estamos no caminho certo para alcançar uma promoção de nosso conceito na próxima avaliação, ou ainda há que se trabalhar em mudanças estruturais?*

R: Honestamente eu penso que se mantivermos o 5 será um ganho. Diante do envelhecimento do corpo docente, da pandemia, das dificuldades surgidas, da pouca regularidade de programas permanentes de extensão, entre outros, vejo que existem obstáculos que nos fragilizam, e que talvez também fragilizem outros programas. Mas o fato é que estas dificuldades adicionais, a própria mudança na condução do programa e das normativas de funcionamento dos PPGs, trouxeram algum ônus que pode nos prejudicar. Outro ponto que detectei é o fato de que nossa produção de artigos em periódicos diminuiu como resposta ao surgimento de editoras e facilidades editoriais para nós. Essa produção científica de artigos é importantíssima e um critério para agências de fomento contemplar fomentos. Há necessidade urgente de discentes e docentes passarem a publicar mais em revistas.

Outro ponto sensível é a integração dos docentes nas linhas de pesquisa que permita uma oferta regular de disciplinas mais afinadas com abordagens e metodologias ou com problemas específicos. É importante que as disciplinas não sejam a reprodução daquilo que o docente usou em seu doutorado, eternamente, mas sejam mais integradas de questões caras para aquela linha. Isso ajudará um conjunto maior de alunos. Disciplinas muito verticalizadas em problemas muito específicos são importantes, mas não podem ser a regra. Outro ponto importante é que devemos ter pelo menos 6 disciplinas ofertadas à tarde e 6 à noite. Nosso alunado também trabalha, esta é também uma mudança que tenho parte de responsabilidade: fui o primeiro a propor e ofertar uma disciplina na pós-graduação no período noturno. Por fim acho que serão fundamentais para a próxima quadrienal a valorização de nosso processo de regionalização e a existência de programas permanentes de extensão ligando a pós, a graduação e a comunidade. Sem isso não iremos alcançar o conceito 6.

10. *Chegamos ao fim dessa entrevista, e gostaríamos de encerrar perguntando-lhe: qual conselho o senhor daria para os novos postulantes a Mestres e Doutores recém-chegados à Pós-Graduação?*

R: Vou parafrasear um aluno meu muito querido e um amigo na atualidade: vocês têm que ler. Quem deseja se qualificar profissionalmente, habilitando-se para o trabalho de pesquisa, precisa esmerar seu conhecimento, lapidando-o com muita leitura, com muita dedicação a isso, muitas horas de estudo, de conversa, de debate de textos. Mas ler com intensidade e atenção, algo difícil nos dias que correm, onde as distrações são muitas. As supostas facilidades de encontrar bibliografia e baixar livros, de pedir ao ChatGPT para lhe indicar caminhos ou pontos narrativos a percorrer é uma faca de dois gumes. Um algoritmo não lê melhor que o ser humano e igualmente tenderá a reproduzir o que encontrou em suas bases digitais. Pode até criar, mas a partir de parâmetros existentes. Mas, a História exige a imaginação. Precisa de criatividade. E elas não surgem do acaso, da sorte, mas só depois de muito suor e leitura. Para ser criativo é preciso ter repertório não para exatamente ter ideias, mas, sobretudo para as sustentar. Tenho lido aqui e em outros lugares trabalhos

muito preguiçosos, muito pouco instigantes, muito simplórios. Visivelmente um problema de formação que, em nosso campo, somente as leituras são capazes de solucionar. Uma outra recomendação que tenho é a valorização dos diálogos, das hierarquias e redes. Não somos pombos voando sozinhos. Dependemos de coletivos, do suporte familiar, do suporte dos amigos e dos colegas e parceiros da universidade, docentes e discentes. Portanto, quem quiser ter uma trajetória bacana na pós-graduação e virar um doutor que possa disputar e ocupar espaços profissionais importantes deve em primeiro lugar ler muito, em seguida estar aberto ao diálogo – de forma humilde mas não subserviente –, de se amparar nos pares, de respeitar as hierarquias e de valorizar as redes. O campo histórico, construído a duras penas, se configura desse modo, tem esse funcionamento, então chegar até ele para disputar posições significa ter o respeito e as condições necessárias que nos habilitem e nos garantam a consideração.

O estudo da Antiguidade Clássica e Tardia no Brasil:

a contribuição do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES)

João Carlos Furlani[1]

A História Antiga, como campo de saber, constitui um interessante paradoxo: ela nos é, ao mesmo tempo, próxima e distante. Tal percepção se deve ao fato de que nossas referências culturais dialogam frequentemente com os vestígios do passado, ora modernizando-os, ora distorcendo-os, e isso por diversos motivos, o que cria uma linha tênue entre a familiaridade e o exotismo (Guarinello, Silva; Oliveira, 2019, p. 9-10). Essa tensão emerge pelo fato de que a relação com o passado não é fixa; ela é continuamente reinterpretada e reinventada à luz dos valores e conceitos contemporâneos, o que leva à formação de fronteiras mutáveis entre o "nós" do presente e o "eles" da Antiguidade (Droit, 1991, p. 7; Hartog, 2003, p. 115-154). Cada nova tentativa de explorar o Mundo Antigo desafia ou reforça essas divisões, promovendo reflexões sobre nossa própria identidade e nosso lugar no tempo e no espaço (Guarinello, 2013, p. 7-11).

O estudo da Antiguidade nos induz a reconhecer tanto o que parece familiar, como as instituições e legados que moldaram nossa cultura, quanto

1 Doutor e mestre em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES). No momento, atua como professor voluntário do Programa de Pós-Graduação em História da Ufes, além de cumprir estágio de pós-doutorado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes).

o que se apresenta como estranhamente distante, a exemplo de costumes, valores e crenças de povos e etnias distantes no tempo e no espaço. Este passado, contudo, não pode ser encarado como dado ou ultrapassado. O exercício de confrontá-lo é essencial para desconstruir a noção de uma temporalidade linear e evolutiva, herdada como um fato cultural inquestionável (Hartog, 2003, p. 123-124; Hobsbawm, 1998, p. 285; Silva, 2018, p. 143). A Antiguidade, portanto, não constitui um conjunto fixo de acontecimentos, mas um campo fluido, sujeito a contínuas disputas e revisões. Para trafegar por esse terreno, exige-se um trabalho constante de análise crítica, emprego de novas metodologias e reavaliação dos modelos teóricos e interpretativos (Guarinello, 2003, p. 43-46). É nesse contexto de trabalho intelectual que o Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir) se insere.

A missão do Leir vai além da investigação de fatos e eventos históricos. O próprio vocábulo "laboratório" denota a natureza experimental do empreendimento. O Leir adota, portanto, uma abordagem calcada na investigação contínua e na reinvenção de seus objetos e paradigmas, de acordo com a dinâmica das Ciências Humanas, na medida em que o conhecimento histórico é constantemente revisitado, debatido e ressignificado. Dessa forma, o Leir representa um espaço de produção intelectual que submete à crítica o próprio ato de se fazer História, promovendo debates acerca da construção do conhecimento, da escolha das fontes e da delimitação dos objetos de pesquisa, na tentativa de desvelar esse emaranhado complexo e mal definido que costumamos designar como Antiguidade.

Fundado em 2008, o Leir reúne universidades de todas as regiões do Brasil e se organiza em cinco núcleos: Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) e Universidade de São Paulo (USP), agregando professores e estudantes de cerca de vinte universidades. O Leir tem como objetivo comum estimular, no Brasil, a pesquisa especializada sobre o Império Romano, o Mediterrâneo e a Antiguidade em geral. Além de promover o intercâmbio entre pesquisadores, o Leir organiza colóquios, cursos e publicações regulares. Estruturado como uma rede de pesquisa, seus núcleos

têm autonomia de organização, de modo a atender às especificidades regionais e às necessidades locais (Guarinello, Silva; Oliveira, 2019, p. 9-10).

O Leir tem raízes em um grupo de pesquisa composto por pós-graduandos do Departamento de História da USP, que investigavam o Império Romano sob diversos ângulos e períodos, todos sob orientação do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. Esses pesquisadores, ao obterem seus títulos acadêmicos e ao ingressarem no sistema de ensino superior, passaram a formar novas gerações de alunos, que também foram integrados ao Laboratório. Paulatinamente, o Leir consolidou-se como um ambiente de cooperação acadêmica entre colegas e, ao longo dos anos, adquiriu uma feição institucional, mediante registro no Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).[2] Cumpre ressaltar que, na década de 1990, quando das primeiras experiências que mais tardem conduziriam à criação do Leir, o acesso a material bibliográfico de qualidade no domínio da História Antiga era mais restrito, e as oportunidades de participação em eventos especializados eram escassas. Esses profissionais, unidos por laços de solidariedade acadêmica e mesmo de amizade, passaram então a produzir e compartilhar textos e a organizar mesas em congressos, simpósios e demais eventos, nos quais a discussão sobre a Antiguidade poderia ser aprofundada. Essas iniciativas tiveram continuidade tanto na formação de novas gerações quanto na cooperação intergeracional (Guarinello; Faversani, 2020, p. 305).

Ao longo dos anos, o Laboratório vem desempenhando um papel central nos estudos de Antiguidade no Brasil, em especial nos seus ramos clássico e tardio. Sob a coordenação geral de Norberto Luiz Guarinello (USP), o Leir possui ainda os seguintes coordenadores nacionais: Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG), Fábio Duarte Joly (Ufop), Fábio Faversani (Ufop), Gilvan Ventura da Silva (Ufes) e Margarida Maria de Carvalho (Unesp/Franca), além de contar com a colaboração do Prof. Carlos Augusto Ribeiro Machado (University of St Andrews).

Dentre suas atividades, o Leir realiza colóquios bienais, alternando as instituições-sede, além de encontros menores e ciclos de palestras em

2 Disponível em: <http://dgp. cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8931>.

diferentes universidades. A participação do Leir é constante nos congressos da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC) e nas reuniões do GT História Antiga da Associação Nacional de História (ANPUH), bem como nos eventos promovidos pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Convém ressaltar que o Leir tem contado, ao longo do tempo, com o apoio de diferentes agências financiadoras, a saber: Capes, CNPq, Fapesp, Fapemig e Fapes, além de captar recursos das próprias universidades e programas de pós-graduação aos quais seus pesquisadores se encontram vinculados.

O Leir/ES é coordenado, desde a sua fundação, pelo Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, fazendo parte ativamente de uma rede de instituições e pesquisadores que buscam a excelência no ensino e na pesquisa sobre a Antiguidade, no Brasil. A vice coordenação do Leir/ES é ocupada, atualmente, pelo Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto (Ufes). Da equipe do Leir/ES, fazem parte ainda, como professores associados, a Profa. Dra. Alessandra André Chiminazzo (Sedu/ES), a Profa. Dra. Érica Cristhyane Morais da Silva (Ufes) e a Profa. Dra. Hariadne da Penha Bocayuva (Sedu/ES); como colaboradores nacionais, a Profa. Dra. Ludimila Caliman Campos (Faceli), a Profa. Dra. Roberta Alexandrina da Silva (UFPA) e a Profa. Dra. Silvia Marcia Alves Siqueira (Uece); e, como colaboradores internacionais, a Profa. Dra. Maria Manuela dos Reis Martins (Universidade do Minho) e o Prof. Dr. Ramón Teja (Universidad de Cantabria/Santander).

Como mencionado, cada núcleo do Leir possui suas particularidades, o que se exprime nas temáticas de pesquisa mais recorrentes entre seus membros. Na Ufes, o Leir reúne pesquisadores dedicados, em especial, ao estudo das sociedades clássica e tardo-antiga, com enfoque particular nos casos romano, grego, africano e bizantino. Tanto em âmbito internacional quanto nacional e regional, o Leir/ES visa a promover a investigação de temas relacionados à Antiguidade, com ênfase em assuntos como a construção do espaço, as fronteiras sociais, étnicas, linguísticas e religiosas, a relação entre campo e cidade, a formação de identidades, a ordem imperial romana e os conflitos sociopolíticos.

A partir dos encontros realizados pelo antigo Grupo de Pesquisa em História de Roma, o Leir/ES ganhou corpo e passou a realizar reuniões semanais nas salas anexas do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN). Em 2014, o Laboratório passou a contar com um espaço próprio, localizado no novo módulo dos Programas de Pós-Graduação do CCHN: o Edifício Wallace Corradi Vianna. No entanto, o Leir ultrapassa as fronteiras físicas de uma sala de estudos, pois se organiza de modo a conectar os pesquisadores, favorecendo assim a troca de ideias. De fato, antes de ser um recinto, o Leir é um grupo de pessoas em sinergia intelectual.

As atividades do Leir/ES incluem encontros periódicos e ciclos de debate, nos quais os docentes e suas equipes, compostas por alunos de iniciação científica, mestrado, doutorado, além de pós-doutorandos, apresentam os resultados de suas investigações. Desde 2010, o Leir/ES organiza regularmente eventos afins aos assuntos estudados por seus membros. Até o momento, ocorreram dez encontros regionais, três colóquios internacionais e oito ciclos de palestra. Além disso, a Ufes sediou, em 2013, o Colóquio Internacional do Leir, que reuniu representantes de todos os núcleos do país, além de pesquisadores estrangeiros. Em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Letras, o Leir/ES colaborou ativamente na organização das Jornadas de Estudos Clássicos. O Laboratório mantém ainda uma página eletrônica na qual se encontram disponíveis informações sobre sua agenda de atividades e a produção intelectual de seus membros, além de dissertações, teses e outras publicações.[3]

Um dos grandes destaques do Leir/ES é o compromisso com a divulgação científica de qualidade. Além das publicações individuais de seus pesquisadores sob a forma de livro, capítulo de livro e artigo, foi fundada, em 2010, a *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, um periódico semestral que publica artigos, entrevistas e resenhas. A revista possui uma evidente vocação interdisciplinar, congregando pesquisadores de História, Letras e Arqueologia dedicados ao estudo da Antiguidade Clássica e Tardia. Classificada como A4 no Qualis Periódicos da Capes, *Romanitas* vem desempenhando um papel acadêmico da maior relevância

3 Disponível em: <https://leir.ufes.br/apresentacao>.

ao conferir visibilidade à produção intelectual dos pesquisadores vinculados ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, além de promover o intercâmbio com especialistas estrangeiros. Com 23 volumes até o momento, a revista já publicou cerca de 250 artigos, além de dezenas de resenhas e entrevistas com renomados autores nacionais e internacionais.[4]

Em se tratando da produção de livros autorais e coletâneas, tanto sob a modalidade impressa quanto eletrônica, o Leir/ES tem contribuído para a divulgação do conhecimento científico por meio da *Lux Antiquitatis*, coleção de alta qualidade gráfica cuja curadoria encontra-se a cargo de um seleto conselho editorial. O título da coleção, *Lux Antiquitatis*, exprime a ideia segundo a qual gregos e romanos não se encontram encapsulados num passado remoto e inacessível, mas continuam a iluminar o presente com o seu conhecimento, razão pela qual a logomarca adotada é um farol a iluminar o horizonte.[5]

Importa destacar que o campo intelectual no qual os especialistas de Antiguidade atuam é marcado por uma aguda internacionalização, de maneira que aquilo que é produzido, no Brasil, tem forçosamente de dialogar com o que é produzido em outros idiomas, como inglês, espanhol, francês, italiano e alemão, num intercâmbio absolutamente salutar. As novas tecnologias de informação e comunicação intensificaram a comunicação global, permitindo assim que a História Antiga brasileira escape de certo paroquialismo observado em outras áreas do conhecimento (Antiqueira, 2022, p. 7-8). O Leir/ES, por exemplo, mantém uma parceria de mais de uma década com a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Portugal, o que deu ensejo, até o momento, à execução de três projetos de cooperação internacional, dois com financiamento da Capes/FCT e um com financiamento da Secretaria de Relações Internacionais da Ufes, à realização de missões científicas bilaterais e à publicação de diversas coletâneas cujo eixo é o diálogo entre a História Antiga e a Arqueologia Clássica, acompanhando assim uma tendência que se observa tanto em âmbito nacional quanto internacional, pois o contato com a Arqueologia e seus métodos gerou uma virada nos estudos sobre a

4 Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/romanitas>.

5 Disponível em: <https://leir.ufes.br/colecao-lux-antiquitatis>.

Antiguidade, especialmente no que diz respeito à análise dos espaços urbanos, seus usos, símbolos, conflitos e representações (Ventura da Silva; Furlani, 2024a, p. 11-12).

O Leir/ES tem se destacado, portanto, como um polo de produção intelectual acerca da História Antiga, em particular no que diz respeito aos estudos sobre as formações urbanas e a ocupação dos espaços, lugares e monumento. Desse modo, os pesquisadores do Leir/ES, embora possuam formação em História, buscam integrar a cultura material e as discussões travadas no âmbito da Arqueologia e da Geografia aos seus respectivos projetos de pesquisa, de maneira a oferecer um olhar plural sobre as sociedades clássica e tardo-antiga. Dentre as linhas de investigação conduzidas pelo Laboratório, destacam-se aquelas relativas ao urbanismo, à ocupação, reocupação e destruição dos edifícios e monumentos e às práticas e representações do cotidiano. Assim sendo, as reflexões daí originadas possibilitam pensar como os espaços urbanos e rurais foram construídos, reconstruídos e apropriados pelos antigos, tanto em termos materiais quanto simbólicos, e como esses ambientes exprimiam e reforçavam as hierarquias e os mecanismos de controle social (Ventura Silva; Furlani, 2024b, p. 11-12).

Sem dúvida, o Leir/ES tem contribuído, ao longo dos anos de atuação, para a construção de um conhecimento crítico e atualizado sobre a Antiguidade, como é possível constatar com base nos projetos de pesquisa executados por seus membros. Some-se a isso um investimento não menos importante na divulgação científica, de modo a inspirar novas reflexões sobre os antigos, na interface com os desafios colocados à sociedade contemporânea. O sucesso do Leir/ES, assim como dos demais núcleos, é exemplo claro da crescente relevância que os estudos sobre a Antiguidade têm assumido, tanto no cenário nacional quanto internacional.

A trajetória do Leir/ES e sua consolidação como referência nos estudos sobre a Antiguidade greco-romana não podem ser dissociadas da figura de seu coordenador, Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva. Desde que assumiu a cadeira de História Antiga e Medieval, na Ufes, em 1992, o professor tem se dedicado incansavelmente a consolidar os estudos sobre a Antiguidade na instituição. Tendo atuado, durante mais de duas décadas, como o único especialista em

História Antiga na Ufes, o docente construiu e liderou um grupo de pesquisa que, com o tempo, rendeu muitos frutos. Até o presente momento, coordenou e/ou participou de 27 projetos de pesquisa, envolvendo dezenas de alunos e profissionais. Sua produção intelectual inclui a publicação de quase uma centena de artigos, de 47 livros, entre obras autorais e coletâneas, e de 81 capítulos de livro. Além disso, orientou 101 subprojetos de iniciação científica, 29 dissertações de mestrado, 9 teses de doutorado e 4 estágios de pós-doutorado. Desde 2007 é bolsista produtividade do CNPq, tendo assumido, em 2016, a condição de Professor Titular de História Antiga da Ufes.[6]

Além de ter fundado a *Romanitas*, no âmbito do Leir, Gilvan Ventura da Silva foi responsável pela criação da *Revista Ágora*[7] e pela reformulação da antiga *Revista de História da Ufes*, renomeada para *Dimensões*,[8] ambas pertencentes ao estrato A do Qualis Periódicos da Capes. Mesmo diante dos obstáculos e dificuldades inerentes a uma universidade e a um departamento de médio porte, o docente sempre se mostrou bastante ativo, envolvendo-se diretamente na implantação do Programa de Pós-Graduação em História da Ufes, primeiramente do mestrado, aberto em 2003, e, em seguida, do doutorado, criado em 2011.[9] Em duas oportunidades, o professor atuou como coordenador do Programa: no triênio 2005-2007 e no biênio 2017-2019. Vale a pena mencionar que a popularização do termo "laboratório" aplicado aos grupos de pesquisa do PPGHis da Ufes também foi uma iniciativa do docente, ao fundar a seção espírito-santense do Leir, consolidando o modelo como uma estratégia de inovação acadêmica. Por essas e outras razões, é necessário reconhecer que o Leir/ES e o PPGHis se beneficiaram muitíssimo da dedicação e do profissionalismo de Gilvan Ventura da Silva, nosso orientador de iniciação científica, mestrado e doutorado e nosso atual supervisor de pós-doutorado, a quem somos profundamente gratos pela sua amizade e seu compromisso como pesquisador e, mais que isso, como educador.

Por meio de suas atividades, o Leir, de modo geral, e o Leir/ES, em particular, têm contribuído não apenas para a pesquisa e a divulgação

6 Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/0104906936908227>.

7 Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora>.

8 Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes>.

9 Disponível em: <https://historia.ufes.br/>.

científica sobre a Antiguidade, mas também para a reconfiguração da maneira de se pensar o lugar e as formas da História Antiga em nosso país. Quanto a isso, não podemos esquecer que a História Antiga, como disciplina acadêmica, emergiu no decorrer da consolidação dos Estados nacionais europeus, no século XIX, o que resultou numa interpretação das estruturas político-administrativas, econômicas e sociais da Antiguidade sob a ótica europeia. Esse *approach*, entre outros efeitos, gerou certo distanciamento crítico no campo da História Antiga com o qual os historiadores atuais ainda precisam lidar (Payen, 2011, p. 112-121). No entanto, a abordagem adotada pelos pesquisadores deste lado do Atlântico, incluindo aquela que vigora no âmbito do Leir/ES, tem buscado problematizar a Antiguidade com base numa perspectiva periférica que não desconsidera as particularidades da sociedade brasileira e da universidade pública, aliada a um enfoque interdisciplinar (Antiqueira, 2022, p. 7-8). Como resultado, a História Antiga, tal como praticado pelo Leir/ES, tem se revelado diversa e multifacetada, de modo a demonstrar que o passado não é um objeto estático nem sua interpretação é definitiva, configurando antes um campo dinâmico, no qual presente e passado se entrelaçam em uma constante renegociação de significados.

Referências

ANTIQUEIRA, M. Retórica e cotidiano no Mundo Antigo: o que temos a dizer sobre isso? In: PINA, E. N.; FURLANI, J. C. (org.). *Retórica e cotidiano no Mundo Antigo*. Vitória: Antíteses, 2022, p. 7-10.

DROIT, R.-P. (éd.). *Les Grecs, les Romains et nous*: l'antiquité est-elle moderne? Paris: Le Monde, 1991.

GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da história antiga. *Politeia - História e Sociedade*, v. 3, p. 41-61, 2010.

GUARINELLO, N. L.; FAVERSANI, F. Uma breve notícia sobre o Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). *Classica*, v. 33, n. 1, p. 305-307, 2020.

GUARINELLO, N. L.; SILVA, U. G.; OLIVEIRA, G. J. D. Antiguidade no Mediterrâneo: a experiência do LEIR-MA/USP. In: GUARINELLO, N. L.; SILVA, U. G.; OLIVEIRA, G. J. D.; PIZA, P. L. T. (org.). *Fronteiras mediterrânicas*: estudos em comemoração dos 10 anos do LEIR-MA/USP. Porto Alegre: Fi, 2019, p. 9-19.

HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PAYEN, P. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? *História da Historiografia*, v. 4, n. 6, p. 103-122, 2011.

SILVA, G. J. Historicidade, memória e escrita da História: Augusto e o *culto della romanità* durante o *ventennio* fascista. *Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 12, p. 142-163, 2018.

VENTURA DA SILVA, G.; FURLANI, J. C. (org.). A *cidade antiga entre a História e a Arqueologia*. Vitória: Antíteses, 2024a.

VENTURA DA SILVA, G.; FURLANI, J. C. (org.). *Espaço, representação e poder no Império Romano*. Vitória: Antíteses, 2024b.

A *produção historiográfica sobre a História das Doenças no Espírito Santo:*

a contribuição do PPGHis/Ufes (2002-2024)

Sebastião Pimentel Franco[1]

Em 2002, depois de algumas tentativas frustradas, conseguimos, finalmente, aprovar o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Para que tal intento fosse possível, contamos com a inesgotável dedicação de alguns professores, entre eles, o professor Valter Pires Pereira (*In memoriam*), a professora Adriana Pereira Campos e o professor Gilvan Ventura da Silva. Edital aberto, selecionamos a primeira turma de Mestrado, com início em março de 2003. Naquele momento, recebi, como primeiros orientandos, José Cândido Rifan Sueth e Anselmo Laghi Laranja.

Nesses pouco mais de 20 anos de existência, o Programa de Pós-Graduação em História foi responsável pelo surgimento de diferentes temáticas que, em especial, possibilitaram uma revisão da historiografia capixaba. A decisão de nos debruçarmos sobre a História Regional em particular foi, em nosso entender, extremamente significativa, pois, dessa forma, contribuímos para a construção de novas leituras da História Brasileira, o que, nas palavras da professora Janaina Amado (1990, p. 4), permite "[...] modificar

1 Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHis/Ufes). Professor do Programa de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC).

profundamente a organização espacial do país, pois regiões até então pouco conhecidas passaram a despertar e chamar atenção".

Conforme aponta Jacques Revel (2003), os estudos de História Regional são importantes para a sociedade, uma vez que acabam revelando uma nova ótica de análise do panorama nacional, como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, partindo de um ângulo que faz aflorar o específico, o particular e permite trabalhar as diferenças e a multiplicidade.

Não menosprezando a produção historiográfica capixaba anterior a esse período, podemos dizer que, a partir da criação do PPGHis/Ufes, o fazer historiográfico local seguiu vertentes metodológicas com maior vigor, constituídas a partir de um maior volume de fontes. Esses novos historiadores mergulharam em um rigor científico mais acurado e, assim consequentemente, suas obras foram sendo constituídas a partir de uma maior riqueza de informações sobre a economia, a sociedade e a política ao longo da trajetória da histórica local.

Recém-titulado como doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, naquele momento, nosso tema de pesquisa versava sobre a instrução feminina no Império e na Primeira República no Brasil. Dessa forma, produzimos inúmeros capítulos de livros, participamos de organização de coletâneas e também de artigos em periódicos. Dentre a produção mais significativa desse período, destacamos os livros "Gênero, etnia e movimentos sociais na História da Educação", em parceria com o professor Dr. Nicanor Palhares Sá, obra que compunha a coleção "Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil", publicada pela Editora da Ufes (Edufes). Nessa coletânea, publicamos um capítulo intitulado: "A Instrução feminina na visão dos presidentes de província do Espírito Santo (1845-1888)".

Outra importante obra que gostaríamos de destacar é a coletânea "História da Educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção", organizada com a professora Dr. Regina Helena Silva Simões e a professora Dr. Maria Alaíde Alcântara Salim, também publicada pela Editora da Ufes (Edufes). Com as

mesmas professoras organizei ainda a obra "Ensino de história: seus sujeitos e suas práticas," publicada pela GM Editora.

Com a Professora Regina Helena Silva Simões, organizamos um catálogo de fontes intitulado "História da Educação no Espírito Santo", pela Editora da Ufes (Edufes). Na mesma linha, elaboramos a coletânea "História e Educação: territórios em convergência", em parceria com o professor Dr. Gilvan Ventura da Silva e a Professora Regina Helena Silva Simões. Essa obra foi produzida a partir do I Colóquio de História e Educação que realizamos na Universidade Federal do Espírito Santo, que contando com a participação de importantes pesquisadores das áreas de História e de História da Educação, como os professores Ana Maria Monteiro, Analete Regina Schelbauer, Érica Christyane Morais da Silva José Carlos de Souza Araújo, José Gonçalves Gondra, Maria Beatriz Nader, Sérgio Feldman, Sonia Regina Miranda e Vania Carvalho de Araújo,

Participamos, ainda, de outras publicações, convidado por organizadores de coletâneas, como "As escolas normais no Brasil: do Império a República", organizada pelos professores Antonio de Pádua Carvalho Lopes, José Carlos Souza Araújo, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. Essa obra foi publicada pela Editora Alínea. Para essa obra, escrevemos o Capítulo 19, intitulado "A gênese, a implantação e a consolidação da Escola Normal no Espírito Santo", em parceria com as professoras Cleonara Maria Schwartz e Regina Helena Silva Simões. Por fim, participamos da coletânea "Pesquisa da História da Educação no Brasil", organizada pelo professor José Gonçalves Gondra e publicada pela Editora DP&A, com o capítulo "A produção acadêmico-científica sobre a História da Educação no Estado do Espírito Santo (1992-2002)".

Nossa produção sobre a temática Educação e Educação Feminina não ficou restrita à escrita de capítulos de livros. Também artigos em periódicos foram publicados, como "Elites oligárquicas e o ensino religioso feminino no Espírito Santo", na revista Caderno Espaço Feminino e pela editora da Universidade Federal de Uberlândia (Edufu).

Em 2012, tomamos uma nova direção em relação a nosso interesse pelo tema de pesquisa. Nesse ano, nossa proposta era realizar um estágio de pós-doutoramento. O local escolhido foi a Universidade do Estado do Rio de

Janeiro (Uerj), onde tivemos o prazer de ser supervisionado pela professora Drª. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos. A temática escolhida foi a História das Doenças. Especificamente nesse momento, resolvemos estudar um surto epidêmico ocorrido no Brasil do Século XIX, a epidemia de cólera que assolou diversos continentes e chegou ao Brasil e à Província do Espírito Santo entre 1855 e 1856.

Entre as atividades do referido estágio, estava prevista a realização de um Colóquio de História das Doenças, que realizamos em 2013 e hoje se encontra na sua XII versão. Como produto final do estágio de pós-doutoramento, produzimos um livro autoral intitulado "O terribilíssimo mal do Oriente: o cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856)", pela editora da Universidade Federal do Espírito Santo (Edufes).

Posteriormente, continuamos pesquisando sobre surtos epidêmicos na província do Espírito Santo, como o de febre amarela, ocorrido entre 1849 e 1850, e também os acometimentos de varíola no decorrer do Século XIX. Os estudos sobre esses surtos resultaram em diversas publicações, como a coletânea "No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista" organizado em coautoria com a pela professora Tania Salgado Pimenta (Fiocruz) e o professor André Mota (Usp), pela Edufes.

Nessa publicação, buscamos apresentar uma radiografia da realidade vivida pelas províncias brasileiras em relação aos surtos epidêmicos que assolaram o país no Século XIX. ainda apresentamos dois capítulos sobre nossos estudos referentes às epidemias na Província do Espírito Santo. O primeiro em parceria com os pesquisadores médicos Luiz Felipe Sias Franco e André Fraga Lopes, intitulado "Flagelo da justiça de Deus: a febre amarela e o cólera no Espírito Santo" e o segundo, em coautoria com o historiador André Luis Lima Nogueira (Faetec/RJ), denominado "Entre práticas e curas: as polivalentes formas de se enfrentar a epidemia de cólera no Espírito Santo".

No campo dos estudos sobre surtos epidêmicos, escrevemos: um capítulo na coletânea "Uma história brasileira das doenças" volume 4, intitulado: "Cólera e surtos epidêmicos no Oitocentos" , no Espírito Santo (1855-56)"; um outro, no volume 5 da coletânea "Uma história brasileira

das doenças", com o título "A presença da febre amarela na Província do Espírito Santo no Século XIX"; e, ainda, um capítulo denominado "Surtos epidêmicos de varíola na Província do Espírito Santo; século XIX", volume 6, também na obra "Uma história brasileira das doenças". Todos foram publicados pela editora Fino Traço.

Nessa fase em que realizamos pesquisas sobre surtos epidêmicos, produzimos ainda alguns artigos para importantes periódicos nacionais, como o artigo "Pânico e terror: a presença do cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856), publicado no primeiro semestre de 2014 pela revista *Almanack* da Unifesp. A partir do ano de 2015, iniciamos uma nova fase sobre os estudos de História da Saúde e das Doenças, dedicando-nos agora a pesquisar sobre a lepra no Espírito Santo.

Gostaríamos de destacar que o nosso interesse sobre essa temática se deu em razão de estarmos orientando uma dissertação de mestrado de Luiz Arthur Azevedo Barros, aluno do PPGHis/Ufes, que naquele momento se dedicava aos estudos da Colônia de Itanhenga/ES. Essa colônia para leprosos foi criada em 1930 e inaugurada no ano de 1937. Funcionou hospitalizando compulsoriamente doentes de lepra até a década de 1980. Nosso orientando encontrou enormes dificuldades para acesso às fontes da referida colônia. Isso nos inquietou e passamos a refletir sobre aonde teria ido a documentação desse leprosário.

Assim, iniciamos uma busca para encontrar essa documentação que, felizmente, foi por nós localizada com a ajuda de uma orientanda de mestrado, Maria Zilma Rios, que, à época, fazia sua dissertação sobre a Edufes no Espírito Santo e conhecia uma ex-funcionária do citado leprosário que ali teria atuado por 35 anos. Ela nos colocou em contato com os funcionários dessa instituição, que nos facultaram conhecer toda a documentação ainda ali existente.

O projeto tinha, como ponto de partida, o levantamento de fontes na Colônia de Leprosos de Itanhenga, em Cariacica (ES). Consistia no levantamento da documentação administrativa (correspondências, relatórios administrativos, livros de ocorrências, livro de batismo da colônia, dentre outros), prontuários de internos, fotografias e jornais. Além disso, previa a

realização de entrevistas com ex-internos, médicos, diretores, funcionários da Colônia e filhos de ex-internos do preventório, objetivando promover uma análise histórica acerca das experiências coletivas dos indivíduos que viveram como internos ou trabalharam na antiga colônia de Itanhenga. Estabelecemos, ainda, objetivos específicos para a realização desse trabalho, como:

a) cotejar, a partir de fontes de diferentes naturezas, as práticas de sociabilidades e as relações de força que permeavam o cotidiano e as vivências no leprosário;

b) identificar as formas de intervenção e controle dos corpos leprosos na colônia;

c) analisar as formas de tratamento implementadas para a lepra no Espírito Santo e verificar como dialogavam com a produção de leprólogos e também divulgar das terapêuticas nas revistas especializadas que circulavam no período do isolamento compulsório;

d) identificar as formas de estigmatização da lepra em terras capixabas e a mobilização de diversos setores sociais em torno da criação do leprosário, em orquestramento com uma política sanitarista nacional;

e) caracterizar o perfil social (sexo, idade, cor, procedência, estado civil, ocupação, tipos de forma clínica da doença) daqueles que sofreram o isolamento compulsório em Itanhenga;

f) publicar um catálogo de fontes com o intento de orientar os pesquisadores sobre essa temática acerca da documentação sob a guarda da instituição e disponibilizar, via digitalização, seu acervo documental a propósito de fomentar pesquisas para a história da lepra no Espírito Santo;

g) publicar um livro narrando as experiências dos antigos enfermos e de seus conviventes na antiga colônia (ex-pacientes, médicos, enfermeiros (as) etc.).

De tal modo, partimos para a pesquisa estabelecendo algumas hipóteses ou pressupostos:

a) a estigmatização da lepra e as formas diferenciadas de vivência no leprosário (que também era o lugar da festa, da ajuda mútua, dos casamentos, das formas de sociabilidade...) proporcionaram a reinvenção e a reinserção social de muitos internos/pacientes, o que permitiu, em parte, a afirmação e a construção/invenção de suas memórias de modo a valorizar a experiência da internação compulsória;

b) a partir da premissa de médicos, como o Dr. Pedro Fontes de que a doença "[...] só não era encontrada quando não procurada", houve uma significativa mobilização de setores burocráticos, mais especificamente da saúde pública no Espírito Santo, de esquadrinhar os rincões do Estado à procura dos doentes no esteio das políticas sanitárias nacionais;

c) o discurso médico construído em torno da lepra, atrelado a um sofisticado aparato repressor (existência de cadeia no leprosário, a própria estrutura arquitetônica e geográfica do sítio etc.), contribuiu para a permanência e a submissão de parte considerável dos internos às rotinas de intervenção de seus corpos na colônia;

d) no correr das décadas em que se processou a internação compulsória, é possível perceber variações nas terapêuticas contra a lepra. Apenas na década de 1940, um tratamento mais eficaz, à base de sulfas, passou a ser sistematicamente aplicado. Entretanto, em Itanhenga, as sulfas demoraram aproximadamente uma década para serem introduzidas, o que nos faz pensar em ações nacionais diferenciadas que contemplavam diferentes Estados da Federação.

Assim, estabelecemos os nossos pressupostos metodológicos que descreveremos a seguir. Com o objetivo de analisar as diferentes formas de encarar e enfrentar a dura experiência da doença e da internação compulsória, esta pesquisa buscava perceber a lepra fundamentada no conceito de enquadramento da doença (*framing disease*) proposto por Charles Rosenberg (1992). Desse modo, para o autor, as doenças devem ser pensadas a partir de suas construções naturais e historicamente forjadas, com base nos entroncamentos entre as concepções biológicas e sociais. Ou seja, uma doença só existe para uma sociedade, em uma determinada época, quando

"[...] concordarmos que ela existe, percebendo, nomeando e respondendo a ela" (Rosenberg, 1992, p. 305, tradução livre).

Assim, a partir do "enquadramento" de uma específica doença, foi tecida uma série de relações sociais, envolvendo médicos e pacientes, autoridades e ações no âmbito da saúde pública e mobilizações sociais, convertendo a própria doença em elemento mediador (um "ator," para me valer dos termos de Rosenberg) das práticas e demandas sociais forjadas com base em sua existência.

No caso da lepra, como acima mencionado, trata-se de uma doença com fortes conotações simbólicas e estigmas. Como afirma Sontag (2007), tendo como estudo de caso a epidemia de AIDS, em torno de acometimentos dessa natureza, são construídas metáforas que acabam por mediar múltiplas relações comunitárias e, via de regra, marcar mais dramaticamente seus sofredores em comparação com a experiência de outras enfermidades.

A lepra, metaforizada em conotações de caráter religioso (vinculada à impureza, ao castigo e ao pecado), com a impossibilidade de cura, as mutilações corpóreas irreversíveis e o permanente medo do contágio, acabou por marcar, de modo permanente, a existência daqueles que a contraíram. Essa realidade se torna especialmente dramática, ao perscrutarmos a memória e as narrações das pessoas que viveram a doença e a intervenção compulsória sobre seus corpos e vidas.

Tal percepção da lepra metaforizada e estigmatizada como uma doença que recaía sobre indivíduos pecadores e impuros, servindo-lhes como castigo divino, tem longa data. Ainda que de maneiras diferenciadas, de certa forma, a lepra foi reelaborada na interpretação que os próprios internos tinham de "si" e da doença que os havia tocado. Acerca da longevidade desses estigmas, Carlo Ginzburg (2007), em estudo sobre a composição dos estereótipos da feitiçaria e das feiticeiras na Europa moderna, observa como, no curso da Idade Média, se desenvolveu mais fortemente uma série de narrativas literárias que estabeleceram tópicos de discurso que se tornaram modelares.

Nessas narrativas, leprosos e judeus (e, para o autor, posteriormente, as feiticeiras) eram vistos como inimigos de suas comunidades, espalhando, propositadamente, a doença e conspirando contra as coletividades, ao

contaminar as águas comuns, azedar o leite e o vinho, envolver-se em atos de infanticídio. Esse aspecto contribuiria para disseminar o ódio, a vontade de controle e apartamento de determinados indivíduos de seus grupos de convivência (Ginzburg, 2007).

Buscamos constituir uma abordagem metodológica cujo trajeto privilegiasse o "micro" para compreensão de um tema de extensa temporalidade e diversidade espacial, como é o caso das políticas de controle da lepra. Trabalhar no universo micro, o espaço da Colônia de Itanhenga, possibilitaria, em nosso entender, demonstrar e compreender como a História é também obra de pessoas comuns com potencialidade de revelar aspectos escondidos, não ditos e imperceptíveis pela macro-história. Tal prática incorpora ao percurso metodológico o desafio de tratar a conjuntura considerando sua pluralidade marcada pelo fazer dos indivíduos em movimento.

Para atingirmos tal intento, dois autores foram muito importantes. Em artigo denominado "Microanálise e construção do social", Jaques Revel (1998) trata da questão da escala na experiência do trabalho do historiador e afirma que, ao mudarmos a escala de observação, teremos o surgimento de realidades diferentes, dando oportunidade de que outras configurações das relações sociais aflorem. Há aqui, portanto, um pressuposto importantíssimo para o aprofundamento de nosso objeto de estudo: ao variarmos a lente de observação, ou seja, ao considerarmos o *locus* da colônia e, ainda mais, a experiência dos ex-internos e familiares, teremos possibilidade de compreender o fenômeno em diferentes contextos.

A variação de escalas, conforme assegura Paul Ricoeur (2007), traz consigo a ideia de que não vemos os mesmos encadeamentos, quando tomamos uma escala diferente, mas percebemos outras conexões antes imperceptíveis em uma escala macro. Assim, de uma escala para outra, surgem diferentes informações porque se observa o contexto em outro nível de organização.

A atenção a esse pressuposto demonstra, por exemplo, que, no campo da política de internação compulsória dos leprosos, podemos identificar o conjunto de medidas públicas e privadas que a materializaram. Entretanto,

estudando o cotidiano do antigo leprosário, veremos um contexto repleto de sentidos atribuídos pelos próprios doentes às medidas profiláticas determinadas pela política médico-sanitária, trazendo informações diferentes e complementares ao estudo e possibilitando outras leituras do objeto.

Nesse sentido, o percurso metodológico do nosso estudo contemplou perspectivas da história oral para nos possibilitar compreender trajetórias individuais. Para Etienne François (2006, p. 10), "[...] a história oral se constitui em encontro com sujeitos da história [...]", o que permite trazer à tona elementos de subjetividades, emoções e o cotidiano como questões que integram o contexto "micro" e são recuperadas pela memória dos informantes.

Como indicado na introdução, esses "jogos escalas" entre o micro e o macro podem ser igualmente transpostos como matéria de interpretação das multifacetadas formas de conceber e conviver com a lepra com base na dinâmica entre o indivíduo e a(s) coletividade(s). Assim, lançamos mão do conceito de figuração desenvolvido por Norbert Elias (1994, 2001). Ao analisar a sociedade de corte na Europa moderna, o autor chama a atenção para as diferentes formas de convívio e tensões sociais que marcam a vida dos sujeitos dentro de uma coletividade, devendo-se levar em consideração a ação dos indivíduos em razão do lugar que ocupam na coletividade.

Portanto, não existe apenas "o" indivíduo, mas as diferentes posições assumidas por diferentes indivíduos que, apenas quando analisadas em seu conjunto e em consonância com suas relações de força, ganham sentido. No caso específico das vivências da internação compulsória das pessoas que contraíram lepra e daquelas que estavam envolvidas com seu tratamento, percebemos a existência de hierarquias, ações coercitivas, forja de imagens e autoimagens em torno da enfermidade, atuando como o fio condutor de disputas, casamentos, relações parentais, convívios entre doentes, médicos e demais agentes da burocracia do estado, e constituindo, desse modo, o cotidiano da colônia.

Trabalhar com o conteúdo expresso a partir da memória, em nosso entender, daria a possibilidade de trazermos a versão dos sujeitos que foram alvo da política de isolamento compulsório. Porém, esse é um trabalho que demanda esforço e cuidado em virtude de algumas peculiaridades envoltas

em torno da memória e de seu uso. Portelli (2016, p. 48), ao tratar da memória como incômodo, diz que ela serve para incomodar e "[...] colocar em dúvida as certezas que nos tranquilizam". Assim, a memória pode atuar como ameaça "às certezas" da política implantada para controle da doença, ao trazer elementos capazes de questionar em que medida suas ações foram efetivas e revelar os reflexos não calculados e indesejáveis que porventura recaíram na vida dos sujeitos.

Porém, lidar com a memória é também lidar com o esquecimento, o que nos remete à compreensão de que são processos complementares, sem oposição entre ambos. Para Portelli (2016, p. 47),

> [...] mais do que um armazém de dados, a memória é um trabalho constante de busca de sentido, que filtra os vestígios da experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade – mas também aquilo que tem significado demais.

Dessa forma coerente com a função de incômodo da memória, o suprimido pode surgir de maneira a perturbar, dando sentido ao processo de descobrir e compreender melhor o vivido.[2] Dar lugar à memória dos que foram afetados pelo isolamento compulsório nos ensina que a política teve aspectos que ficaram soterrados, dos quais a história não pode prescindir.

A documentação administrativa (relatórios, censos, correspondências recebidas e expedidas), além dos prontuários médicos, permitirá a interpretação do *modus operandi* da colônia, fornecendo dados quantitativos acerca da idade, sexo, ocupações, naturalidade, estado civil e cor daqueles que foram alvo da internação compulsória. O documento também nos possibilitará entender as práticas de coerção, as resistências e acomodações em torno da doença e seus tratamentos. Assim, nesses documentos, a lepra é "enquadrada" (nos termos de Rosenberg) e podemos acessar as formas de conceber a doença, seu diagnóstico e tratamentos ao longo do período em tela.

2 Keila Carvalho, analisando a questão da memória e sua relação com as informações do passado e do presente, brinda-nos como uma análise de Thompson, que traduz com maestria nossa percepção sobre a importância do resgate da memória. Para Thompson (1992, p. 57): "[...] as histórias que relembramos não são representações exatas do nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais".

Por meio dessas fontes, foi possível encontrar o Estado atuando e provendo as políticas públicas em relação à lepra, à busca e, no limite, à captura dos doentes; às festas, casamentos e celebrações religiosas que aconteciam na colônia; à produção de alimentos e víveres que existiam no espaço. Enfim, um mosaico de práticas sociais que nos mostram, para além dos mecanismos de intervenção e coerção sobre os corpos leprosos, possibilidades de reinvenções e novas formas de vida daqueles que foram submetidos à internação em Itanhenga.

O trabalho com prontuários de internos do leprosário foi utilizado tomando como referência o pensamento de Salla e Borges (2017). Esses autores argumentam sobre as potencialidades desse tipo de documentação, especialmente para descortinar as estratégias de poder que se impunham tanto para o governo das instituições como para os indivíduos sob sua tutela. Nesse sentido, as instituições de confinamento acabam por produzir uma gama significativa de informações em torno de suas rotinas, práticas de intervenção sobre os corpos doentes e/ou confinados e também terapias e ações de sociabilidade, que vão dizer muito a respeito do *modus operandi* dessas instituições e das sociedades que as produziram e endossaram suas práticas.

Outro aspecto sublinhado pelos autores é a percepção dos prontuários como "[...] conjuntos de documentos organizados para a identificação e reunião de informações sobre a história dos indivíduos, no interior da instituição e antes dela" (Salla; Borges, 2017, p. 119). Assim, a despeito de, à primeira vista, parecer uma documentação excessivamente padronizada e eivada de "filtros" e "lugares comuns" e, acima de tudo, produzida de modo deliberado pelos agentes que controlavam os internos de diferentes naturezas (infratores, "loucos", prostitutas, leprosos...), por vezes, os prontuários podem trazer instigantes informações sobre aqueles que sofreram confinamento e suas formas de vida e de sociabilidade dentro desses ambientes.

Para que pudéssemos disponibilizar esse acervo encontrado a outros pesquisadores, criamos uma página na internet cujo endereço eletrônico é *https://saberesesabores.Ufes.br/*, na aba *Memorial do Leprosário de Itanhenga*. Todo o trabalho acerca do leprosário foi desenvolvido por uma equipe que era

constituída por nós e pelos bolsistas de Iniciação Científica, Brenda Soares Bernardes e Ramon Ferro; pelos meus três supervisionados de pós-doutorado, André Luis Lima Nogueira, Simone Santos de Almeida Silva e Sérgio Luis Marlow; e minha orientanda de doutorado, Tania Maria Araújo.

Acreditamos que este projeto tem uma significativa importância para a historiografia capixaba, uma vez que não conhecemos nenhum trabalho anterior que tenha se debruçado sobre essa temática. Existia tão somente uma pesquisa sobre o tema, produzida por duas ex-funcionárias do referido leprosário, intitulada "Hospital Dr. Pedro Fontes: antiga Colônia de Itanhenga", de Alda Vieira e Dora Martins Cypreste. As referidas autoras, entretanto, não são historiadoras de ofício, podendo essa obra ser classificada como um trabalho de memorialista.

Destacamos que a produção historiográfica acerca da história das doenças no Espírito Santo se constituía, antes de iniciarmos nossa pesquisa, de apenas três trabalhos. Em 2008, orientamos, no Programa, duas dissertações sobre o tema. Essa demanda nos motivou a desenvolver um projeto de pós-doutoramento (realizado em 2012) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A partir de então, iniciamos uma pesquisa sobre a epidemia de cólera no Espírito Santo e organizamos o I Colóquio de História das Doenças, em parceria com a COC/Fiocruz, realizado em 2013. Atualmente, o colóquio já se encontra em sua 12ª edição (a ser realizada em outubro de 2024). Além da Fiocruz, hoje o colóquio conta com a participação institucional dos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal de Ouro Preto, o que demonstra a visibilidade que esse evento alcançou.

Como produto das discussões e apresentações realizadas nos colóquios, organizamos os volumes 4, 5, 6, 7, 8, 9,10,11, 12 e 13 (no prelo) da coletânea "Uma história brasileira das doenças". Além disso, continuamos a realizar pesquisas que abarcam e fortalecem a temática dentro do programa, a partir de ações, como orientações de mestrado e doutorado e supervisões de pós-doutorado, sem contar com diversos artigos e capítulos de livros publicados.

Registramos que, nos últimos anos, fomos responsáveis pela orientação de cinco dissertações sobre o tema história da saúde, das doenças e das artes

de curar e de quatro teses de doutorado – uma delas especificamente sobre o tema lepra, intitulada: "Vivos no campo do esquecimento: lepra e isolamento compulsório no Espírito Santo". Também supervisionamos quatro estágios de pós-doutoramento – três deles sobre o tema e um sobre a temática loucura.

Registramos que, em razão de nossa pesquisa sobre a história das doenças, fomos convidados para organizar alguns Dossiês de Periódicos, como o da *Revista Almanack*, da Unifesp (dois dossiês); *Revista Dimensões*, do PPGHis/Ufes (dois dossiês); *Revista Ágora*, do PPGHis/Ufes (um dossiê). Em 2015, organizamos o dossiê "História da saúde e das doenças", n. 34, da *Revista Dimensões* da Ufes , em parceria com a professora Kaori Kodama (Fiocruz). Nele apresentamos o artigo "A lepra no Espírito Santo: de fagueira ilusão à Colônia de Itanhenga", em parceria com Luiz Arthur Azevedo Barros.

No ano de 2018, em coautoria com Simone Santos de Almeida Silva, publicamos na revista *Kronos*, v. 6, o dossiê "História das doenças e das práticas de curar", o capítulo "A lepra e as sensibilidades de um ex-interno da Colônia de Itanhenga no Espírito Santo".

Em 2019, fomos convidados, juntamente com a professora Lorelay Brilhante Kuri (Fiocruz) e o professor André Luis Lima Nogueira (Faetec/RJ), para organizar o dossiê da *Revista Almanack* da Unifesp, n. 22 (primeiro semestre), "O Oitocentos visto a partir de suas doenças e artes de curar". Nesse dossiê, apresentamos o artigo "Curas ilegais e repressão no Oitocentos espírito santense: o caso de Trem e Olegário", em parceria com o professor André Luis Lima Nogueira.

Em 2021, um novo convite para organizarmos o dossiê da *Revista Dimensões*, n. 47, trabalho feito em parceria com as professoras Yara Nogueira Monteiro (Leer/USP) e Zilda Maria Menezes de Lima (Uece). Esse número foi dedicado à lepra/hanseníase. Nele apresentamos o artigo "Isolar e assistir: desafios do tratamento dos doentes de lepra na Colônia de Itanhenga/ES", em parceria com Tania Maria de Araújo.

Em 2021, fomos convidados para organizar o dossiê "Doenças e práticas de cura na História brasileira", n. 32, em parceria com a professora Anny Jackeline torres Silveira (Ufop) e Andre Luis Lima Nogueira (Faetec/RJ). Nele

trouxemos o artigo "A lepra no Ceará e no Espírito Santo", juntamente com a professora Zilda Maria de Menezes Lima (Uece).

Para 2025, estaremos novamente organizando mais um dossiê da *Revista Dimensões*, da Ufes, tratando da temática "Trajetórias na história da saúde", em parceria com a professora Rita de Cássia Marques (UFMG) e o professor Ricardo dos Santos Batista (UEB). Entendemos que os convites para organização de dossiês de importantes periódicos traduzem a visibilidade e o reconhecimento de nossas pesquisas no campo da história da saúde e das doenças.

Além de convites para organizar dossiês temáticos de periódicos, também fomos convidados para participar de importantes coletâneas sobre a temática história da saúde e das doenças. Especificamente sobre a lepra no Espírito Santo, publicamos um artigo na coletânea organizada pela professora Yara Nogueira Monteiro, intitulada "História da hanseníase no Brasil: silêncios e segregação", pelo Leer/USP, Fundação Paulista Contra a Hanseníase e a editora Intermeios (2019). Escrevemos dois capítulos, a saber: "Lepra uma 'breve' história da doença"; em parceria com Simone Santos de Almeida Silva, e "Adoecer por lepra e com a doença conviver: apontamentos sobre a implantação da Colônia de Itanhenga/ES (1937) e o isolamento compulsório" em parceria com Tânia Maria de Araújo.

Fomos ainda convidados pelos organizadores da coletânea "História das ciências e da saúde: tendências, temas e arquivos", professor Ricardo dos Santos Batista, Christiane Maria Cruz e Souza, Luiz Otávio Ferreira e Maria Renilda Barreto, para apresentar um texto, que foi publicado pela editora Hucitec (2023), no capítulo intitulado "Os internos na colônia de Itanhenga/ES: quem eram eles". Editamos, ainda, na coletânea organizada pelos professores Rafael Montovani e André Mota, "Saúde e espaço público na América Latina: do século XVIII ao XX", editora Hucietec (2023), o capítulo "A criação do leprosário de Itanhenga e os seus internos".

Outra publicação, a convite, sobre o tema lepra foi o capítulo: "A lepra e as fronteiras sociais: a sensibilidade literária de Antonio M. Martins", em parceria com Simone Santos Almeida Silva, na coletânea "Saúde e doenças no Brasil; perspectivas entre a história e a literatura", pela editora FI (2018). Publicamos também, no livro "Saúde e sociedade no Brasil: uma perspectiva

histórica", organizado pelo professor Carlos Miranda e a professora Serioja Mariano, produzido pela editora da Universidade Federal de Pernambuco (2022), o capítulo "Difícil é para a justiça humana processar e julgar quem já está condenado pela justiça divina: lepra e estigma".

Em 2022, ainda publicamos, na obra "Uma história brasileira das doenças", v. 11, pela editora Fino Traço, um livro organizado, juntamente com os professores André Luis Lima Nogueira (Faetec/RJ), Dilene Raimundo do Nascimento (Fiocruz), Anny Jackeline Torres Silveira (Ufop) e Patricia Maria da Silva Merlo (Ufes), o capítulo "As fugas e as prisões: vestígios do cotidiano no Leprosário de Itanhenga/ES (1937-1962)".

Em razão do conhecimento sobre a temática história da saúde e das doenças, enveredamos por produzir outros textos que não trataram, especificamente, sobre a lepra, como as obras que citaremos a seguir:

Em 2020, na coletânea "Uma história brasileira das doenças", v. 9, pela editora Fino Traço, organizada por nós e pelas professoras Dilene Raimundo do Nascimento (Fiocruz) e Anny Jackeline Torres Silveira (Ufop), publicamos o capítulo "A Santa Casa de Misericórdia: missão e agruras em fins do século XIX", em parceria com o professor André Luis Lima Nogueira (Faetec/RJ).

Ainda em 2020, publicamos na obra "Quando a história encontra a saúde", pela Hucitec, organizado por Ricardo dos Santos Batista (Ueb), Christiane Maria Cruz e Souza (Ifba) e Maria Elisa Lemos Nunes da Silva (Ueb), o capítulo "Vida, doença e cura escrava na província do Espírito Santo (século XIX)", juntamente com os professores Patricia Maria da Silva Merlo (Ufes) e André Luis Lima Nogueira (Faetec/RJ).

Em 2022, em "Uma história brasileira das doenças", v. 10, da editora da Universidade Federal do Espírito Santo (Edufes), organizada por nós e pelas professoras Dilene Raimundo do Nascimento (Fiocruz), Anny Jackeline Torres Silveira (Ufop), apresentamos o capítulo "Ernesto Mendo, trajetórias, práticas e vivências de um médico do Oitocentos nas terras capixabas", em coautoria com Jória Motta Scolforo (Ape/ES) e André Luis Lima Nogueira (Faetec/RJ).

Em "Cativeiros e enfermos: assistência e saúde no Brasil escravista", coletânea publicada pela Hucitec em 2023, organizada por Tania Salgado Pimenta (Fiocruz) e Flávio dos Santos Gomes (UFRJ), trouxemos o capítulo "Olegário Silva dos Santos: filho da escrava e curador de Viana (Espírito Santo, fins do século XIX", em parceria com André Luis Lima Nogueira (Faetec/RJ).

Outro trabalho importante foi o capítulo "Ideais eugênicos na construção do Projeto Missionário Batista no Espírito Santo nos anos iniciais do século XX", apresentado na coletânea organizada por Simone Santos de Almeida Silva e Bruno César Nascimento, "Doenças do Brasil: cidadania, raça e saúde", em parceria com Elezeare Lima de Assis (Sedu/ES), publicada pela editora Milfontes (2018).

A jornada até aqui foi longa e profícua, certamente outros produtos ainda serão colhidos. Resta-nos a certeza de que buscamos dar nossa contribuição à historiografia local sobre uma temática não explorada até então. Que muitas outras pesquisas surjam é o nosso desejo.

Referências

ARAUJO, T. M. de. *Vivos no campo de esquecimento*: lepra e isolamento compulsório no Espírito Santo. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

CARVALHO, Keila Auxiliadora de Carvalho. *Colônia Santa Izabel*: a lepra e o isolamento em Minas Gerais (1920-1960). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ELIAS, Norbert.1897-1990. O *processo civilizador*. Tradução de Ruy Jungman. Revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

ELIAS, Norbert. A *sociedade de corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 3-13.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GINZBURG, Carlo. *História noturna*: decifrando o sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 15-38.

RICOEUR, Paul. A *memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

ROSENBERG, C. Framing Disease: Illness, Society and History. In: ROSENBERG, C. E. (ed.). *Explaining Epidemics and Other Studies in the History of Medicine*. Cambridge: Cambridge University, 1992, p. 305-318.

SALLAS, Fernando; BORGES, Viviane. Prontuários de instituições de internamento. In: RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). *Possibilidades de pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 115-136.

VIEIRA, A.; CYPRESTE, D. M. *Hospital Dr. Pedro Fontes*: antiga Colônia de Itanhenga. Vitória: Secult, 2014.

SONTAG, Susan. A *doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

THOMPSON, Paul. A *voz do passado*: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

O Laboratório de História, Poder e Linguagens:

sua trajetória e importância para a consolidação do estudo da história dos impressos e da cultura escrita

Karulliny Silverol Siqueira[1]

A partir do início do curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História em 2003, uma pluralidade de vertentes ligadas à pesquisa histórica passa a ser vislumbrada na Universidade Federal do Espírito Santo. O advento do PPGHis suscitou, sem sombra de dúvidas, a composição de núcleos de pesquisa coletivos, aglutinando discussões historiográficas e temáticas de investigação que passaram a contribuir com o debate nacional, sobretudo, a partir da criação de laboratórios de pesquisa e do desenvolvimento dos trabalhos de alunos e professores envolvidos na pós-graduação.

Nesta perspectiva, caminhando junto ao Programa de Pós-Graduação em História-Ufes, destacamos a consolidação do Laboratório de História, Poder e Linguagens (LHPL), criado em 2002, a partir de um grupo de pesquisa, pela professora Drª. Adriana Pereira Campos, docente do Programa de Pós-Graduação desde sua criação. Já em seu início, o laboratório acolheu pesquisas que contemplavam as diferentes percepções do poder, por meio da análise da cultura política, da linguagem, das sociabilidades e dos mecanismos de busca pela cidadania e justiça, por exemplo.

1 Doutora em História. Professora do Departamento de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

O advento do LHPL certamente possibilitou o diálogo entre pesquisadores da área de História que objetivavam trazer à luz temas diversos que enfatizavam tanto a historiografia nacional, bem como a História do Espírito Santo, por meio de novas abordagens teóricas e metodológicas. Além dos professores que integravam o laboratório no contexto de sua concepção, o LHPL teve grande adesão de alunos de graduação. Assim, ao longo dos últimos anos, o laboratório se tornou *locus* de pesquisa de mais de 64 trabalhos de iniciação científica, desenvolvendo estudos junto a alunos da graduação, bem como 50 dissertações de mestrado, que foram propiciadas pelo advento do Programa de Pós-Graduação em História, acrescidas de mais de uma dezena de teses de Doutorado, orientadas pelas professoras que conduzem o LHPL. Atualmente o laboratório é coordenado pelas professoras Adriana Pereira Campos, Karulliny Silverol Siqueira e Kátia Sausen da Motta.

Dentre as áreas de pesquisa abordadas pelos pesquisadores do Laboratório de História Poder e Linguagens, destacamos as principais linhas de investigação desenvolvidas pelos professores, alunos da graduação, pós-graduação, quais sejam: a História de impressos e circulação de ideias, Humanidades digitais, Tribunais Superiores, Magistraturas Populares e Doutrinas jurídicas, Petições, comunicações políticas e representação social, Crimes, criminalidade e criminosos no Oitocentos e Propriedade como conceito histórico (XVII-XIX). As pesquisas desenvolvidas nestas áreas abrangem desde alunos de iniciação científica até alunos de pós-doutorado que, junto às coordenadoras do Laboratório, se dedicam ao levantamento de fontes e análise de dados que permitiram ao longo dos anos a consolidação de diversos estudos por meio da publicação de obras importantes que destacam a relevância das pesquisas desenvolvidas pelo LHPL.[2]

2 CAMPOS, Adriana Pereira; SIQUEIRA, Karulliny Silverol; MOTTA, Kátia Sausen; LAGO, Rafaela Domingos (org.). *Memórias, traumas e rupturas*. Vitória: LHPL, 2013; CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da; MOTTA, Kátia Sausen (org.). O *espelho negro de uma nação*: a África e sua importância na formação do Brasil. Vitória: Edufes, 2019; CAMPOS, Adriana Pereira.; RIBEIRO, Geisa Lourenço; MOTTA, Kátia Sausen; SIQUEIRA, Karulliny Silverol (org.). *Entre as províncias e a nação*: os diversos significados da política no Brasil do Oitocentos. Vitória: Milfontes, 2019; CAMPOS, Adriana Pereira. N*as barras dos tribunais*: história, direito e escravidão no século XIX . Vitória: Antíteses, 2023; CAMPOS, Adriana Pereira; COSTA, Rita de Cássia Maia e Silva (org.). 160 *anos de história da Biblioteca Pública do Espírito Santo*. 1. Vitória: Arte da Cura, 2016; MOTTA, Katia Sausen. *Eleições no Brasil do Oitocentos*: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881). Jundiaí: Paco, 2021; CAMPOS, Adriana Pereira; SLEMIAN, Andréa; MOTTA, Kátia Sause. *Juízes de paz*: um projeto de justiça cidadã nos primórdios do Brasil Império. Curitiba: Juruá, 2017. SIQUEIRA, Karulliny Silverol. O I*mpério das Repúblicas*: Projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

Acerca da atividade do Laboratório de História, Poder e Linguagens e sua contribuição à pesquisa histórica em nível local e nacional, é necessário destacar também a ocorrência de diversos eventos organizados pelo LHPL, os quais proporcionaram amplo diálogo entre pesquisadores e alunos da Universidade Federal do Espírito Santo e demais pesquisadores de todo Brasil e de outros países. Em sua trajetória, o LHPL sediou e tornou possível a realização de diversos eventos que ocorreram na Universidade Federal do Espírito Santo e em outras instituições parceiras. Dentre tantos eventos importantes, citamos o Encontro Internacional Memória, Traumas e Rupturas realizado em 2013, com participantes provenientes de diversos países, bem como o Simpósio Internacional da Sociedade de Estudos dos Oitocentos, ocorrido em 2014, que reuniu pesquisadores de renome dentre os estudiosos acerca do Brasil no século XIX. Em meio aos eventos organizados pelo Laboratório, faz-se importante destacar também a realização de diversas edições do Encontro Internacional Ufes/Paris-Est, a partir do convênio com esta instituição francesa.

História dos impressos e circulação de ideias: o LHPL e as abordagens em meio à pesquisa histórica referente à cultura escrita

Pode-se dizer que, desde a criação do LHPL, seus pesquisadores preocuparam-se com a adesão e o levantamento de fontes que revelam aspectos da cultura escrita e impressa. Grande parte dos alunos e professores sempre manteve intenso diálogo com fontes manuscritas e impressas do século XIX, utilizando jornais, tanto em âmbito nacional quanto local, para compor investigações[3] que demostraram o quanto a imprensa possibilita

3 Alguns exemplos dos trabalhos desenvolvidos neste âmbito: PEREIRA, Cibele Camargos. *Entre a sucessão e a República*: Representações da princesa Isabel e projeções para o terceiro reinado. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023; COUTINHO, Driely Neves. *Partidos e linguagens políticas na Corte imperial*: a transformação do conceito partidário e a formação das identidades políticas na imprensa do Rio de Janeiro (1837-1842). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023; BACELLAR, Anna Luíza Sartorio. *O Espelho da Justiça e o teatro da jurisprudência* (1830-1831). Dissertação (Mestrado em Direito Processual) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022; REIS, Arthur Ferreira. *Emoção e patriotismo nos jornais da independência* (1821-1823). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022; NEVES, Mateus Corrêa. *O impacto das leis antiescravistas na linguagem política da imprensa Espírito-santense* (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023; BRIEL, Marcos Antônio. *A participação da província do Espírito Santo na Guerra do Paraguai*: recrutamento militar e mobilizações cívicas (1864-1870). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024.

ao historiador adentrar em uma diversidade de temas acerca do século XIX, seja nos meios social, político ou cultural. No entanto, é necessário destacar que, nos últimos anos, o LHPL vem ampliando seu espaço dedicado ao estudo da cultura escrita e imprensa, o que pode ser constatado a partir da consolidação da linha de pesquisa "Sociedade e Circulação de ideias: impressos e redatores".[4]

A história do livro, campo de pesquisa que abarca, dentre outras vertentes, a circulação de textos, a história da escrita global e seus usos sociais, tem, ao longo dos últimos anos, interligado os estudos acerca dos manuscritos, impressos e a oralidade. Nesta empreitada, tanto o conteúdo quanto a forma de escrita e o suporte utilizado se tornam, assim, objetos da análise dos circuitos de comunicação de determinadas sociedades. Atualmente, o desenvolvimento da linha de pesquisa "Sociedade e Circulação de ideias: impressos e redatores"[5] privilegia o estudo da cultura escrita pensada não somente em torno dos impressos, mas também dos manuscritos, como cartas e demais documentos que podem compor o arcabouço de fontes do historiador. Deste modo, seguem-se, dentre outras perspectivas teóricas, as premissas do autor Roger Chartier, que nos direcionam a refletir sobre a importância dos manuscritos como elementos de mobilização social, mesmo após o advento da imprensa no século XVI. Existiria, assim, uma continuidade entre os manuscritos e impressos, posto que a permanência do primeiro elemento não se exauriu a partir do surgimento do segundo (Chartier, 1998, p. 15).

Os manuscritos existentes em meio ao contexto no qual a impressa já era vigente também é tema de investigação do autor Fernando Bouza (2001), que aponta a oralidade e o uso de imagens como formas de comunicação a partir de demandas específicas. Os manuscritos, neste sentido, coexistem com os impressos e, em determinadas sociedades, muitas vezes conseguem abranger as necessidades dos circuitos de comunicação. Como a província do Espírito Santo vislumbrou o advento de sua imprensa praticamente na segunda metade do século XIX, a linha de pesquisa corrobora a importância

4 As áreas de investigação propostas pelo LHPL podem ser encontradas no site do laboratório: <www.lhpl.ufes.br>.

5 As linhas de pesquisa desenvolvidas pelo Laboratório de História, Poder e Linguagens, estão apresentadas no Diretório do CNPQ, disponível em: <dgp. cnpq.br/dgp/ESpelhogrupo/10384>.

dos manuscritos que circularam na sociedade capixaba antes da utilização das tipografias. No entanto, relacionamos a consolidação de modificações significativas na cultura política local, a partir da publicação de impressos no Espírito Santo.

A trajetória dos impressos e seu impacto na circulação de ideias tornaram-se objeto de investigação importante para os historiadores que, como acentua Tania de Luca, visualizaram neste tipo de fonte um arcabouço rico em trocas culturais e simbólicas (Luca, 2018). Além disso, dada a multiplicidade de temas abordados, os estudos que têm os impressos como temática principal possibilitam destacar elementos centrais da cultura política de uma determinada sociedade.

A linha de pesquisa desenvolvida no LHPL destaca-se por abarcar tanto o viés interpretativo acerca do conteúdo divulgado pelos impressos e a influência das ideias divulgadas, como também por acentuar os aspectos de sua materialidade, como a atuação dos tipógrafos, o ambiente da tipografia, a presença do editor, e ainda as formas de leitura. Os impressos, neste sentido, são visualizados pela história como elemento pertencente a uma constelação de atividades que engloba esferas como cultura, sociedade e até mesmo o contexto econômico.

Investigações importantes resgataram o momento inicial dos impressos no Ocidente, discutindo a descoberta dos tipos móveis, até o aparecimento da imprensa de Gutenberg e seu impacto no mundo do século XV. A obra O *aparecimento do livro* (Febvre; Martin, 2017), por exemplo, identifica o contexto de aparecimento e evolução do papel no Ocidente, ocorrência primordial para a produção dos impressos. Além disso, a pesquisa salienta as dificuldades técnicas do contexto de Gutenberg, além da caracterização do formato dos impressos vigentes naquele período.

Contribuindo para as investigações acerca do impacto dos impressos no contexto de difusão de ideias, Robert Darnton elaborou sua análise a partir do entendimento do iluminismo não somente como um movimento de ideias, mas identificando o período em meio ao setor de empreendimentos editoriais. Discutindo O *Iluminismo como negócio* (1996), Darnton investigou as ideias dentro do mercado de impressos e a circulação das obras na Europa.

No mesmo sentido, Fréderic Barbier se debruça sobre a transmissão dos impressos na obra *História do Livro*, de forma a identificar as práticas de leitura e confecção dos impressos desde o século XV, acentuando revoluções ocorridas em sua fabricação. Tal mudança ocorre, sobretudo, no século XIX, a partir da diminuição do custo de produção do papel. Este fator, segundo Barbier, afetou os ateliês de impressão, produzindo agora em larga escala, com o auxílio também das inovações tecnológicas, como, por exemplo, a rotativa (Barbier, 2008). Assim, o Oitocentos presenciou o aumento das tiragens de jornais e livros a partir do processo de mecanização.

As análises desenvolvidas pela linha de pesquisa também têm por base o autor Jean Yves Mollier, que corrobora a ideia de que existem diversas formas de se escrever a história da impressão. Mollier identifica que, por volta do fim do século XVIII, percebe-se o aumento do público leitor, bem como a grande demanda pelos impressos que se manifestou, sobretudo, a partir da revolução industrial e da urbanização da Europa.

Neste sentido, é notória a importância dos impressos no contexto de modificação das culturas políticas vigentes e no processo de transmissão de ideias. Dentre as perspectivas de pesquisa que almejamos evidenciar nesta linha de investigação, apontamos também as formas de leitura dos impressos como objeto de análise. Em *A ordem dos livros* (1999), Roger Chartier destaca a história do livro e da leitura entre os séculos XVI e XVIII na França, identificando os rituais que envolviam o hábito de ler naquele período. Em seus escritos, o autor elabora a ideia de que na Idade Moderna havia uma ordem de decifração do livro, a qual se estendia em sua compreensão social, na publicação da obra e ainda em sua divulgação.

Indagamo-nos, sobretudo, sobre qual seria o impacto dos impressos e da leitura na sociedade, na política, bem como nas sociabilidades do século XIX. É a partir do termo mundialização que Jean Yves Mollier destaca a função dos impressos como agentes de trocas culturais entre diferentes países a partir do século XV. No entanto, o autor certifica que tal movimentação de ideias teria se acelerado no século XIX (Mollier, 2009). Sobre os caminhos percorridos pelos impressos, destaca:

> No que se refere ao livro ou ao impresso – pois não se pode separar o volume da brochura, do fascículo, do pliego suelto ou do folheto da literatura de cordel que tanto fez para transmitir, na Espanha como também no Brasil, crenças, superstições ou saber médico, do jornal e da revista, bem como da imagem sagrada ou profana –, pode-se apenas constatar sua extraordinária aptidão para se introduzir em toda parte e dar a volta do planeta. Isso foi um fato com o Quixote desde suas origens também com contos russos que se encontram em variantes brasileiras muito antigas, ou com o conde de Monte Cristo, transformado em herói do Novo mundo desde seu nascimento. Os barcos que transportavam El Correo de ultramardo Havre a Havana, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Valparaíso, Lima ou Nova Orleans, desde 1841-1842, importavam os romances-folhetins publicados em Paris à velocidade do vento e posteriormente do vapor e, ao proporem ao leitor a versão original, em francês, ao lado da tradução em castelhano, eles participavam desse vasto movimento que aproximava os continentes e os homens (Molier, 2009).

Na visão de Molier, o XIX não inventou as coleções de impressos, ou ainda as bibliotecas, mas, sem dúvida, foi neste contexto que a circulação impressa ganhou notoriedade, sobretudo, no Brasil. Deste modo, pode-se dizer que ao nos lançarmos luz sobre as trocas culturais e transmissão de ideias provocadas pelos impressos, é necessário destacar também a recepção dos escritos, suas formas de leitura, e até mesmo a aparência física do impresso. Assim como acentua o autor, ao se fazer uma história da circulação de ideias, como propomos em nossa linha de pesquisa, é necessário ter por base também seu processo de edição, de impressão, as formas do texto e os mecanismos de circulação dos escritos (Mollier, 2009).

Acompanhando o estudo das formas de leitura, os impressos também foram investigados a partir da função das tipografias e as formas de impressão. As análises de Donald Mckenzie acentuam mudanças ocorridas na leitura de um determinado texto a partir das especificidades de sua produção impressa (Mckenzie, 1986). No tipo de análise empregada pelo autor, os impressos são observados para além de sua dimensão hermenêutica, refletindo de forma mais empírica, abordando de que modo a apresentação textual dos impressos poderia influenciar no ato de leitura.

Outro objetivo das pesquisas desenvolvidas pelo LHPL é identificar e aprofundar as investigações acerca do editor, e das demais figuras presentes no processo de confecção dos escritos do século XIX. Como salienta Jean Yves Mollier, por muito tempo a historiografia hesitou em destinar as investigações sobre a figura do editor, o que teria relação com a dificuldade de diferenciação entre as profissões que tramitam em torno da confecção

do impresso. Em meio às investigações acerca da circulação de livros, usa-se, por exemplo, o termo "livreiro" e em outras, "editor". No entanto, de acordo com Mollier, tal denominação não auxilia a ver claramente esta figura. Para a língua inglesa, existem as diferenciações concretas entre *publisher* e editor, enquanto, para o francês e para o português, tais categorias revelam dificuldade em sua distinção no trabalho dos pesquisadores (Mollier, 2009). As pesquisas sobre a temática também evidenciam uma figura importante que surge junto à produção de impressos: o tipógrafo. No contexto de impressão, as investigações destacam que estes homens eram trabalhadores manuais, mas também tidos como "intelectuais", posto que eram letrados, conviviam com autores, e tinham o contato inaugural com as novas ideias.[16] Deste modo, ao elucidarmos as pesquisas que caracterizam a função da imprensa como difusora de ideias, destaca-se a pluralidade dos estudos sobre a temática, os quais elaboram reflexões não somente sobre a importância da circulação das folhas e ideias, mas resgatam ainda os agentes e suas formas de mediação entre os autores e leitores.

As pesquisas sobre a Cultura escrita e impressa no Brasil: percurso e ideias

Analisando o panorama historiográfico acerca da história dos impressos no Brasil, identifica-se o surgimento de amplas possibilidades de investigação, as quais propõem reflexões pertinentes quanto a necessidade de observação deste objeto de pesquisa a partir da inexistência de fronteiras estáticas. Os periódicos são dinâmicos, e não devem ser vistos apenas pela ótica de uma história local, ou seja, é necessário que sejam estudados para além do contexto no qual foram impressos. Os jornais evidenciam o espaço social no qual são produzidos, mas, sobretudo, excedem o ambiente e a tipografia de origem, permitindo trocas culturais e simbólicas. A circulação de impressos durante o século XIX no Brasil pressupõe a difusão de ideias e conceitos que, por vezes, surgiam em províncias distintas, ou emanavam das tipografias distantes, localizadas no continente europeu ou ainda na América do Norte.

Vários trabalhos se dedicaram a esclarecer o impacto dos impressos no Brasil, bem como sua difusão durante o século XIX. Dentre os estudos sob esta ótica, merece destaque O *Livro no Brasil*, escrito por Laurence Hallewell (2012), o qual discute, em meio a toda a trajetória dos impressos em território brasileiro, as consequências da indústria de impressão europeia nas colônias. Ao reconhecer a repercussão da imprensa de Gutenberg no Novo Mundo, a obra também chama atenção para a atividade impressa como instrumento de europeização, posto a inexistência de tipografias em território brasileiro naquele período.

Em outra perspectiva, a obra também discute os primórdios da tipografia no Brasil, criada em 1808. Abordando as primeiras experiências editoriais, o autor transita pelo contexto de expansão do comércio e consumo de impressos, que serão veículos de efervescência política no Brasil oitocentista. Ressalta-se que a impressão Régia deste período também foi tema de pesquisa de Ana Maria de Almeida e Rubens Borba de Moraes, ao destacarem a bibliografia produzida neste contexto inaugural dos impressos no Brasil (Moraes, 1979).

Durante o século XIX ocorreu a intensa difusão das tipografias, dos ambientes e dos hábitos de leitura no Brasil. Para Heloisa de Faria Cruz, tais mudanças no cenário brasileiro exibem relação direta com a formulação de uma cultura letrada:

> No decorrer do século XIX, no processo de formação do Estado nacional, a cidade letrada ganharia novas dimensões. Os esforços na elaboração do corpo de leis, de códigos, de uma literatura nacional são dimensões importantes desse processo. O deslocamento da corte portuguesa, o desenvolvimento das atividades comerciais e o processo de independência colocam novas condições para o desenvolvimento da vida urbana e da cultura letrada. Agora, torna-se necessário não somente formar instituições e quadros para a nascente nação, mas, sobretudo, ampliar e atingir o circuito de cidadãos que participam da construção da cultura (Cruz, 2013, p. 35).

Tais incidências sobre a transformação dos espaços públicos a partir dos impressos também foi objeto de pesquisa de Marco Morel. Na visão do autor, por meio da imprensa e dos agentes políticos, foram formadas redes de sociabilidade que exibiram papel central na difusão de ideias no período regencial. A presença francesa entre os agentes que mediam a difusão dos impressos é evidenciada pelo autor ao indicar a importância de Pierre

Plancher, um livreiro e editor atuante no Brasil oitocentista (Morel, 2005). A produção dos impressos e sua relação com a hegemonia francesa neste tipo de empreendimento também foi discutida por Marisa Deaecto, ao refletir sobre a circulação e consumo dos impressos em São Paulo durante o século XIX (Deaecto, 2019).

Seguindo a mesma preocupação em identificar os caminhos percorridos pelos impressos no âmbito brasileiro, Márcia Abreu buscou, em *Os Caminhos dos livros*, identificar a trajetória dos impressos que chegaram ao Brasil entre 1769 a 1826, analisando os sistemas de censura de Portugal e do Brasil. Apesar dos indícios das dificuldades de acesso à leitura imposta ao Brasil colonial, Abreu destaca que a quantidade de livros enviados à América Portuguesa mostra-se maior que o montante destinado a outras colônias de Portugal. Neste sentido, o Brasil, sem dúvida, não pode ser caracterizado nesta época como um lugar sem livros ou sem leitura (Abreu, 2003):

> O contexto da rivalidade anglo-francesa é, assim, o mais relevante para entender a dinâmica da aproximação entre França e América do Sul, dinâmica esta que procurou compensar a menor presença econômica com a busca de uma hegemonia no campo cultural (Abreu, 2003, p. 64).

Ampliando as análises para além de São Paulo e Rio de Janeiro, José Carlos Rodrigues promoveu um estudo acerca da circulação de ideias em São João Del Rei e na Livraria Cônego Luis Vieira em Ouro Preto. Suas investigações indicam que, naquele ambiente de leitura, encontrava-se diversos livros ligados aos enciclopedistas. Dentre os livros que aparecem nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira confiscados da biblioteca do cônego, a grande maioria pertencia a autores franceses como Voltaire, Diderot e Bossuet (Rodrigues, 1986).

Neste sentido, destacamos ainda que diversas abordagens, sobretudo advindas da Nova História Cultural, focam na mediação e na circulação cultural e simbólicas no meio social oitocentista por meio de impressos produzidos em outras localidades. Foi este o objetivo de Tania de Luca (2018) na obra *A Ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro*. A partir de suas pesquisas, Tania de Luca identifica a lógica de circulação impressa que se dava pelo Atlântico, demonstrando como a

revista *A Ilustração* estabeleceu relações econômicas, sociais e culturais com diversas publicações brasileiras.

Por outro viés, pode-se acrescentar que o impacto de impressos compostos por ideias de outros países também está presente na historiografia a partir da análise de periódicos em outras línguas que não necessitavam do circuito além-mar para chegar ao Brasil. Como assinala o estudo de Amanda Peruchi, de 1827 a 1896, diversos periódicos em língua francesa foram produzidos na Corte. Neste contexto, a autora corrobora a ideia de que os franceses que ali se instalaram tiveram importante atuação como donos de casas de impressão, tipografias e livrarias, impactando o mundo dos impressos no Rio de Janeiro e de outras províncias.

Nas províncias de maior peso político, o uso de impressos como veículo de seus projetos foi habitual nos momentos mais conturbados em que se discutia a formação da nação e diferentes conceitos. Foi por meio da imprensa que divergentes projetos de Brasil foram elaborados pelos grupos políticos regenciais. Estudados por Marcello Basile, *exaltados*, *moderados* e *caramurus* indicaram em seus escritos tipográficos as principais formulações políticas nas quais acreditavam, transitando entre ideias de justo meio ou ainda a partir do jacobinismo (Basile, 2004).

A partir deste período, o número de tipografias aumentou, não só no Rio de Janeiro, mas nas demais províncias. Os estudos de José Mindlin indicam que Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Pará instalaram suas tipografias nas primeiras duas décadas do século XIX. Nas províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás, a criação ocorreu nos anos de 1830, e somente mais tarde, durante a metade do século, lugares como Paraná, Ceará, Amazonas e Espírito Santo iniciaram as publicações tipográficas (Mindlin; Teixeira; Bruchard, 2004, p. 103).

Muito importante para a compreensão da cultura política difundida no segundo Reinado e nos anos finais do Império, os estudos sobre a imprensa das últimas décadas do Império indicam que as tipografias se tornaram importantes no contexto de críticas à Monarquia e figuraram como espaço das novas ideias. Marialva Barbosa assinala que, a partir da década de 1870, nota-se o acirramento do debate político, a ampliação e a modernização da

imprensa em todo o Império. A autora destaca que o número de tipografias aumentou significativamente nesta época e as publicações mais importantes introduziram uma série de melhorias em suas oficinas. Consolidava-se, desta forma, a ampliação do espaço público por meio de conferências, clubes, livrarias e associações, solidificando a politização nas ruas do Rio de Janeiro (Barbosa, 2010, p. 117). Evidentemente, o panorama historiográfico acerca dos impressos e suas perspectivas de pesquisa não se esgota no grupo de obras apontadas acima. Esta amostragem tem o propósito de evidenciar o crescimento da área de pesquisa e a demanda por novas investigações.

O Estudo sobre a circulação de impressos no Espírito Santo

Ao reconstituir o panorama historiográfico acerca da difusão da imprensa na província do Espírito Santo, nota-se que esta se configura como uma produção em expansão. Por muito tempo, os escritos que destacavam o surgimento da imprensa na província resumiam-se ao inventário proposto por Heráclito Amâncio Pereira (1922, p. 28). A partir deste estudo, que se mostrava como uma catalogação e um breve resumo de cada jornal publicado, Amâncio permitiu a difusão de informações preciosas, citando jornais do século XIX que nem mesmo se encontram disponíveis nos arquivos para consulta dos pesquisadores. Posteriormente, autores como Maria Stella de Novaes (1984) e Teixeira de Oliveira (1975) basearam-se nestas informações para citar a imprensa capixaba em suas obras. No entanto, mesmo sendo de suma importância para a historiografia local, a abordagem factual acerca do tema não permitiu visualizar a imprensa como espaço de discussão e circulação de ideias na província.

Em meio ao desenvolvimento dos estudos desta área alocados no LHPL, Karulliny Silverol Siqueira, colocou-se a investigar o surgimento da imprensa no Espírito Santo e sua relação com a definição das identidades partidárias. A pesquisa empreendida entre os anos de 2009 e 2011 apontou que a trajetória dos impressos na província mostrou-se bastante distinta durante o século XIX. Apesar de seu surgimento com O *Correio da Victória* em 1849, em tom de gazeta informativa, a consolidação da imprensa política e de opinião ocorreu somente a partir de 1860. Até esta quadra, os capixabas falavam por

meio de outras folhas de fora da província ou ressignificavam ideias também a partir da leitura de periódicos vindos de outros locais (Siqueira, 2020):

> A ausência de imprensa possivelmente limitou a discussão política da época e prolongou uma cultura política baseada em facções e grupos personalistas até 1860. A análise das linguagens políticas empregadas pelas facções que existiram no período foi, deste modo, limitada pela rara produção de impressos. Embora se tenha indícios que jornais de outras regiões do Império circulassem e que indivíduos locais publicassem nesses periódicos, a falta de uma tipografia local restringiu, em nosso parecer, a circulação de novas ideias políticas e apartou a província das maiores agitações no Império (Siqueira, 2020, p. 38).

Desta forma, as investigações destacam que a partir de 1860 percebe-se a ampliação da imprensa no Espírito Santo, sobretudo no que concerne aos impressos políticos, propiciando intensa discussão entre liberais e conservadores locais. Pesquisas acerca deste período salientam que, na primeira década de produção impressa, existiam ao menos seis tipografias em funcionamento na província, as quais produziam em torno de 14 jornais (Siqueira, 2020).

A década de 1870, a chamada década das "novas ideias", como destaca Alonso (2002), figurou momento de intensa discussão política, a partir também da circulação de ideias estrangeiras. Tais elementos, internalizados pela geração de intelectuais do período que denunciava seu alijamento do poder político, foram transmitidas também pelos impressos (Alonso, 2002). As primeiras obras que destacam o Espírito Santo nos últimos anos da monarquia coincidem com o período de difusão do republicanismo e foram formuladas basicamente a partir de relatos de memorialistas ou por meio de escritos de alguns participantes do movimento.

Posteriormente, em nova pesquisa a partir de impressos produzidos nas décadas seguintes (Siqueira, 2020), a leitura das fontes referentes a esta quadra permite destacar que, por volta de 1870, percebe-se uma reformulação dos jornais locais. Se antes a temática dos periódicos concentrava-se em discussões quase sempre políticas, evidenciando conflitos partidários e eleições, agora tem-se a produção de periódicos que se denominam "democráticos e científicos". Estas novas folhas abriram espaço para novos debates e, sobretudo, para a formulação embrionária de

uma nova cultura política que não encontrava abrigo nas identidades dos partidos monárquicos.

A nova característica da imprensa local foi acompanhada também por uma reformulação dos ambientes de leitura da província, permitindo a ampliação da esfera literária. Assim, salienta-se que, por volta de 1880, é importante ressaltar as melhorias empreendidas na biblioteca pública provincial, situada em Vitória, bem como a iniciativa de fundação do Grêmio literário em Cachoeiro de Itapemirim.

É possível evidenciar, por meio das listas de frequentadores das bibliotecas locais ou do aumento do número dos jornais, que se consolidava neste período uma elite intelectual atuante naquele contexto. Assim, foi nos últimos anos da monarquia que impressos e o hábito da leitura passaram a adquirir grande importância na sociedade capixaba. Contudo, a província carecia de uma livraria ou de estabelecimentos destinados à comercialização especificamente de impressos. Em pesquisa anterior, verificou-se que os redatores e donos de tipografia tentavam sanar tal ausência. Nos jornais encontra-se grande número de anúncios expostos pelas tipografias[6], que se ofereciam para impressão e todo tipo de trabalho, como também se oferecia o serviço de oficinas de encadernação da província:

> Manoel Correia de Jesus, por exemplo, era proprietário de um desses estabelecimentos em Vitória por volta de 1884. Seus anúncios indicavam que a oficina se encarregava da encadernação de brochuras e livros, e, além disso, atuava como mediadora na compra de livros na Corte mediante porcentagem razoável. O mercado livreiro da província era tímido, mas atuante. Embora os anúncios em jornais não indiquem a existência de uma livraria, diversas casas comerciais faziam a mediação entre os livreiros da Corte e o Espírito Santo, como, por exemplo, a Casa Correia, onde era possível encontrar grande variedade de papéis, tintas e livros (Siqueira, 2020, p. 122).

Além das mudanças nas formas de leitura, destaca-se nas pesquisas a constatação da ampliação geográfica das tipografias. Enquanto a imprensa da década de 1860 se concentrava na capital da província e na região sul, as 15 tipografias que atuaram durante as décadas finais do Império se estabeleceram

6 Algumas tipografias se encarregavam da compra de livros na Corte para vender em seus estabelecimentos, como faziam as tipografias dos periódicos *A província do Espírito Santo* e *O Cachoeirano*.

em diversas regiões, como, por exemplo, nas vilas de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e Anchieta.

A transformação da imprensa local permitiu, deste modo, a transição para uma nova cultura política na província, baseada na circulação de nova linguagem política, destacando a emergência de novos conceitos até pouco tempo não utilizados nas folhas locais. Isto se aplica, por exemplo, na divulgação dos conceitos de *República* e *democracia*, que consolidará a linguagem de contestação à monarquia. Assim como atestou Angela Alonso (2002) para o cenário nacional, as chamadas "novas ideias" permeavam agora o Espírito Santo, que até pouco tempo se resguardava em uma linguagem monarquista.

Assim, pode-se dizer que as ideias republicanas que ecoavam na Corte, ou ainda em São Paulo, foram recebidas pelos periódicos na província do Espírito Santo. No entanto, se a pluralidade se acentuava nos grandes centros, o mesmo também ocorria no cenário provincial. O levantamento de dados indica que a imprensa atuante no sul da província difundiu as ideias de crítica ao Império e ressignificou as ideias republicanas a partir de suas demandas locais. Já na região central, a capital do Espírito Santo, a linguagem e a difusão de ideias não se concentrou em destruir a monarquia. Todavia, outros conceitos caros ao período circularam no ambiente provincial como um todo, como, por exemplo, os termos progresso e modernidade. Embora Maria Tereza Chaves de Mello (2007) elabore a relação direta entre a difusão dos termos *república* junto aos termos *modernidade*, *futuro*, *civilização* e *progresso*, o caso do Espírito Santo pode talvez evidenciar a desvinculação destes conceitos e a necessidade de mudança de regime político.

Desta forma, perguntamo-nos qual o papel dos periódicos escritos em outras localidades do Brasil, como também das folhas internacionais, em meio à formulação de uma nova ideia de sociedade. Pretendemos, ao desenvolver a linha de pesquisa "Sociedade e Circulação de ideias: impressos e redatores", compreender a circulação destes periódicos dentro de um contexto de formalização de uma cultura política, direcionando nossa atenção para novos símbolos, linguagens, e as novas formas de apresentação da imprensa local a partir de sua vinculação com outras tipografias. No Espírito Santo, por

exemplo, as inovações tecnológicas ou ideias científicas de outros países eram muito presentes nas páginas de A *Província do Espírito Santo*, redigido por Cleto Nunes, Moniz Freire e Afonso Claúdio. Apesar de não expor a bandeira republicana como o tom maior, os conceitos de *modernidade* e de *progresso* foram peças fundamentais na construção retórica do periódico (Siqueira, 2020).

Em pesquisa realizada, direcionada a analisar o movimento republicano por meio dos jornais da província (Siqueira, 2020), tornou-se notório o recebimento de periódicos de outras localidades, demonstrando uma rede de impressos entre as províncias no Império. Percebe-se que jornais do Espírito Santo enviavam seus números para outras tipografias e, consequentemente, recebiam periódicos vindos de outros centros. A tipografia d'O *Cachoeirano*, por exemplo, recebia dois títulos que chamam atenção. O primeiro deles é o jornal A *República*, publicado no Rio de Janeiro como interlocutor do Partido Republicano naquela província (O *Cachoeirano*, n° 35 - 09/09/1877).

Para além destas interrogações, objetiva-se, com os trabalhos relacionados a esta linha de pesquisa, seguir as balizas indicadas pela historiografia que se dedica aos impressos, lançando luz também sobre a figura do editor, dos tipógrafos e livreiros no Espírito Santo, bem como as características de produção dos periódicos. Neste sentido, o Laboratório de História, Poder e Linguagens mostra-se de suma importância por contribuir com a historiografia nacional acerca da trajetória dos impressos como veículo de difusão de ideias, e ainda por destacar a influência das redes de tipografia existentes no Brasil e em outros países durante o Segundo Reinado e o início da República.

Em destaque, apresentamos brevemente neste texto alguns momentos cruciais que perpassam a trajetória do Laboratório de História, Poder e Linguagens, objetivando o levantamento de sua história e de sua contribuição ao Programa de Pós-Graduação da Ufes, bem como à área de História. Ao abrigar pesquisadores de diferentes áreas, que destacam em suas pesquisas temáticas variadas, o LHPL vem, ao longo destes anos, consolidando-se como ambiente propício a pesquisas históricas de cunho nacional e local, sobretudo, pelo viés da interdisciplinaridade. Como citado, torna-se ainda notória a importância do LHPL diante da ampliação dos estudos acerca da cultura escrita

e dos impressos, colocando-se como espaço de debate e consolidação desta linha de pesquisa, que atualmente conta com diversos estudos já concluídos, enquanto outros, ainda em andamento, objetivam também contribuir para a melhor compreensão da trajetória histórica da imprensa no Brasil, evidenciando os impressos e seus agentes como interlocutores importantes nas trocas culturais e políticas locais em diferentes contextos históricos.

Referências

ABREU, Márcia. *Os Caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2003.

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento*: a geração 1870 na Crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BACELLAR, Anna Luíza Sartorio. *O Espelho da Justiça e o teatro da jurisprudência* (1830-1831). 2022. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

BARBIER, Frédéric. *História do Livro*. São Paulo: Editora Paulistana, 2008.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASILE, Marcello. *O Império em construção*: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. Rio de Janeiro: PPGHis/UFRJ, 2004 (Mimeo).

BOUZA, Fernando. *Corre manuscrito*: una historia cultural del siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BRIEL, Marcos Antônio. *A participação da província do Espírito Santo na Guerra do Paraguai*: recrutamento militar e mobilizações cívicas (1864-1870). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024.

CAMPOS, Adriana Pereira; SIQUEIRA, Karulliny Silverol; MOTTA, Kátia Sausen; LAGO, Rafaela Domingos (org.). *Memórias, traumas e rupturas*. Vitória: LHPL, 2013.

CAMPOS, Adriana Pereira; COSTA, Rita de Cássia Maia e Silva (org.). *160 anos de história da Biblioteca Pública do Espírito Santo*. Vitória: Arte da Cura, 2016.

CAMPOS, Adriana Pereira; SLEMIAN, Andréa; MOTTA, Kátia Sause. *Juízes de paz*: um projeto de justiça cidadã nos primórdios do Brasil Império. Curitiba: Juruá, 2017.

CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da; MOTTA, Kátia Sausen (org.). *O espelho negro de uma nação*: a África e sua importância na formação do Brasil. Vitória: Edufes, 2019.

CAMPOS, Adriana Pereira; RIBEIRO, Geisa Lourenço; MOTTA, Kátia Sausen; SIQUEIRA, Karulliny Silverol (org.). *Entre as províncias e a nação*: os diversos significados da política no Brasil do Oitocentos. Vitória: Milfontes, 2019.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais*: história, direito e escravidão no século XIX. Vitória: Antíteses, 2023.

CHARTIER, Roger. A *aventura do livro*. Do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

CHARTIER, Roger. A *ordem dos livros*: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII. Brasília: UnB, 1999.

COSTA, Wilma Peres. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS *et al*. (org.). *Intelectuais*: sociedade e política, Brasil- França. São Paulo: Cortez, 2003.

COUTINHO, Driely Neves. *Partidos e linguagens políticas na Corte imperial*: a transformação do conceito partidário e a formação das identidades políticas na imprensa do Rio de Janeiro (1837-1842). 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta*: periodismo e vida urbana 1890-1915. *São* Paulo: Arquivo Público do Estado de *São* Paulo, 2013.

DARNTON, Robert. O *iluminismo como negócio*: História da publicação da enciclopédia (1775-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEAECTO, Marisa Midori. O *Império dos Livros*: Instituições e Práticas de Leituras em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2019.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. O *aparecimento do Livro*. São Paulo: Edusp, 2017.

HALLEWELL, Laurence. O *Livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, [1985] 2005.

LUCA, Tania Regina de. A *ilustração* (1884-1892): Circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro. São Paulo: Unesp, 2018.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliography and the Sociology of Texts*. London: British Library, 1986.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A *República Consentida*: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: FGV/EDUR/ANPUH, 2007.

MINDLIN, José E.; TEIXEIRA, Cleber; BRUCHARD, Dorothée. *Memórias esparsas de uma biblioteca*: entrevista a Cleber Teixeira e Dorothee de Bruchard. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

MOLLIER, Jean-Yves. A história do livro e da edição. Um observatório privilegiado do mundo mental dos homens do século XVIII ao século XX. *Varia História*, v. 25, n. 42, p. 521-537, 2009.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: SCCT, 1979.

MOREL, Marco. As *transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTTA, Katia Sausen. *Eleições no Brasil do Oitocentos*: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881). Jundiaí: Paco, 2021.

NEVES, Mateus Corrêa. O *impacto das leis antiescravistas na linguagem política da imprensa Espírito-santense* (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: FEES, 1984.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

PEREIRA, Cibele Camargos. *Entre a sucessão e a República*: Representações da princesa Isabel e projeções para o terceiro reinado. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da Imprensa Capixaba. *Revista do IHGES*, n. 3, 1922.

REIS, Arthur Ferreira. *Emoção e patriotismo nos jornais da independência* (1821-1823). 2022. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

RODRIGUES, José Carlos. *Ideias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século* XIX. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. O *Império das Repúblicas*: Projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908. Jundiaí: Paco, 2020.

O Laboratório de Estudos do Movimento Migratório do Espírito Santo (LEMM):

a construção histórica, sociocultural e política das identidades do e no Espírito Santo a partir da História Oral[1]

Maria Cristina Dadalto[2]
Guilherme Borges da Silva[3]
Tiago de Araujo Camillo[4]

Tem o Espírito Santo o encanto de ter a diversidade como identidade!
A.Vilaça

O Laboratório de Estudos do Movimento Migratório do Espírito Santo (LEMM), constituído em 2013, é vinculado à linha Estado e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em História da Ufes (PPGHis). Desde sua criação, o foco do laboratório são os estudos sobre os migrantes estrangeiros e nacionais que amalgamaram a identidade capixaba tendo como principal suporte metodológico a abordagem da História Oral.

A atuação do LEMM sempre foi pautada e compreendida tão somente com a atuação colaborativa de seus pesquisadores: alunos de graduação,

1 As pesquisas realizadas pelo LEMM têm o apoio da FAPES e da CAPES por meio de bolsas de pesquisa e de financiamento de projetos.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em História - PPGHis/Ufes. Coordenadora do Laboratório de Estudos dos Movimentos Migratórios (LEMM).

3 Doutorando do PPGHis/Ufes, sob orientação da professora Maria Cristina Dadalto.

4 Professor permanente do Instituto Federal do Espírito Santo/Ifes, *Campus* Vitória.

pós-graduação, mestres e doutores. São eles que durante todos estes anos compartilharam suas pesquisas e produções acadêmicas com o objetivo de fomentar o saber sobre o Espírito Santo – tal como é o espírito deste artigo: escrito a seis mãos, coordenadora e pesquisadores.

Dedicado ao estudo das dinâmicas migratórias contemporâneas e suas implicações sociais, econômicas e culturais, o LEMM atua como um centro interdisciplinar, reunindo pesquisadores, estudantes e profissionais de diversas áreas do conhecimento. Também agrega outras temáticas sobre a história do Espírito Santo, desde que assim seja demandado pelos pesquisadores.

O objetivo do LEMM é produzir conhecimento científico e auxiliar na proposição de políticas públicas que respondam às demandas dos migrantes, analisando suas histórias e trajetórias. Além disso, o Laboratório promove a formação de estudantes e pesquisadores nas áreas relacionadas ao estudo das migrações, oferecendo cursos, seminários e oficinas. Outro objetivo é contribuir para a formulação e avaliação de políticas públicas que promovam a integração e o bem-estar dos migrantes, com base em evidências científicas.

A divulgação científica é também uma prioridade, com a publicação de artigos, livros e relatórios de pesquisa, bem como a participação em conferências e eventos acadêmicos para disseminar os achados das pesquisas. O grupo está envolvido em uma série de projetos que abordam diferentes aspectos do movimento migratório. Entre eles, destaca-se o mapeamento de fluxos migratórios, que estuda os padrões e tendências das migrações nacionais e internacionais, analisando os fatores que influenciam esses movimentos. Outro projeto importante é a integração de migrantes, que foca na inclusão social, cultural e econômica dos migrantes, promovendo a inclusão e o combate à xenofobia.

Além disso, o LEMM realiza investigações sobre direitos humanos e migração, analisando a garantia e a violação dos direitos humanos no contexto migratório e propondo melhorias nas políticas de proteção. Também é relevante a análise dos impactos econômicos da migração, que estuda os efeitos das migrações sobre as regiões de origem e destino, incluindo aspectos como mercado de trabalho, remessas e desenvolvimento regional.

O trabalho do LEMM tem proporcionado importantes contribuições para a compreensão das migrações contemporâneas e para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. Suas pesquisas oferecem *insights* valiosos sobre as complexas dinâmicas migratórias, ajudando a identificar desafios e oportunidades associados à migração.

Os estudos realizados pelo LEMM têm evidenciado a importância de uma abordagem multidimensional e multidisciplinar para a questão migratória, considerando fatores econômicos, sociais, culturais e políticos. Ao promover uma compreensão mais ampla e profunda das migrações, o laboratório tem auxiliado diretamente na construção de sociedades mais inclusivas e resilientes, bem como na superação de estigmas e estereótipos associados aos imigrantes e ao processo migratório.

Os estudos do movimento migratório no estado do Espírito Santo

A pesquisa sobre a imigração no Espírito Santo é de fundamental importância para entender as dinâmicas sociais, culturais e econômicas que moldam o estado. O Espírito Santo tem uma rica história de acolhimento de diversas ondas migratórias, desde os imigrantes italianos e alemães no século XIX até os migrantes contemporâneos de várias partes do Brasil e do mundo. Estudar essas migrações permite não apenas preservar e valorizar essa herança cultural diversa, mas ainda identificar os desafios e oportunidades que a imigração traz para a sociedade capixaba.

Ao investigar as causas, processos e impactos da imigração, os pesquisadores do LEMM visam buscar dados essenciais para a compreensão histórica e sociológica das trajetórias migrantes e ao mesmo tempo auxiliar na formulação de políticas públicas eficazes que promovam a integração social e econômica dos migrantes. Essas políticas são vitais para garantir que os migrantes tenham acesso a direitos básicos, como educação, saúde e trabalho, e para fomentar um ambiente de inclusão e respeito à diversidade no estado do Espírito Santo.

Além disso, as pesquisas do laboratório revelam contribuições significativas dos migrantes para o desenvolvimento regional, evidenciando

os encontros e desencontros que marcaram suas trajetórias e a questão migratória na contemporaneidade. Ao se consolidar como uma referência na produção científica sobre o assunto das migrações, o LEMM contribui para a divulgação do tema e demonstra a relevância de sua atualidade e discussão para os tempos atuais, no estado do Espírito Santo.

Tomando como referência as experiências capixabas com a imigração desde o século XIX, o grupo estimula o interesse da comunidade por meio da internacionalização e da abordagem interdisciplinar dos temas e pesquisas. Localizado na Universidade Federal do Espírito Santo, o Laboratório empenha-se em colaborar com a comunidade universitária, capacitando e sensibilizando estudantes de graduação e pós-graduação sobre a importância social do tema.

O Laboratório também fomenta a conexão nacional e internacional de pesquisadores com o tema por meio de parcerias dentro e fora do Brasil. Além disso, o grupo executa projetos em parceria com editoras e revistas científicas que cedam maior visibilidade ao tema e aumentem sua circularidade científica. Complementando as ações citadas, o LEMM organiza diretamente eventos culturais relacionados à imigração no Espírito Santo, alcançando um público mais engajado na compreensão da relevância desses estudos.

Em parceria com instituições sociais, organizações não governamentais e com órgãos de fomento à pesquisa, o Laboratório promove um ambiente propício para a realização de experimentos sociais, coleta de dados e análises detalhadas, impulsionando a geração de novas descobertas e teorias, proporcionando ainda aos seus pesquisadores experiências práticas que complementam o seu aprendizado teórico. Em resumo, o LEMM tem sido fundamental para o avanço científico e social no Espírito Santo, promovendo a diversidade cultural e capacitando tanto profissionais, quanto estudantes. Dito isso, o Laboratório desempenha um papel essencial na solução dos desafios trazidos pelos processos migratórios, impactando positivamente a sociedade local e contribuindo para um entendimento mais profundo e inclusivo das dinâmicas migratórias contemporâneas.

A importância da história oral para os estudos migratórios

Muitos dos estudos conduzidos no LEMM estão fundamentados na abordagem metodológica da História Oral. Eles buscam compreender o significado da condição de migrante ou de descendente desse sujeito. A experiência subjetiva individual e coletiva que carrega nas malas e baús da memória, as tensões e medos dos relacionamentos com o outro, o estabelecimento, adaptação e reinício.

Nessa direção, apreendemo-nos do saber de Alexandre Portelli (2010) ao assegurar que a narrativa da história oral deve ser entendida como referência e como autorreferência para compreender esta experiência. Dito em outras palavras, a tessitura dos vínculos da memória e da identidade que se fazem presentes por meio dos laços com a antropologia (Dadalto, Pavesi, 2018) também está no cerne dos nossos estudos.

Sayad (1998, p. 101) nos faz lembrar que os contextos que envolvem os processos de deslocamento carregam consigo uma multidimensionalidade de significados sociais, psíquicos, físicos, econômicos, culturais, políticos, simbólicos etc. São dimensões que nos fazem ficar atentos, como pesquisadores, ao fato de que recordar e lembrar "é estar vivo à luz do sol, ver os outros e por eles ser visto, viver em reciprocidade, lembrar-se de si e dos outros".

Essa experiência de recordar e de lembrar na História Oral dá voz a uma gama de pessoas que não participa do minoritário grupo dos vencedores (Benjamin, 2011), o que implica, para quem narra, iluminar sua história e a de todos aqueles guardados no tempo da memória e do presente, expondo os afetos, os sonhos, os desejos e suas frustrações e a de seus entes queridos. Migrantes e descendentes que conservaram hábitos alimentares, alterando-os muitas vezes para a necessidade da adaptação, guardaram, entre os silêncios da dor e os risos das vitórias, as histórias da experiência compartilhada.

Para Samira Adel Osman (2017, p. 1), a apropriação da metodologia da História Oral é um contributo "para os estudos migratórios, a partir de três vertentes fundamentais: a questão da memória, da identidade e das trocas culturais entre os migrantes e sociedade receptora e entre os retornados e sua sociedade de origem". Nas pesquisas realizadas no LEMM, imigrantes e

descendentes de italianos, poloneses, espanhóis, sírios e libaneses, pomeranos, mineiros, baianos, dentre outros, partilharam suas experiências individuais e coletivas. Transcritas em trabalhos de iniciação científica, dissertações, teses e artigos científicos, nós as dividimos com todos aqueles que as valorizam. Buscamos, assim, tornar suas vozes audíveis além dos anos e da brutalidade do cotidiano.

Quadro 1. Dissertações e teses produzidas na Universidade Federal do Espírito Santo

TÍTULO DA PESQUISA	**PESQUISADOR(A)**	**TIPO**	**ANO DA DEFESA**
Laboriosos e morigerados ou indolentes e vadios: as múltiplas imagens do imigrante e do trabalhador livre nacional nos relatórios governamentais entre 1847 e 1882 no Espírito Santo	Joel Soprani	Dissertação de mestrado	2015
A italianidade como potencialidade sociopolítica na Festa da Polenta em Venda Nova do Imigrante (1979-2014)	Filipo Carpi Girão	Dissertação de mestrado	2015
As relações de poder e as disputas simbólicas pelo Guandu em Cachoeiro de Itapemirim (1966 -2016)	Silvana Maria Gomes Da Rocha	Dissertação de mestrado	2015
Crescimento urbano-industrial e a dinâmica migratória na Região Metropolitana da Grande Vitória (1960-2010): as particularidades socioespaciais dos impactos no município da Serra	Madson Gonçalves Da Silva	Dissertação de mestrado	2015
Movimentos migratórios e a questão habitacional na produção do espaço urbano em Serra (ES) no período entre 1960 e 2000	Dourine Pereira Aroeira Suce	Dissertação de mestrado	2018
Ocupação do Distrito de Aracê, Domingo Martins (1888-1920)	Marcia Regina Batista	Dissertação de mestrado	2019
Imigração e Políticas Imigrantistas no Jornal Do Commercio (1888-1889)	Guilherme Borges Da Silva	Dissertação de mestrado	2024
O legado cultural dos imigrantes italianos em Alfredo Chaves: o lazer como sociabilidade	Gabriel Pietralonga Marion	Dissertação de mestrado	2024
A Festa do Divino em Viana no século XXI: memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba	Fabiene Passamani Mariano	Tese de doutorado	2019
Sírios e Libaneses no Sul do Espírito Santo (1890-1930)	Adilson Silva Santos	Tese de doutorado	2019
As representações da violência na região do Contestado entre o Espírito Santo e Minas Gerais (1940-1962)	Edmilton Da Silva	Dissertação de mestrado	2019
O caso do bairro Adalberto Simão Nader, em Guarapari, um olhar sobre a violência urbana à luz dos fluxos migratórios	Lucas Francisco Neto	Dissertação de mestrado	2020
A venda pomerana no Espírito Santo: lugar sociopolítico, econômico e identitário (1857-2021)	Cione Marta Raasch Manske	Tese de doutorado	2021
O impaludismo no caminho da Estrada de Ferro Vitória a Minas (1920-1942)	Luiza Maria C. A. Alvarenga	Tese de doutorado	2022

Fazendeiros, negros e imigrantes em Castello (1891-1928): processo histórico de poder territorial no Sul do Espírito Santo	Ademildo Gomes	Tese de doutorado	2023
Do cupim de aço ao Partido da Frente Liberal: a dissidência elcista na Nova República e seu desempenho político eleitoral de 1982 a 1998	Felipe Savelli Pereira	Dissertação de mestrado	2023

Fonte: PPGHis, 2024.

Conclusão

O Laboratório de Estudos do Movimento Migratório da Ufes desempenha um papel fundamental na análise e interpretação dos fenômenos migratórios, contribuindo significativamente para a formulação de políticas públicas e práticas sociais que respondam às necessidades dos migrantes. Com uma abordagem interdisciplinar e um compromisso sólido com a produção de conhecimento científico de alto padrão, o LEMM se destaca como uma referência na área de estudos migratórios no Brasil. Ao promover a compreensão profunda das dinâmicas migratórias e defender a inclusão social, o laboratório trabalha para construir uma sociedade mais justa e acolhedora para todos os indivíduos em movimento.

Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. Coleção Obras escolhidas, vol. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2011.

DADALTO, M. Cristina; PAVESI, P. P. Entre a etnografia e a história oral: uma proposta empírica etnobiográfica. *Revista del CESLA*, n. 22, p. 227-243, 2018.

OSMAN, S. A. As contribuições da História Oral para os estudos de Imigração e Refúgio: uma análise preliminar sobre a Guerra Civil da Síria e os refugiados sírios no Brasil. In: Encontro Nacional de Antropologia do Direito, 5., 2017, São Paulo. *Anais eletrônicos*... Disponível em: <https://nadir.fflch.usp. br/GT3-VENADIR>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SAYAD, A. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998.

PORTELLI, A. *Ensaios sobre História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

O PPGHis/Ufes e o incremento das pesquisas sobre História do Espírito Santo

Ueber José de Oliveira[1]

No ano de 2024, o Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas completa 20 anos. Ao comemorarmos tão importante data, é importante fazermos um balanço acerca das contribuições do PPGHis para o campo historiográfico como um todo, mas, principalmente, para o incremento da agenda sobre a história do Espírito Santo, considerando, claro, minhas inclinações e interesses como pesquisador e professor credenciado no programa. Diante disso, o propósito do presente capítulo é bastante preciso: trazer à baila uma pequena parte das pesquisas realizadas no âmbito do programa, bem como alguns de seus laboratórios, ou, pelo menos, os que julgo mais importantes e que, efetivamente, representaram saltos qualitativos para o campo de estudos acerca da história capixaba.

Por princípio, importante destacar que, de acordo com Rafael Cerqueira do Nascimento (2018) – em tese produzida no próprio PPGHis e que representa o primeiro grande esforço interpretativo historiográfico da área de estudos em apreço –, tornou-se consensual entre os capixabas a opinião segundo a qual o Espírito Santo, por suas próprias características socioeconômicas, não acompanhou o dinamismo da Região Sudeste, mantendo, até meados do século XX, suas tendências de industrialização tardia e retardatária.

1 Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHis/Ufes). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).

Do mesmo modo, em decorrência de sua suposta força política e econômica inexpressiva, entre as três grandes potências da Região Sudeste, onde se encontra encravado, o estado passava despercebido no grande mapa do Brasil, além de ser alijado das mais importantes decisões políticas e econômicas nacionais. Essa situação o levou, nas palavras da historiadora Maria da Penha Smarzaro Siqueira (2001), a uma posição indefinida e desfavorável, entre a prosperidade sulista e a pobreza nordestina e, como tal, o estado não participava da capitalização do Sudeste nem tampouco das reivindicações e políticas de fomento voltadas para o Nordeste. Ou, como definiu de maneira jocosa o Professor Ademar Martins (1968), capixaba e Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República no Governo Jânio Quadros (1961-1961): "o meu pobre Espírito Santo é um Nordeste sem Sudene".

Essa ideia, que se tornou consensual ao longo dos séculos XIX e XX, converteu-se em uma narrativa histórica, e adquiriu grande destaque no imaginário dos capixabas, em especial dos segmentos de elite que controlaram os destinos do Espírito Santo ao longo dos últimos dois séculos, fornecendo o arcabouço a partir do qual são forjadas as ações práticas desses grupos, em termos políticos, tanto em nível local quanto nas reivindicações nacionais. E mais, a narrativa decorrente dessa representação que os capixabas fazem de si mesmos também adquiriu grande proeminência no interior dos espaços que se propõem a pensar o Espírito Santo e também a escrever sobre ele. Ao longo do tempo, então, se cristalizou uma agenda pautada justamente na noção de que o Espírito Santo seria uma capitania, depois uma província e, por fim, um estado *satélite*, portanto sem brilho próprio, incapaz de superar sua condição de fragilidade e atraso perante seus vizinhos, hoje estrelas de primeira grandeza da federação. O Espírito Santo e os capixabas, nesse sentido, tomam para si essa imagem, isto é, a representação segundo a qual seríamos um estado paroquial, tacanho, provinciano e cronicamente atrasado!

Essa *narrativa histórica da superação do atraso*, conforme denominação atribuída por Rafael Cerqueira do Nascimento (2018), passou a ser tão importante, que acabou se tornando o principal vetor a partir do qual o Espírito Santo foi lido e representado pelo, até pouco tempo, incipiente campo historiográfico capixaba, e, tal como uma espécie de *mantra*, parte significativa

dos estudos relacionados ao Espírito Santo empregou reiteradamente essa chave explicativa como ponto de partida e de chegada dos estudos de diversos campos das ciências humanas e sociais, principalmente o historiográfico.

A fixação da referida narrativa, segundo o mesmo Rafael Nascimento (2018), ocorreu através das obras de quatro historiadores bastante conhecidos, sendo três clássicos, que podem ser compreendidos como memorialistas – no caso, José Teixeira de Oliveira (1975), Neida Lúcia de Moraes (1971) e Maria Stella de Novaes (1964) –, e um quarto, Gabriel Bittencourt (1979; 1987; 2002; 2006), compreendido por Nascimento como acadêmico e responsável pela transposição da *narrativa histórica da superação do atraso* para o ambiente universitário. A explicação difundida por Bittencourt em sua obra – a *Narrativa do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo* – seria, segundo o autor, a continuidade e ressignificação, em termos científicos, da elaborada pelos memorialistas, sendo ambas enquadradas no arcabouço das noções de atraso *versus* superação.

É aqui que a criação do PPGHis e sua consolidação aparecem como grande divisor de águas acerca dos estudos sobre história do Espírito Santo: fazendo coro com Rafael Cerqueira do Nascimento (2018), advogo a tese oposta ao que sugere a *narrativa histórica da superação do atraso* no que concerne ao percurso desenvolvimentista do Espírito Santo. Apesar de cristalizada na nossa identidade, a *narrativa do atraso* traça, a meu ver, um retrato inadequado sobre a história do Espírito Santo e dos capixabas quanto à sua trajetória desde o processo de colonização. São vários os trabalhos de pesquisa, muitos de fôlego, que, produzidos no interior do PPGHis, procuram realocar o Espírito Santo no curso do desenvolvimento nacional. Nesse aspecto, faço questão de mencionar alguns, bem como os grupos de pesquisa de onde derivam, sem desmerecer, evidentemente, alguns que eventualmente não sejam citados.

Inicio por estudos produzidos no interior do Laboratório de História, Poder e Linguagens. Nesse caso, destaco o pioneiro trabalho da competente historiadora Enaile Flauzina Carvalho (2008), que realizou pesquisas profundas acerca do Espírito Santo no contexto do período colonial, as quais demonstram, através da análise de farta documentação, que, ao contrário

do que sugere a *narrativa do atraso* e a tese do seu suposto abandono, a capitania originalmente pertencente a Vasco Fernandes Coutinho, apesar de um ou outro momento de incerteza, esteve devidamente inserida em uma complexa e sofisticada rede comercial no Oceano Atlântico, além de ter tido papel fundamental nas redes comerciais de abastecimento interno, inclusive na região das minas, em contexto em que sequer havia alfândega funcionando. Egressa do PPGHis, Enaile Carvalho deu continuidade a tal pesquisa no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, que resultou em outro excelente trabalho intitulado *Redes de cabotagem: produção, abastecimento, cabotagem e estradas* (1790-1831), que revela outras facetas interessantes do Espírito Santo no contexto do período colonial (Carvalho, 2016).

Na mesma toada, diversos trabalhos de pesquisa sobre o Espírito Santo no período colonial foram produzidos no âmbito do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES). Um exemplo são as pesquisas de autoria do Professor Luiz Claudio Moisés Ribeiro e de seus orientandos, em que analisam a montagem da estrutura político-administrativa do Império ultramarino português na capitania do Espírito Santo. Tais pesquisas demonstram que o Espírito Santo esteve devidamente abarcado em tal política, inclusive dentro daquilo que se convencionou chamar de "economia da graça ou da mercê" (Claudio, 2013).

Na passagem do período colonial, quanto a sua fase final, alguns trabalhos igualmente produzidos no âmbito do PPGHis apontam a realidade do Espírito Santo, no contexto da política de integração que procurava recolocar Portugal no concerto das nações europeias, depois de uma indesejada e desfavorável situação a que foi submetido, primeiro, no contexto da União Ibérica (1580-1640), depois, nas últimas décadas do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, e, em seguida, na Era Napoleônica (Carvalho; Oliveira, 2021). Sobre tal recorte, importante destacar Livia Scheiner Rangel (2020), que problematizou, em sua tese de doutoramento, acerca dos vínculos pessoais como uma dimensão específica da construção das redes de poder, no Centro Sul da América Portuguesa, entre a segunda metade do século XVIII e os anos 20 do século XIX.

Avançando para o período do rompimento entre Portugal e sua antiga colônia, trabalhos como o de Rodrigo Goularte, egresso do PPGHis, demonstram que o Espírito Santo estava em absoluta sintonia com o processo histórico que redundou na nossa independência, em 1822. Na ocasião, nossas elites optaram por se alinhar ao Rio de Janeiro, epicentro da política brasileira naquele contexto, e à dupla Pedro I/ José Bonifácio, em detrimento de Lisboa, como fez a Bahia de Madeira de Melo (Goularte, 2015). Na sequência, o Espírito Santo se inseriu no processo político de consolidação da independência, quando forjou uma elite alinhada aos rumos do país independente tanto no Primeiro Reinado (1822-1831) quanto na Regência (1831-1840) (Goularte, 2017). No que tange ao aspecto econômico, inseriu-se na estrutura produtiva do café.

Ainda sobre o século XIX, importante destacar, mesmo que de passagem, as produções realizadas pelo Laboratório Saberes e Sabores: História da Alimentação e das Práticas de cura, coordenado pela Professora Patrícia Merlo e pelo Professor Sebastião Pimentel Franco. O laboratório em questão se destaca em dois campos de estudos bastante interessantes e inovadores: a história das doenças, com o foco em pesquisas a respeito de diversas moléstias e epidemias surgidas no Espírito Santo, incluindo as ações do poder público para combatê-las; e pesquisas no campo da história da alimentação e da culinária, tratando-o como facetas ou traços da identidade do Espírito Santo e dos capixabas.

Quanto ao período republicano, diversos trabalhos produzidos no âmbito do PPGHis reconstroem o percurso capixaba, e recolocam o Espírito Santo no conjunto da história nacional. Destaco aqui o trabalho de Leandro do Carmo Quintão (2016), que tratou da configuração da liderança de Moniz Freire, desfazendo certos mitos e invencionices acerca desse personagem e o modo como conduziu os rumos do Espírito Santo no contexto da Primeira República.

Sobre a Era Vargas, trabalho muito importante foi aquele realizado pelo historiador Fernando Achiamé (2010). Na dissertação, uma das primeiras a serem defendidas no PPGHis, o autor apresenta como se deu o realinhamento das elites capixabas no contexto da Revolução de 30 e seus desdobramentos no plano político e desenvolvimentista. Analisa também

a atuação do interventor nomeado por Getúlio Vargas, desde que emergiu no poder, e a maneira como tal personagem se comportou no intuito de se estabelecer como uma liderança legítima, tendo sido capaz de se colocar como uma espécie de guarda-chuva para os diversos segmentos de elite com força política no Espírito Santo.

E, do mesmo modo, diversos trabalhos[2] produzidos no interior do PPGHis, desconstroem a noção do *atraso*, reforçando a tese de que o Espírito Santo esteve conectado ao processo de desenvolvimento industrial já no período republicano, a partir de *coalizão de possibilidades* e *consenso de necessidades*, mesmo considerando suas especificidades.

Sobre *história do tempo presente*, faço questão de destacar as pesquisas que redundaram em diversas teses e dissertações realizadas no interior do Laboratório de História das Interações Políticas e Institucionais, este fundado pelo saudoso Professor Valter Pires Pereira. No interior desse laboratório, diversos trabalhos procuraram focar na dimensão dos partidos políticos, das elites e o modo como tais entes coletivos se movimentam no interior dos espaços institucionais com vistas a finalidades diversas.

Tal laboratório procura tratar do pensamento político brasileiro, focando também em intelectuais que, no curso da história nacional, estiveram apoiados no estoque de ideias, percepções da realidade, justificativas, e que, no exercício das atividades políticas, se dedicaram a implementar e projetar o arcabouço institucional brasileiro, nas suas várias dimensões, o que resultou em determinados itinerários desenvolvimentistas. Priorizamos, nesse sentido, aqueles contextos da história brasileira que podem ser identificados como momentos de rupturas e/ou realinhamentos institucionais. Isso porque partimos do pressuposto de que tais circunstâncias, via de regra, são marcadas por grande efervescência na produção e na circulação de ideias, pelas quais muitos agentes, a partir de diferentes perspectivas e posicionamentos político-ideológicos, procuraram interpretar o Brasil, em retrospectiva, e também contribuir para a edificação daquilo que projetavam como sendo tipos ideais de modernidade e de progresso.

2 Para maiores informações, ver: Nascimento (2018).

Diante dessa nova leva de estudos, emanada do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, nos últimos 20 anos, foi inevitável colocarmos como tarefa urgente refletirmos de maneira mais profícua acerca do papel que a *narrativa histórica da superação do atraso* provocou e provoca na constituição de nossa identidade, bem como na maneira como nos posicionamos no plano do debate federativo. Isso porque está bastante demonstrado que a noção de atraso compreende abordagem flagrantemente equivocada, o que nos leva a colher prejuízos, se o Espírito Santo é comparado a outros estados do mesmo porte. Caso bastante exemplar foi a fatídica atuação da representação do Espírito Santo no Parlamento, por ocasião do debate em torno dos *royalties* do petróleo, que foi objeto da dissertação de mestrado produzida por João Paulo dos Santos Souza (2023). O autor demonstra como a atuação dos nossos parlamentares, bem como dos nossos principais veículos de imprensa, esteve amplamente entorpecida por essa noção de *atraso*, quando procuraram reproduzir a narrativa, e aos berros, de que o Espírito Santo mais uma vez estava sendo prejudicado pelo conjunto da federação, que aos capixabas mais uma vez impunha importantes perdas tributárias, dificultando novamente a sua superação do *atraso*, discurso como sempre baseado em determinados usos políticos do passado.

Ainda sobre a mobilização do discurso do *atraso* com finalidades políticas, é preciso mais uma vez destacar a tese de Rafael Cerqueira do Nascimento (2018), que analisa também como tais narrativas são utilizadas politicamente no tempo presente, dentro da discussão dos "usos políticos do passado", fazendo especial alusão ao Governo Paulo Hartung (2003-2010 e 2015-2018), o governador contemporâneo que melhor se apropriou da noção de superação para legitimar o seu projeto de desenvolvimento que ele, Paulo Hartung, chama de Terceiro Ciclo de Desenvolvimento – ambos baseados na ONG ES em Ação – Plano de ação ES 2025.

Cerqueira desvela como o referido agente político se movimentou de modo deliberado, fazendo forte uso da *narrativa da superação do atraso* para marcar seu nome na história, como sendo o último grande nome de uma linhagem de desenvolvimentistas cuja missão foi contribuir para retirar o Espírito Santo da sua condição de *atraso crônico*.

Por fim, para encerrar o presente capítulo, devo salientar que os novos trabalhos produzidos no interior do PPGHis, alguns dos quais aqui sumariados, abrem importantes flancos de reflexões sobre a nossa terra e, principalmente, promovem uma substancial mudança na maneira como vínhamos lendo e escrevendo sobre a história do Espírito Santo e seu processo de desenvolvimento. Desde a leitura desses vários textos, sinto-me permanentemente provocado a avaliar e a reavaliar o meu olhar em relação ao estado do Espírito Santo e acerca dos capixabas. Espero que o leitor se sinta provocado a fazer o mesmo!

Referências

ACHIAMÉ, Fernando. *O Espírito Santo na Era Vargas*: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937). Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. A conjuntura da formação cultural capixaba. Introdução. In: BITENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Cláudio. (org.). *Espírito Santo*: um painel da nossa história. Vitória: Imprensa Oficial, 2002.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *A formação econômica do Espírito Santo*: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980). Rio de Janeiro: Cátedra: Departamento Estadual de Cultura, 1987.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Esforços industrializantes na Primeira República*: o Espírito Santo (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1979.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *História Geral e Econômica do Espírito Santo*: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo* (1790-1821). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CARVALHO, Enaile Flauzina; OLIVEIRA, Ueber José de. Na Real Presença da Vossa Majestade!: a administração de Manoel Tovar no Espírito Santo (1804-1812). *Ágora*, v. 32, n. 2, 2021.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Rede de interesses*: produção, abastecimento, cabotagem e estradas (Espírito Santo, 1790-1831). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2016.

CLAUDIO Ribeiro, Luiz; QUINTÃO, L. C.; FOLLADOR, K. J. Território e territorialidade no império das redes: o Espírito Santo nos séculos XVI e XVII. *Dimensões*, v. 1, p. 27-55, 2013.

GOULARTE, Rodrigo da S. *Figurões da terra*: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santos do Oitocentos. Vitória: Edifes, 2017.

GOULARTE, Rodrigo da S. *Portos e sertões*: a província do Espírito Santo e a emancipação da América portuguesa (1815- 1825). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

MORAES, Neida Lúcia Borges. O *Espírito Santo é assim*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. A *narrativa histórica da superação do atraso*: um desafio historiográfico do Espírito Santo. Serra: Milfontes, 2018.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo*: a configuração da liderança de Moniz Freire. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

RANGEL, Livia Scheiner. *Nobilitação, parentesco e redes de poder no centro sul da América Portuguesa*: Paulo Fernandes Viana e Francisco Alberto Rubim (cc.1750-1821). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. *Industrialização e empobrecimento urbano*: o caso da Grande Vitória (1950-1980). Vitória: Edufes, 2001.

SOUZA, João Paulo dos Santos. *Petróleo, royalties e estado*: desempenho da elite política e mídia capixabas do boom das commodities ao impasse federativo sob a lei 12.734/2012 (2003-2013). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

UM NORDESTE SEM SUDENE. *Revista Capixaba*, Vitória, n. 19, ano II, p. 10-12, set. 1968.

História do Laboratório de Estudos Tardo-Antigos e Medievais Ibéricos/ Sefaradis (Letamis-Ufes)

Sergio Alberto Feldman[1]
Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira[2]

O Laboratório de Estudos Tardo-Antigos e Medievais Ibéricos/ Sefaradis (Letamis) é uma obra coletiva de muitos membros, que ora seguem ativos, ora seguiram nas suas trajetórias pelo Brasil afora, e por vezes, pelo mundo afora. Temos egressos neste momento, ou nos tempos recentes, vivendo ou transitando, especialmente na Europa, seja como pesquisadores na condição de bolsas "sanduíche", ou se estabelecendo definitivamente no velho mundo.

Nossa gratidão a cada um deles, pois um grupo de pesquisa é coletivo, dinâmico e as interações com os membros internos, ou com os egressos é fundamental. O espírito do grupo foi sempre colaborar um com o outro, especialmente aqueles que estavam em temas próximos.

Aos degraus de ascensão

A metodologia para ascender ao grupo foi a mais óbvia possível. Havia duas formas de chegar a uma candidatura ao mestrado. A primeira era ser convidado

1 Professor titular do departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador de mestrado e de doutorado no PPGHis.

2 Doutor em História Medieval pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (2024). Mestre em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes pela Universidade Federal do Maranhão (2019). Graduado em História pela Faculdade Saberes (2016).

a compor um grupo de pesquisa no nível da Iniciação Científica. Na primeira década (2006 a 2015) quase sempre tivemos grupos de cinco pessoas (duas com bolsa [PIBIC]; e três sem bolsa, num esquema de "voluntariado" [PIVIC]).

Esta é a lista de alunos que fizeram Iniciação Científica no Letamis, retirada do currículo Lattes. Vale frisar que muitos deles (cerca de 15) chegaram à escrita de uma dissertação, e, em apenas um caso, ao doutorado. Muitos deles estão duas vezes citados, por terem renovado por um segundo ano a Iniciação Científica.

Iniciação científica

1. Pietro Enrico Menegatti de Chiara. *Ibn Batutta*. 2021. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
2. Giovanna Gonçalves. *Astrologia judaica na Península Ibérica*. 2020. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
3. Pietro Enrico Menegatti de Chiara. *Viajantes Maghrebinos*: Ibn Battuta e contato com outras culturas. 2020. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
4. Vinicius de Mattos Ferreira. *A estigmatização do herege como alvo de perseguição a partir da obra História Albigensis de Pedro de Vaux de Cernay (séc XII. 2018)*. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
5. Joana Scherrer Carniel. *As representações cristãs do Diabo no medievo a partir da obra De Casu Diaboli de Anselmo de Cantuária (séc. XI)*. 2017. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
6. Ana Paula Machado. *O ser mulher e a sexualidade no medievo*. 2017. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
7. Ingrid Alves Pereira. *A representação judaica nas obras de Afonso X de Castela*. 2016. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo.
8. Joana Scherrer Carniel. *As representações cristãs do Diabo no medievo a partir da obra De Casu Diaboli de Anselmo de Cantuária (séc. XI)*. 2016. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.

9. Taynah Amaral Martins. *Entre a medicina e o pecado: a representação das doenças no imaginário cristão medieval*. 2016. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
10. Milena de Oliveira Ferreira. *Escola de Salerno: a medicina feminina nos séculos XI e XII a partir das obras de Trotula*. 2016. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
11. Taynah Amaral Martins. A *lepra: a permanente exteriorização do pecado na Idade Média*. 2015. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
12. Ingrid Alves Pereira. *Afonso X e os judeus no século XIII*. 2015. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
13. Laila Lua Pissinati. *Mulher e o casamento na casa real e na alta nobreza portuguesa do século XV*. 2015. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
14. Laila Lua Pissinati. A *mulher e o casamento na casa real e na alta nobreza portuguesa do século XV*. 2014. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
15. Anny Barcelos Mazioli. *Entre mouros e cristãos: a questão do controle clerical sobre a carnalidade, nas sociedades ibéricas do século XIV*. 2014. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
16. Regilene Amaral dos Santos. *Debates Judaico-Cristãos na Idade Média*. 2013. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
17. Larissa Oliveira Heringer. *Entre o pecado e a doença*: os enfermos no imaginário cristão da Península Ibérica nos séculos XIV e XV. 2013. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
18. Raphael Leite Reis. O *discurso agostiniano contra o Pelagianismo*. 2013. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
19. Karla Constancio de Souza. O *fundamento e a razão*: os massacres antijudaicos durante a Primeira Cruzada no Império Germânico do séc. XI. 2013. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
20. Anny Barcelos Mazioli. O *matrimônio, o corpo, a sexualidade e a mulher no medievo: teoria e práxis ao longo dos séculos*. 2013. Iniciação científica (História) - Universidade Federal do Espírito Santo.

21. Anny Barcelos Mazioli. A *sexualidade medieval pós-Reforma Gregoriana* – a teologia e a práxis cotidiana no medievo. 2012. Iniciação científica (História) –Universidade Federal do Espírito Santo.
22. Raphael Leite Reis. *Agostinho contra o Pelagianismo*: o Livre arbítrio e a Graça. 2012. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
23. Regilene Amaral dos Santos. *Debates Judaico-Cristãos na Idade Média*. 2012. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
24. Karla Constancio de Souza. Os *judeus nas Cruzadas*: judaísmo ashkenazi no Medievo Germânico. 2012. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
25. Larissa Oliveira Heringer. *Pecado e enfermidade*: a relação entre a doença e o imaginário cristão no Ocidente Medieval. 2012. Iniciação científica (História) –Universidade Federal do Espírito Santo.
26. Julio Morguetti Neto. A *apropriação dos "mitos" da Reconquista pelo reino de Castela-Leão e a concepção do Imperium Hispaniae do século XI ao XIII*. 2011. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
27. Maria Emília Helmer Pimentel. A *concepção da sexualidade na sociedade cristã da Europa Medieval*. 2011. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
28. Roni Tomazelli. *Entre magia e religião*: estereótipo e demonização da bruxaria medieval [séculos XII e XIII]. 2011. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
29. André Luiz Gatti Bezerra. *Guerra Santa, Cruzada e Guerra Territorial*: a construção do conceito de Reconquista Ibérica (séc. VII ao séc. XV). 2011. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
30. Alessandro Torrezani. O *processo de demonização e a prática da estigmatização*: o Diabo como instrumento pedagógico da Cristandade na Península Ibérica Medieval (Séc. XIII). 2011. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
31. Julio Morguetti Neto. A *construção do conceito de guerra Santa na Reconquista Ibérica*. 2010. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
32. André Luiz Gatti Bezerra. A *construção do ideal de monge guerreiro na Ordem dos Cavaleiros Templários*. 2010. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.

33. Maria Emília Helmer Pimentel. *As prostitutas na Idade Média*. 2010. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
34. Roni Tomazelli. *Demonização e magia no Medievo Ocidental*: a Igreja e a estigmatização da bruxaria. 2010. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
35. Alessandro Torrezani. O *Conflito entre o Bem e o Mal*: o Diabo e seus aliados no imaginário medieval. 2010. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
36. André Araújo de Oliveira. A *Estigmatização das heresias pela Igreja medieval, entre os Concílios de Latrão IV (1215) e o de Constança (1414)*. 2009. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
37. Leandro Augusto Viana Prado. A *imagem do infiel na Reconquista Cristã*. 2009. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
38. Joana Paula Pereira Correia. *Agostinho e o Maniqueísmo*: aceitação e rejeição. 2009. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
39. Samara Cristina Zupeli. *Identidade e Alteridade na Hispânia Medieval*. 2009. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
40. Cristiane Rovetta Gomes. Os *mendicantes e o processo de exclusão social dos judeus*. 2009. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
41. Joana Paula Pereira Correia. *Agostinho*. 2008. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
42. Leandro Augusto Viana Prado. *Al Andaluz*. 2008. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
43. Josiane Vassoler Favarato. *Encontro de cultura na Espanha Medieval*. 2008. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
44. André Araujo de Oliveira. *Heresia albigense*. 2008. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.

45. Samara Cristina Zupelli. *A Inquisição espanhola e os cristãos novos ibéricos*. 2007. Iniciação científica – Universidade Federal do Espírito Santo.
46. Raphael Leite Teixeira. *O Priscilianismo*. 2007. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
47. Camila Cristiane da Silva. *A visão cristã do infiel na baixa idade média*: séc. XII a XV. 2006. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo
48. Sabrina Sepulcri Januth. *As heresias dualistas medievais*: os albigenses. 2006. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
49. Rafael Hygino Meggiolaro. *Cristianismo e paganismo nos reinos suevo e visigótico*. 2006. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Petrobrás + Ufes.
50. Luís Eduardo Formentini. *Monarquia visigótica*. 2006. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
51. Juliane Albani de Souza. *Visão do monarca na obra de Isidoro de Sevilha*. 2006. Iniciação científica (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A segunda forma de chegar ao mestrado era se inscrever em Monografia e escrever um bom trabalho, viabilizando-o a se candidatar ao mestrado. Entre os seis doutores que defenderam suas teses, temos quatro casos de alunos que se integraram ao Letamis através da monografia.

Grandes temáticas de pesquisa

O nosso grupo de pesquisa está registrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq: *Política e Religião no Ocidente Tardo Antigo e Medieval*. O espelho do grupo pode ser acessado pelo link: <dgp. cnpq.br/dgp/ESpelhogrupo/7809066884394767>.

As linhas de pesquisa do grupo se subdividem efetivamente em três, mesmo se algumas dissertações e monografias não se encaixem em nenhuma delas. O primeiro é mais recente e reflete o interesse de alguns alunos nas questões de corpo e sexualidade. O segundo é o grupo original criado a partir de estudos sobre dois membros da patrística: Agostinho de Hipona e Isidoro de

Sevilha. Já o terceiro nos oferece uma ampla gama de estudos sobre "excluídos e marginalizados", ou no inglês "*outsiders*". Nele se encaixam, especialmente, os judeus e os hereges, mas, de maneira matizada, prostitutas, homossexuais, bruxas, leprosos, entre outros. Vários estudos transitaram entre dois dos grupos: hereges na obra agostiniana, por exemplo; ou corpo e sexualidade na obra de Tomás de Aquino, entre outras. Os limites entre os grupos foram, muitas vezes, flexibilizados, assim: 1) *Corpo, sexo e poder*; 2) *Intolerância e conflito religioso na Antiguidade Tardia*; 3) *Política e Religião: as monarquias cristãs e as minorias marginalizadas do período tardo antigo e medieval até os primórdios da Era Moderna*.

Mestrados concluídos

Dentre os mestrandos que concluíram, há dois casos que extrapolaram o período tardo-antigo e medieval: uma dissertação sobre Calvino, e outra sobre a IURD. A maioria absoluta está dentro do recorte cronológico e temático das linhas de pesquisa. Ressaltamos também que no momento há um mestrando que iniciou seus estudos em março de 2024, após duas jornadas de Iniciação Científica: Pietro Enrico Menegatti de Chiara. A seguir as dissertações de mestrado defendidas:

1. Joana Scherrer Carniel. *A representação do Diabo no De Casu Diaboli de Anselmo de Bec (séc. XI)*. 2022. Dissertação (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
2. Regilene Amaral dos Santos. *As versões judaico-cristãs sobre o debate de barcelona em 1263*: um estudo sobre identidades e fronteiras com base no Vikuach de Nachmanides e no relato cristão. 2020. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) –Universidade Federal do Espírito Santo.
3. Cícera Leyllyany Fernandes de Lira Freitas Müller. *Discurso e controle do corpo na Suma Teológica de Tomás de Aquino (século XIII)*. 2019. Dissertação (História) –Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo.
4. Karla Constancio de Souza. *As narrativas judaico-cristãs sobre o martirológio ashkenazi medieval (sécs. XI e XII)*: construção e ressignificação do Kidush haShem nas crônicas hebraicas e latinas. 2018. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do

Espírito Santo. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

5. Anny Barcelos Mazioli. *Livro das confissões de Martin Pérez e a disciplina corporal na Península Ibérica do século* XIV. 2018. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo.
6. Ingrid Alves Pereira. A *representação judaica na lírica mariana Ibérica no século* XIII: *análise das Cantigas de Santa Maria de* Afonso X, o *Sábio e dos Milagros de Nuestra Señora de Gonzalo de Berceo*. 2017. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) – Universidade Federa l do Espírito Santo. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo
7. Raphael Leite Reis. *Agostinho de Hipona e a polêmica antipelagiana*: a alteridade cristã no século V. 2017. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo.
8. Jordânia Lopes De Freitas. O "*outro*" *sob o olhar cristão*: *representação dos judeus na disputa de Tortosa* (*Hispânia*, 1º *quarto do século* XV). 2015. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo.
9. Joana Paula Pereira Correia. O *discurso anti-maniqueu de Agostinho de Hipona na construção da identidade cristã*. 2014. Dissertação (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
10. Roni Tomazelli. *Sob o signo da malignidade*: O Formicarius, de Johannes Nider e a construção do discurso demonizador da bruxaria no século XV. 2014. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo.
11. Layli Oliveira Rosado. A *controvérsia em torno dos escritos de Maimônides*: o fortalecimento do discurso identitário judaico no Mishné Torá (1180-1204). 2013. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo.
12. Juliane Albani de Souza. A *sexualidade e o controle do corpo no Scivias e no Causae et Curae de Hildegarda de Bingen* (*Século* XII). 2013. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
13. Luis Eduardo Formentini. A *legitimidade da realeza franca e visigótica nas obras de Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha*. 2012. Dissertação (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo.

14. Rafael Hygino Megiollaro. *Identidade e alteridade no Reino Suevo da Galícia à partir das obras de Martinho de Braga* (c.550-579). 2012. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
15. Ludmila Noeme Santos Portela. O *Malleus maleficarum e o discurso cristão ocidental contrário à bruxaria e ao feminino no século* XV. 2012. Dissertação (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
16. Fabiano De Souza Coelho. *Religião, Identidade E Intolerância: Agostinho e a estigmatização dos pagãos na obra De Civitate Dei*. 2011. Dissertação (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
17. Tatyana Nunes Lemos. *Pregação e cruzada: a conversão dos infiéis nos poemas de Ramon LLlull* (1232-1316). 2010. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
18. Kellen Jacobsen Follador. A *construção da imagem do converso*: Castela e Aragão (séculos XIV-XV). 2009. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) –Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
19. Eber da Cunha Mendes. A *teologia política de João Calvino* (1509-1564) *nas institutas da religião cristã* (1536). 2009. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo.
20. José Renato da Silva Marques. *Fé e política*: a questão ariana no século IV. 2009. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo
21. Luciano José Vianna. *Pelos céus e pela terra*: a conquista de Maiorca (1229) como legitimidade do rei Jaime I o Conquistador (1208-1276). 2009. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo.
22. José Mário Gonçalves. *Religião e violência na África romana*: Agostinho e os donatistas. 2009. Dissertação (PPG História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo.
23. Waleria Vieira de Almeida. *Igreja Universal do reino de Deus*: análise do processo de demonização na busca pela hegemonia no campo religioso neopentecostal. 2007. Dissertação (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.

Doutorados concluídos

Neste ano de 2024 completamos a sexta defesa de tese, de Pablo Gatt. Temos um doutorando em atividade – Rafael Leite Reis – e não pretendemos receber novos doutorandos. Eis os doutores de nosso grupo:

1. Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira. *A construção identitária do sujeito cristão na* Summa Theologiae *de Tomás De Aquino* (1273). 2024. Tese (PPG em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo.
2. Jordano Viçose. *Rebeliões em Santiago de Compostela*: movimentos urbanos e exclusão socioespacial no século XII. 2023. Tese (História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
3. Roni Tomazelli. *Larga é a porta que aprofunda no inferno*: o poder eclesiástico, o controle do corpo e a conduta sexual do clero no epistolário de Pedro Damião (século XI). 2022. Tese (PPG em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
4. Ludmila Noeme Santos Portela. *Entre a tolerância e o estigma: a condição dos judeus na legislação de Afonso X (Castela - séc. XIII)*. 2020. Tese (PPG em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo.
5. José Mário Gonçalves. *Convivência, tolerância e intolerância na África Romana*: identidade e alteridade no tempo de Santo Agostinho (354-430). 2016. Tese (História) – Universidade Federal do Espírito Santo.
6. Kellen Jacobsen Follador. *Uma linhagem manchada pelo pecado*. O discurso antijudaico e a estigmatização dos judeus conversos (Castela 1391-1478). 2016. Tese (PPG em História Social das Relações Políticas.) – Universidade Federal do Espírito Santo. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo.

Seção II

Discussões historiográficas e objetos de análise

As *audiências episcopais* e o *bispo-juiz na Antiguidade Tardia e na Primeira Idade Média*:

arbitragem e mediação em casos cotidianos como alcance da justiça aos subalternos[1]

Érica Cristhyane Morais da Silva[2]

A administração da justiça por intermédio de um sistema jurídico instituído é sempre um desafio em qualquer sociedade no tempo e no espaço. A resolução e a mediação de conflitos podem ocorrer tanto por intermédio de sistemas judiciais formais institucionalizados ou extrajudiciais. Um dos importantes desenvolvimentos do sistema jurídico da Antiguidade Tardia é a atribuição aos bispos de uma dimensão jurídica.

Geralmente, os estudos acerca do tema da audiência episcopal ocorrem no interior do debate acerca das relações entre Estado imperial romano e a Igreja. Não obstante, para além da decisão imperial de reconhecer uma dimensão jurídica ao exercício do poder episcopal, argumentamos que o poder jurídico do bispo atuando como *iudex* no contexto da Antiguidade Tardia e Primeira Idade Média significou uma forma de descentralização e, portanto, a

1 Apresentação oral produzida em razão do I Encontro de Pós-Graduação em História – Ufes, ocorrido entre os dias 22 e 25 de agosto de 2023 como um evento em comemoração aos 20 anos da Pós-Graduação em História da Ufes. A presente apresentação foi parte da Mesa 2 intitulada "Direito, Democracia e História", no dia 24 de agosto de 2023, no auditório do IC II, das 19h às 21h30.

2 Professora de História Antiga e Medieval do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Ufes. Coordenadora do *Repertorium*, Laboratório de Estudos Medievais. Pesquisadora no Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR/ES e G.LEIR/Franca-SP). E-mail: erica.c.silva@Ufes.br.

capilarização do sistema jurídico romano junto à grupos sociais subalternos. Como árbitros e mediadores em disputas privadas, o bispo tornava-se a autoridade mais próxima da população nas resoluções de conflitos cotidianos e privados. E as chamadas *audiências episcopais* constitui-se como o lugar do que poderíamos, *grosso modo*, denominar de espaço onde a justiça alcança os recantos mais marginais da sociedade romana tardo-antiga e do alto-medievo.

Com base nas afirmações supracitadas, buscaremos no espaço desta reflexão, por meio das evidências disponíveis, compreender a natureza da atribuição jurídica do bispo, os casos e as arbitragens exercidas por ele e, por fim, identificar os grupos sociais beneficiados a partir desta nova dimensão jurídica da função episcopal no contexto da Antiguidade Tardia e Primeira Idade Média, entre os séculos IV e VI EC, quando a evidência disponível assim nos permitir.

A institucionalização da atribuição jurídica ao bispo: fontes, natureza e limites

A primeira regulamentação que atribui a dimensão jurídica ao bispo para resolução de conflitos civis ocorre no curso do governo do imperador Constantino I (306-337 EC) – dois estatutos que sobreviveram até nós, e aos quais podemos ter acesso via evidências presentes no *Código Teodosiano* (I, 27) e na *Constitutio Sirmodiana* (I), respectivamente:

> **TÍTULO 27: DAS DECISÕES JUDICIAIS DOS BISPOS (DE EPISCOPALI DEFINITIONE)**
>
> I. Imperador Constantino Augusto
>
> De acordo com sua própria autoridade, um juiz deve observar que se uma ação deve ser interposta perante uma corte episcopal, ele deve manter-se silêncio [*não fazer objeção*], e se qualquer pessoa desejar fazer a transferência de seu caso para a jurisdição da lei cristã e observar esse tipo de julgamento, ele deve ser ouvido, ainda que a ação tenha sido proposta perante o juiz, e o que vier a ser por eles [pelos bispos] julgado será considerado sagrado; desde que, no entanto, não haja tal usurpação de autoridade em que um dos litigantes deva proceder ao referido tribunal e deva relatar sua própria escolha irrestrita de um tribunal. Pois o juiz deve ter o direito inalterado de jurisdição da causa que lhe foi apresentada diante dele para que ele possa pronunciar sua decisão, após crédito total for dado a todos os fatos como apresentados.
>
> Promulgada no nono dia antes das calendas de julho em Constantinopla no ano do consulado de Augusto e de Crispo César – 23 de junho de 318 (?) [...].

TÍTULO 1: A CONFIRMAÇÃO DAS DECISÕES EPISCOPAIS MESMO ENTRE MENORES; O TESTEMUNHO SEM SUPORTE DE UM BISPO SERÁ DADO TOTAL CRÉDITO

(*DE CONFIRMANDO ETIAM INTER MINORES AET A TES JUDICIO EPISCOPORUM ET TESTIMONIUM UNIUS EPISCOPI ACCEPTO FERRI*)

Imperador Constantino Augusto a Ablábio, Prefeito do Pretório

Estamos bastante surpresos, ó querido e amado parente Ablábio, que alguém da sua dignidade, alguém caracterizado pela plena justiça e pela boa religião, tenha procurado saber de Nossa Misericórdia o que, no que diz respeito às sentenças dos Bispos, Nossa Soberania previamente fixou e o que agora desejamos preservar. Além disso, porque desejastes ser instruído por Nós, tornamos conhecidas, em virtude de nossa soberania, as ordenações de uma lei anteriormente promulgada. Na verdade, prescrevemos, como declara a forma do nosso edito, que as sentenças dos bispos, de qualquer natureza que sejam, sejam mantidas invioláveis, sem distinção de qualquer idade, e nunca alteradas: a saber, que devem ser sempre consideradas sagradas, e venerável tudo o que foi concluído pela sentença dos bispos. É por isso que, quer se trate de uma sentença proferida pelos bispos num caso entre menores ou entre adultos, queremos que a execução chegue a vós, que detendes a jurisdição suprema, e a todos os outros juízes. Assim, se alguém, tendo um litígio como réu ou como autor, quer no início do litígio, quer durante o seu desenvolvimento, ou quando a discussão se aproxima do fim, ou quando a sentença já começou a ser pronunciada, se esta pessoa optou por submeter-se ao julgamento do representante da lei sacrossanta, imediatamente, sem qualquer hesitação, e mesmo que a parte contrária se oponha, as pessoas em disputa sejam encaminhadas ao bispo.

Com efeito, muitos elementos que as capciosas algemas da prescrição não permitem que sejam apresentados perante um tribunal, a autoridade da religião sacrossanta procura-os e publica-os. Assim, portanto, que todas as causas tratadas, quer segundo a lei pretoriana, quer segundo a lei civil, extintas pela sentença dos bispos, sejam confirmadas pela lei da permanência; e que seja proibido que uma questão que a sentença dos bispos terá decidido seja reconsiderada posteriormente. Além disso, é permitido a qualquer juiz receber, sem qualquer dúvida, um depoimento fornecido por um único bispo, e que nenhuma outra testemunha seja ouvida a partir do momento em que tenha havido uma promessa de testemunho de um bispo por qualquer parte. É de fato confirmado pela autoridade da verdade e reconhecido como integridade, o que a consciência imaculada de um homem sacrossanto trouxe à luz. Isso às vezes consertamos por um decreto salutar, nós o confirmamos por uma lei duradoura, sufocando os germes enganosos do litígio, para que os infelizes apanhados nas longas e quase intermináveis armadilhas dos negócios possam, finalmente, livrar-se de ataques desonestos ou ganância irracional.

Assim, tudo o que Nossa Misericórdia estabeleceu a respeito das sentenças dos bispos e que doravante fixamos por esta lei, tudo isso, decidido no interesse comum, convém que Vossa Gravidade e todas as outras se conformem a ela para sempre.

Promulgada em 3 de maio em Constantinopla, sob o consulado de Dalmácio e Zenófilo [...] (*Constitutio Sirmodiana* I).

Pelos estatutos constantinianos, é comum a pressuposição de que o exercício jurídico pelo bispo parece exceder o poder daqueles *iudices* da carreira jurídica da administração imperial, ou seja, parece não ter instância superior

de apelação depois de um veredicto episcopal, todavia, esta constatação ainda carece de evidências para uma afirmação tão definitiva (Harries, 2004, p. 191). Apesar de o texto da *Constitutio Simordiana*, I, explicitamente, declarar que "as sentenças dos bispos, de qualquer natureza que sejam, sejam mantidas invioláveis, sem distinção de qualquer idade, e nunca alteradas: a saber, de que devem ser sempre consideradas sagradas e venerável tudo o que foi concluído pela sentença dos bispos", a compreensão de uma função jurídica tão consolidada e, já na época de Constantino, instituída de tal autoridade não parece ter sido plausível se confrontada com outras evidências. Para Francisco Cuena Boy (2017, p. 60):

> A lei 318 permitia aos litigantes, desde que procedessem de acordo, transferir o processo levantado e pendente perante o juiz estadual para o tribunal do bispo. A *provocatio ad episcopale iudicium* era permitida apenas *inter volentes*, mas, além disso, a lei preocupava-se em impedir o uso de tal provocação a fim de evitar a coisa julgada por sentença do *iudex*. Esta constituição nada diz sobre a finalidade da decisão episcopal ou a sua suposta natureza executiva; menos ainda prevê que o juiz secular a incorpore na sua sentença e se encarregue da sua execução. Em resumo, CTh. 1.27.1 configura a *episcopalis auditientia* com os atributos da arbitragem e zela para evitar que seu funcionamento prejudique a autoridade dos tribunais-estado.

A audiência episcopal de fato não poderia ainda, no século IV EC, ter alcançado junto à autoridade episcopal um alcance ilimitado e irrestrito a despeito dos tribunais provinciais, mesmo considerando que o bispo exercia um importante papel em sua localidade. A delimitação e ampliação ou restrição do exercício do bispo como juiz é diversa, inclusive, considerando o governo imperial e mudanças realizadas nas leis promulgadas por Constantino. Por isso, a importância de outras documentações. Além das leis aqui mencionadas sobre a dimensão jurídica episcopal e sobre as audiências episcopais, temos ainda evidências no Código Justiniano (I, 4, 8); na epistolografia de Juliano, o imperador (*Ep.* , 114.437a.), em Ambrósio de Milão (*Ep.* , 24); em Agostinho de Hipona (*Enarratio in Psalm.*, 118; *Sermo*, 24. 3-4; *Ep.* , 33, 5; *Ep.* , 213; *Op. de Mon.*, 37); em Gregório de Nazianzo (*Or.*, 4.96) e Sozomeno (*Hist. eccl.*, 5.18.1) bem como em papiros gregos (*P. Lips*, *n.* 43; *P. Oxy.* 6 903; *P. Mich. inv.* 2999) que podem nos oferecer maiores informações. As audiências episcopais e o poder jurídico do bispo não surgiram, contudo, sem precedentes.

Tradicionalmente, no interior das primeiras comunidades cristãs, quando havia conflitos ou casos de disputas, estas deveriam ser resolvidas junto às autoridades superiores cristãs, como podemos depreender da censura que Paulo (*1Cor.*, 6, 1-8) faz aos coríntios "por exporem as suas discórdias diante dos gentios, em vez de as resolverem pacificamente entre si e assim demonstrar o poder da graça":

> Quando alguém de vós tendes rixa com outro, como ousais levá-la aos injustos, para ser julgada, e não aos santos? Então não sabeis que os santos julgarão o mundo? E se é por vós que o mundo será julgado, seríeis indignos de proferir julgamentos de menor importância? Não sabeis que julgaremos os anjos? Quanto mais então as coisas da vida cotidiana? Quando, pois, tendes processos desta vida para serem julgados, constituís como juízes aqueles que a Igreja despreza! Digo isto para confusão vossa. Não se encontra entre vós alguém suficientemente sábio para poder julgar entre seus irmãos? No entanto, acontece que um irmão entra em litígio contra seu irmão, e isto diante de infiéis!

Assim sendo, Constantino não atribui essencialmente a dimensão jurídica ao bispo, mas a institucionaliza formalmente, agregando-o à administração imperial e estendendo o poder jurídico de uma autoridade, a do bispo, para além dos membros da comunidade cristã. E embora pareça, pela evidência da *Constitutio Simordiana I*, que a sentença episcopal não tenha recursos superiores, ou seja, que o bispo possa julgar quaisquer casos indiscriminadamente, isto não se realiza na prática, apesar de Eusébio de Cesareia (*Vita Constantini*, IV, 2,3) afirmar, apologeticamente, o contrário:

> (2) Ele também colocou seu selo nos decretos dos bispos feitos em sínodos, para que não fosse lícito aos governantes das províncias anular o que haviam aprovado, visto que os sacerdotes de Deus eram superiores a qualquer magistrado.
>
> (3) Ele fez inúmeros decretos como esses para seus subordinados. Seria necessário tempo livre para comprometê-los com um trabalho separado para a análise precisa das políticas do Imperador também nesses casos. O que é necessário agora definir em pormenor como, tendo anexado ele mesmo ao Deus acima de tudo, ele ponderou do amanhecer ao anoitecer sobre qual da humanidade beneficiar, ou como ele foi justo com todos e imparcial em seus benefícios?

Casos criminais, por exemplo, não poderiam ser julgados nesta corte e imperadores subsequentes voltam à regulamentação e buscam restringir ou definir o escopo da ação dos bispos-juízes. O imperador Justiniano (*Nov.*, LXXIX; LXXXIII; CXXIII, 21), cujo reinado é entre 527 e 565, torna o julgamento de membros da elite cristã exclusivo da corte episcopal. O imperador Juliano

(361-363), em sua Epístola 114, 437a, declara, indicando a restrição dos poderes até então desempenhados pelo bispo na esfera jurídica:

> Agora está claro que as multidões, enganadas pelo chamado clero, não se rebelam precisamente porque o país foi privado destes árbitros. Na verdade, aqueles que foram tiranos até agora não se contentam em não cumprir o castigo pelas más ações que cometeram, **mas lamentando o seu antigo poder, agora que já não lhes é permitido pronunciar sentenças, escrever testamentos** [grifo nosso], ilegalmente propriedade apropriada herança de outros, e tomando tudo para si, remova todos os freios desordem e, como dizem, atiram fogo no fogo e ousam sobrepor males maiores aos males passados, levando as multidões à dissidência.

Do ponto de vista pagão, Libânio de Antioquia (*Pro Templis*, 8-11) oferece uma descrição bastante viva sobre este tipo de exercício, na esfera jurídica, realizado pelos bispos, o qual o sofista concebe como privilégio dado a alguém que "não é tudo isso que o consideram ser". No excerto, o sofista descreve ataques contra os templos, depredação e violência contra a cidade, e, em sua última seção (11), finaliza destacando:

> 11. Logo, a violência cometida por estes desordeiros contra o patrimônio incide sobre questões vitais do estado. Eles alegam atacar templos, mas os ataques são fontes de rendas, pois, embora alguns ataquem os santuários, outros saqueiam os camponeses pobres de tudo que restaram destes, tanto a produção armazenada da terra quanto o estoque e os invasores partem com o saque dos lugares os quais eles invadiram. Outros, não satisfeitos com isso, se apropriam até da terra também, alegando que isto ou aquilo que pertence a um ou outro são propriedades do templo, e muitos homens foram roubados naquilo que lhes pertence em nome disso. Outros, novamente, alegam venerar seu deus com jejum, e mesmo assim engordam no infortúnio de outrem. E se as vítimas destes saques se dirigem ao pastor [ποιμένα/bispo] de sua cidade – **pois este é o título que elas atribuem a um sujeito que não é tudo isso que o consideram ser** [grifo nosso] –, se eles recorrem a ele e chorosamente relatam o erro deles, este pastor elogia os saqueadores e manda as vítimas embora com a garantia de que elas têm sorte de terem escapado tão levemente.

As *Episcopales Audientiae*

No texto inicial do edito de Constantino (*CTh.*, I, 16, 7), sobre o funcionamento das cortes provinciais e ao acesso aos governadores de província na qualidade de juízes, de 331 EC, se, por um lado, demonstra a preocupação por um bom funcionamento do sistema jurídico romano e desta corte provincial, em particular, buscando afastar casos de corrupção de magistrados (Slootjes, 2006, p. 64), por outro, podemos inferir sobre

as reformas que o próprio imperador propõe a partir da declaração em associação com os editos sobre a inovação acerca da função jurídica do bispo. Vejamos o texto do mencionado edito:

> A corte de decisões do juiz não pode ser venal; o acesso não pode ser obtido por meio de ganhos, os funcionários e a secretaria não podem se tornarem infames por casos de leilões. O exercício da função [jurídica] do governador não pode ter preço, os ouvidos dos juízes devem estar igualmente acessíveis tanto aos ricos quanto aos pobres (*CTh.*, 1, 16, 7).

Fundamentado neste excerto, John Dillon (2012, p. 146-7) argumenta, contrariamente a Slootjes, em favor de uma interpretação acerca da supressão de cobranças de taxas jurídicas, o que nos indica, sobretudo e explicitamente, a proteção ao acesso do litigante pobre à corte do governador de província. Todavia, na impossibilidade de suprimir seja a cobrança, sejam os casos de corrupção de magistrados, as audiências episcopais surgem como alternativas de acesso ao sistema jurídico romano pelas populações menos abastadas e como opção para o sobrecarregado sistema jurídico romano das cortes provinciais no trato com disputas cotidianas. Desse modo, os bispos-juízes de Constantino tinham demarcações e limites no exercício de suas funções jurídicas.

Os casos, os grupos sociais beneficiados e as arbitragens sob a jurisdição dos bispos

Olivier Huck (2008, p. 295) sumariza os casos e as arbitragens que recaíam sobre a corte episcopal nas audiências. Segundo este autor, os casos que se avolumavam se definiam desde disputas familiares ou matrimoniais a simples brigas entre vizinhos e as genuínas chamadas *causae liberales*, que se definem como "qualquer procedimento relativo à liberdade de uma pessoa". Já conforme Caroline Humfhress (2011, p. 375), os casos julgados nas audiências episcopais ainda previam, para além de disputas familiares, disputas entre clérigos, disciplina cristã e doutrinas da Igreja. Mas digna de nota é a indicação de corrupção e a indiscriminada decisão sobre a posse de propriedades por meio da redação também de heranças com fins de apropriação, como nos dá notícias o imperador Juliano, em sua epístola 41. De acordo com Agostinho (*Ep.* , 33, 5), escrevendo como bispo, no norte da África do século V, foram os

habitantes de Hipona que o tiranizaram, uma vez que ele era aparentemente saudado diariamente por homens "de cabeça baixa" solicitando que ele decidisse ações judiciais "relativas ao ouro, lascas, *villae* e ovelhas". Na interpretação de Humfhress, esses casos podem dizer respeito à propriedade e à posse de propriedade (incluindo escravos e outras mercadorias móveis, bem como terrenos, edifícios, etc), contratos, delitos, heranças, tutelas e situação pessoal.

Os grupos sociais beneficiados, ou seja, aqueles que recorrem às audiências episcopais são, desse modo, como podemos inferir, um seguimento da sociedade que busca soluções para ocorrências e disputas cotidianas. Três casos, em especial, elucidam inclusive como as audiências tinham alcance a grupos de margem, como, por exemplo, mulheres com problemas no âmbito familiar e de violência doméstica. Considerando, portanto, todos estes aspectos, gostaria de passar ao relato de três evidências importantes para compreender as audiências episcopais em seu contexto mais amplo e não apenas jurídico, mas destacando alguns grupos sociais que se beneficiam da existência desta corte particular.

O caso de Aurélia Nona (*P. Lips*, *n.* 43): século V EC

Por meio de um papiro grego proveniente do Egito bizantino, século V EC, podemos conhecer o caso de Aurélia Nona (*P. Lips*, *n.* 43). Aurélia Nona faz uma petição ao bispo de Oxirrinco Teodoro, acusando Alípio, um monge sobrinho dela, de tentar dar a filha de Nona em casamento a um parente. Como a filha se recusou, o monge bateu em Nona e rasgou as suas roupas. Ela agora pede que Alípio seja convocado junto à corte episcopal. Nona subscreve que aceitará a decisão do bispo, firmando a petição no final:

> Ao santíssimo e piedoso Apa Theodoro, Bispo da ilustre e mais ilustríssima cidade de Oxirrinco, de Aurélia Nona da aldeia de Hispania nome de Oxirrinco – Alípio, um monge, natural de nossa aldeia, que é nosso sobrinho, desejou dar (em casamento) minha filha a Apaion, também parente nossa, e dos administradores de nossa propriedade, que não estão dispostos a restaurá-la [devolvê-la] a mim, pelo contrário, estão ansiosos para concretizar isto. Desde, portanto, O..., minha filha [não?] deseja se casar com ele, e eu agindo em confronto, o monge me espancou e rasgou minhas roupas, arruinando-as. Por isso, eu imploro à vossa santidade para que tenha compaixão de mim e que seja ele trazido (diante de vós), e que eu possa receber qualquer decisão que seja de vossa aprovação, meu senhor, mais Santos dos Bispos. (Assinatura), Eu, Aurélia Nona, apresento minha petição.

O caso de violência doméstica (*P. Oxy.* 6 903), entre 301 e 400 EC

Um outro caso que emerge do Papiro *P. Oxy* 6 903 trata-se de uma acusação contra um marido. Com insultos proferidos, ocorre cárcere privado tanto da esposa quanto dos escravos e das filhas. Há morte de servas e abusos físicos. O relato é detalhado, e, sobre a ocorrência dos acontecimentos no espaço do privado, podemos ainda observar implicações também relativas a posse e herança numa disputa entre marido e filhas que são definidas como "adotadas" no texto:

> A respeito de todos os insultos proferidos por ele contra mim. Ele trancou seus próprios escravos e os meus com minhas filhas adotivas e seu agente e filho por sete dias inteiros em seus porões, tendo insultado seus escravos e minha escrava Zoë, e meio que os matou com golpes, e ele atirou em minhas filhas adotivas, tendo-os despido completamente, o que é contrário às leis. Ele também disse às mesmas filhas adotivas: 'Desista de tudo o que é dela', e elas disseram: 'Ela não tem nada conosco'; e para os escravos, quando eles estavam sendo espancados, ele disse: 'O que ela levou da minha casa?' e eles, sob tortura, disseram: 'Ela não levou nada seu, mas todos os seus bens estão seguros.' Zoilus foi vê-lo, porque ele havia calado seu filho adotivo, e disse a ele: 'Você veio por causa de seu filho adotivo ou de uma mulher assim para falar sobre ela?' Ele jurou na presença dos bispos e de seus próprios irmãos: 'De agora em diante não esconderei dela todas as minhas chaves (ele confiava em seus escravos, mas não confiava em mim); vou parar e não insultá-la.' Em seguida, uma escritura de casamento foi feita e, após este acordo e seus juramentos, ele novamente escondeu as chaves de mim; e quando eu saí para a igreja em Sambatho, ele fechou as portas externas sobre mim, dizendo: 'Por que você foi à igreja?', usando muitos termos de abuso na minha cara e pelo nariz dele. Havia 100 alqueires de cereais devidos ao Estado por minha conta, dos quais ele não pagou nada, nem um alqueire. Ele obteve a posse dos livros e os fechou dizendo: 'Pague o preço de cem artabae', não tendo ele próprio pago nada, como eu disse antes; e ele disse aos seus escravos: 'Forneçam ajudantes, para calá-la também.' Choous, seu assistente, foi levado para a prisão, e Euthalamus deu segurança insuficiente para ele, então peguei um pouco mais e dei para o dito Choous. Quando o encontrei em Antinoópolis com minha sacola de banho (?) com meus enfeites, ele me disse: 'Levarei tudo o que você tiver com você por causa da garantia que você deu ao meu assistente Choous por suas dívidas ao Estado.' De tudo isso sua mãe dará testemunho. Ele também persistiu em irritar minha alma com sua escrava Anila, tanto em Antinópolis quanto aqui, dizendo: 'Mande embora esta escrava, pois ela sabe o quanto ela se possuiu', provavelmente querendo me envolver e, com esse pretexto, tirar tudo o que eu tenho. Mas eu me recusei a mandá-la embora, e ele continuou dizendo: 'Daqui a um mês terei uma amante'. Deus sabe que isso é verdade.

Um caso de disputa de tumbas (*P. Mich. inv.* 3999): século VI/VII

O papiro *P. Mich. inv.* 3999 sumariza a causa e apresenta os acordos realizados sobre a posse e propriedade de tumbas que estavam em disputas por três irmãos: João, Eusébio e Dídimo. A petição era contra um tal Teon,

provavelmente, um *curiale*, a um certo Leontino. As tumbas parecem terem sido subdivididas em várias seções com propriedade variada devido à quantidade de departamentos para uma numerosa quantidade de *corpses*:

> (Linhas 1-24): Ao abençoado e verdadeiramente querido filho, Teon, curial, pai da cidade, de Leontino, saudações no Senhor. Visto que você enviou João, Eusébio e Dídimos para decisão em minha presença, agora, tendo dado ouvidos justos aos seus argumentos, decidi o seguinte: que Dídimo fica com todo o túmulo grande para seus cadáveres, e, quanto ao túmulo pequeno, que os três, João, Eusébio e Dídimo, o possuem, cada um com um terço do único túmulo. E os três, João, Eusébio e Dídimo, pensaram em Deus e me deixaram obedientemente e oraram um pelo outro neste mesmo dia, nenhum deles demonstrando qualquer sinal de aborrecimento. Que a previsão divina proteja você por muito tempo; tempo, com saúde; e bom ânimo, no temor de Deus.

Considerações finais

As audiências episcopais e a função jurídica do bispo na Antiguidade Tardia e na Primeira Idade Média foram uma inovação, mas não necessariamente bem-vista pela elite eclesiástica, num primeiro momento. Agostinho de Hipona, se, por um lado, reconhecia a potencialidade da ampliação do exercício do poder jurídico como mais uma dimensão que poderia enrobustecer o prestígio e a autoridade episcopal junto à sua localidade e sua comunidade regional, por outro, não perdia a oportunidade de destacar as dificuldades práticas e os problemas desta nova atividade para o próprio exercício da função episcopal na dimensão espiritual e religiosa.[3] Não obstante, a inovação significou, para a perspectiva popular, mais um espaço de recurso quando da impossibilidade de buscar justiça mediante as cortes provinciais. Não arbitrariamente o bispo é surpreendido com volumosos casos para julgar, mediar e arbitrar uma vez que tem uma relação muito mais próxima com sua audiência do que teria com o governador de província e a corte provincial, já que, exercendo seu ofício em comunidades urbanas e rurais, fundamenta sua própria posição, prestígio e autoridade junto aos grupos subalternos. Não sem sentido, portanto, os três casos que aqui evocamos demonstram como as audiências episcopais eram lugar de mediação de conflitos cotidianos e, por vezes, privados.

3 Vide, por exemplo, Possidio (*Sancti Augustini Vita*, 19, 2-6) e Agostinho (*Enarratio in Psalm.*, 118; *Serm.*, 24, 3-4; *Ep.* 213; *Op. De mon.*, 37) evidências fornecidas por Robert Frakes (2001, p. 196).

Referências

Fontes escritas

BIBLIA DE JERUSALEM. São Paulo: Paulus, 2002.

EUSEBIUS OF CAESAREA. *Life of Constantine*. Oxford: Clarendon Press, 1999.

LIBANIUS. Oration 30: To the emperor Theodosius for the Temples. In: LIBANIUS. *Libanius selected orations*. Translated by A. F. Norman. Cambridge: Harvard University Press, 1977, p. 91-151.

THEODOSIAN CODE. In: PHARR, C. *Theodosian Code and Novels and the Sirmondian Constitutions*. New Jersey: The Lawbook Exchange, 2001.

THE CONSTITUTIONS OF JUSTINIAN. In: FRIER, B. W. *The codex of Justinian*: a new annotated translation, with parallel Latin and Greek text. Translation by Justice Fred H. Blume. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. v. 3.

Fontes materiais

P. Lips. 43. In: BELL, H. I. The episcopalis audientia in Byzantine Egypt. Byzantion, v. 1, p. 139-144, 1924.

P. Oxy. 6 903. Disponível em: <https://papyri.info/hgv/33342>. Acesso em: 10 jun. 2024.

P. Mich. inv. 3999. Disponível em: <https://papyri.info/ddbdp/sb;20;14987>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Obras de apoio

CUENA BOY, F. Juliano el Apóstata y la episcopalis audientia. *Vergentis*, n. 4, p. 57-76, 2017.

DILLON, J. N. *The justice of Constantine*: law, communication, and control. Ann Harbor: University of Michigan Press, 2012.

FRAKES, R. *Contra Potentium Iniurias*: the defensor civitates and the late roman justice. München: Verlag C. H. Beck, 2001.

HARRIES, J. *Law and Empire in Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HUCK, O. La creation de l'audientia episcopalis par Constantin. In: GUINÖT, J-N; RICHARD, F. *Empire Chrétien et Église aux IVe et Ve siècles, integration ou concordat? Le témoignage du Code Théodosien*. Paris: Le Cerf, 2008, p. 295-315.

HUMFHRESS, C. Bishops and law courts in Late Antiquity: how (not) to make sense of the legal evidence. *Journal of Early Christian Studies*, v. 19, n. 3, p. 375-400, 2011.

SLOOTJES, D. *The governor and his subjects in the Later Roman Empire*. Leiden: Brill, 2006.

A *historiografia da Revolução Inglesa revisitada*

Josemar Machado de Oliveira[1]

Das três grandes revoluções europeias – a Revolução Inglesa de 1640, a Revolução Francesa e a Revolução Russa –, a primeira é a menos conhecida pelos estudantes brasileiros de história e também pelo público em geral no Brasil. Diante dessa realidade, o objetivo deste texto é apresentar uma síntese introdutória de um tema ainda menos conhecido entre nós: a história da historiografia da Revolução Inglesa de 1640. Nessa síntese introdutória, buscamos destacar os principais debates da historiografia sobre esse momento crucial da história inglesa. Partimos da análise das primeiras tentativas de explicar a crise que afetou a Inglaterra do século XVII e seguimos a evolução dessas explicações ao longo do tempo. Essa trajetória nos leva até uma fase em que essa crise foi claramente reconhecida como um processo revolucionário, como demonstrado por François Guizot em sua obra *Histoire de la Révolution Anglaise de 1640, Communément Appelée La Grande Rébellion: de L'accession de Charles Ier à Sa Mort*, publicada em 1826. Além disso, abordamos como, a partir da década de 1970, a historiografia da Revolução Inglesa entrou em uma nova fase, denominada por alguns historiadores como o "segundo revisionismo", que até mesmo contesta a ocorrência de uma revolução inglesa.

1 Professor de História Moderna e Contemporânea do Departamento de História da Ufes. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Atualmente, é Coordenador Adjunto do PPGHis/Ufes.

Assim, ao contrário da historiografia da Revolução Francesa, na qual há um consenso quanto a ter sido uma revolução[2], a historiografia da Revolução Inglesa polemiza até mesmo sobre a terminologia a ser usada. Desde os historiadores contemporâneos aos eventos até os do século XX, há uma divisão quanto à maneira de nomear o processo que levou à queda e execução de Carlos I. Termos como Rebelião, Grande Rebelião, Interregno, Revolução Puritana, Revolução Inglesa, Guerras Civis Inglesas ou Guerras Civis Britânicas (Worden, 2009, p. 2) foram usados, variando de acordo com a posição dos historiadores, sejam eles simpáticos ou não ao Parlamento, *Whigs* ou *Tories*, marxistas ou liberais.

O debate sobre a terminologia para descrever a crise política do século XVII chegou a um ponto em que se questiona até mesmo o uso do termo "revolução" para essa crise, com historiadores conservadores como Jonathan Clark rejeitando esse conceito. No entanto, deixando de lado os debates muitas vezes infrutíferos sobre a terminologia, a historiografia da Revolução Inglesa nasceu ao mesmo tempo em que o próprio processo dessa Revolução estava ocorrendo. Isso corrobora o aforismo de Benedetto Croce de que "toda história é história contemporânea", uma vez que, já durante a década de 1640, começaram a surgir os primeiros trabalhos que buscavam compreender o processo histórico em andamento diante de seus olhos (Richardson, 1977, p. 6).

Embora esses primeiros historiadores da Revolução ocasionalmente abordassem o tema religioso, especialmente a questão do puritanismo, como exemplificado por Thomas Fuller (1608-61), especialista em história da igreja britânica, seu foco principal estava no debate sobre questões políticas e constitucionais (Richardson, 1977, p. 10). Como afirma Norbrook (2001, p. 234), era "muito difícil separar o debate político na época dos debates sobre o verdadeiro significado da história inglesa".

Contudo, inicialmente, a iniciativa de publicar trabalhos históricos sobre a Guerra Civil coube aos defensores do Parlamento. À medida que o "partido" parlamentar assumiu o controle do poder, era natural que atraísse

2 É preciso salientar que esse consenso se limitou à historiografia francesa da Revolução. Sabemos que Alfred Cobban chegou a questionar se a Revolução Francesa teria sido, de fato, uma revolução, mas Cobban era inglês e seu questionamento não foi levado a sério. Cf. Gordon (1990, p. 3).

seus próprios apoiadores, e pouco espaço foi concedido aos defensores do rei para narrar suas versões da história. No entanto, o desejo do "partido" parlamentar de justificar sua tomada do poder por meio do que poderíamos chamar de uma "história institucional" estava intrinsicamente ligado à recusa em classificar as ações do "partido" parlamentar como rebeldia e inovação. A natureza da reflexão histórica desempenhou um papel fundamental na legitimação das mudanças em andamento, pois, na mentalidade da época, a inovação era vista de forma negativa, e todos, dos dois lados do conflito, alegavam defender a tradição. Segundo Blair Worden (2010, p. 4), os partidários do Parlamento "[...] se viam como os preservadores da tradição e da lei estabelecida, retratando seu adversário como o inovador tanto na Igreja quanto no Estado".

Essa interpretação histórica está em sintonia com o significado que os contemporâneos da década de 1640 atribuíam ao termo revolução. Para eles, essa palavra denotava um recomeço. Nesse sentido, Bernard Cotret (1988, p. 11) afirma que "a Revolução Inglesa, sem dúvida refletindo a origem astronômica do termo, descrevia um retorno cíclico a um ponto fixo: as liberdades imemoriais da nação". Lawrence Stone (2000, p. 103) também observa que "em geral, a própria palavra "revolução" não significava uma mudança para algo completamente novo, mas sim uma rotação circular ou elíptica para uma posição já ocupada anteriormente; o movimento era, portanto, basicamente conservador [...]".[3] Em resumo, o significado de revolução que perdurou até 1789 era a concepção de que ela representava um retorno a um curso previamente estabelecido.[4] Segundo Kevin Sharpe (*apud* Zaret, 2000, p. 40), a história não "era o estudo do passado como nos entenderíamos, mas um espelho no qual o homem observaria verdades universais".

Portanto, entre os partidários do Parlamento, surgiu uma maior preocupação em fundamentar historicamente sua posição. Era essencial

3 Nesse sentido, esclarecedora é a afirmação de Jonathan Israel de que "a diferença fundamental entre revoltas e tumultos pré-modernos e revoluções modernas reside, portanto, no fato de que, nas primeiras, a justificação da mudança social e política invocava invariavelmente fundamentos teológicos, Direito costumeiro e veneração da tradição, enquanto as revoluções modernas se legitimam quintessencialmente em termos de conceitos fundamentais não tradicionais e recém-introduzidos, e dependem deles" (Israel, 2008, p. 3).

4 É possível observar um exemplo fora do contexto da Europa ocidental: as transformações introduzidas por Pedro, o grande, na Rússia da primeira metade do século XVII. Vistas pelos historiadores como uma revolução, dadas as enormes modificações que impactaram a sociedade russa desta época, estas transformações eram entendidas pelos russos como um novo começo (Raeff, 1966, p. 180, nota 01).

proclamarem-se como defensores da tradição, uma vez que reconhecer que estavam agindo como rebeldes e negar a importância do Parlamento no passado implicitamente diminuiria a importância do Parlamento no presente. Dessa forma, para os primeiros historiadores da Revolução, a ação dos parlamentares não era vista como um ato de rebeldia contra o rei, mas sim como uma defesa da antiga constituição do reino e do *commom law* (Richardson, 1977, p. 11), embora isso pudesse resultar um "paradoxo da inovação" (Zaret, 2000, p. 10). Dessa forma, foi a historiografia favorável ao Longo Parlamento que dominou os estágios iniciais do desenvolvimento da historiografia da Revolução Inglesa, isto é, após a primeira fase da Guerra Civil em 1647.

Conforme observado por David Norbrook (2001, p. 236), "a historiografia humanista radical deixou uma marca no primeiro relato parlamentar significativo sobre as origens e o início da guerra". Esse foi o caso da obra do poeta Thomas May (1595-1650), cuja *História do Parlamento da Inglaterra* foi encomendada pelo próprio Parlamento (May, 2001, p. 236). May era conhecido por suas traduções elogiadas de obras clássicas. Ele traduziu "o texto republicano romano, a épica antitirânica de Lucano, a *Farsália*, que versificava a história de Lívio, e ele deu um certo sabor romano à história" (Norbrook, 2001, p. 236).

A *História do Parlamento*, de May foi influenciada por essa formação humanista, frequentemente recorrendo a analogias entre personagens clássicos e contemporâneos. Como secretário do Longo Parlamento desde 1646, May escrevia do ponto de vista dos oponentes do rei (Richardson, 1977, p. 11), o que conferia um caráter oficial às suas obras. Sua posição pode ser mais bem-compreendida ao considerarmos as circunstâncias de seu enterro. Em 1650, ele recebeu honras fúnebres condizentes com a de um historiador oficial do Longo Parlamento. Porém, em setembro de 1661, no início da Restauração, seus restos mortais foram retirados da abadia de Westminster e enterrados em outro local.

Nas obras de May, os parlamentares eram apresentados como defensores da liberdade, ameaçada pelas crescentes usurpações do poder real (Norbrook, 2001, p. 236). May estabelecia um contraste entre o reinado glorioso da

rainha Isabel I com o de Carlos I, a quem responsabilizava por usurpar a liberdade do povo inglês. Na capa de sua *História do Parlamento*, May (1854) prometia ao leitor um resumo da história inglesa pré-Guerra Civil, iniciando no reinado de Isabel e encerrando nos eventos da batalha de Newbury em 1643 . Seu *Breviário*, escrito após a Guerra Civil, cobria os acontecimentos até a execução de Carlos I. Novamente, o tom era oficial, buscando agradar ao exército e aos independentes. No verbete dedicado a May no *The Concise Dictionary of National Biography*, sua história do Longo Parlamento chegou a ser considerada excessivamente "honesta e instrutiva" em comparação com a de Edward Hyde (1992, p. 1997).

Os autores que comentaremos a seguir também eram favoráveis ao Longo Parlamento. No entanto, eles emulavam as divergências que existiam neste Parlamento entre os "partidos" independentes e presbiterianos.

Joshua Sprigge (1618-84), um teólogo independente, escreveu o livro *Anglia Rediviva: England's Recovery, being the History of the Motions, Actions, and Successes of the Army under his Excellency Sir Thomas Fairfax* (*Anglia Rediviva: A Recuperação da Inglaterra, sendo a História dos Movimentos, Ações e Sucessos do Exército sob a Excelência de Sir Thomas Fairfax*), publicado em 1647. Este livro era uma compilação de panfletos e jornais da época. Nesta obra descrevia a participação na Guerra Civil do comandante das tropas parlamentares, das quais Thomaz Fairfax foi supostamente capelão. Apresentou as lutas contemporâneas como uma necessária defesa do Parlamento, leis e liberdades (Richardson, 1977, p. 12). Contudo, como observado por um de seus biógrafos, "'o surgimento dos independentes afligiu seu coração" (Gordon, 1897, p. 299), levando-o a criticar as decisões políticas desse grupo.

Seguindo uma linha semelhante, encontramos John Vicars (1582-1652). Ele também apoiava o Parlamento, mas do ponto de vista do "partido presbiteriano". Dedicou sua obra, *England's Parliamentarie Chronicle* (*Crônica Parlamentar da Inglaterra*), aos membros do Parlamento, os quais eram considerados virtuosos, especialmente quando comparados aos realistas (Richardson, 1977, p. 12).

Outra narrativa da Revolução com essa mesma perspectiva surgiu durante a Guerra Civil, em 1648, na *History of independency* (*História da independência*)

do *commoner* (membro da Câmara dos Comuns) Clement Walker (m. 1651). Como integrante do "partido" presbiteriano, Walker considerou, no final da segunda fase da Guerra Civil, que as concessões feitas por Carlos I eram suficientes. Ele e outros presbiterianos foram expulsos do Parlamento pelo coronel Pride. A segunda parte de sua *History of independency*, intitulada *Anarchia Anglicana* (*Anarquia Anglicana*) e publicada sob o pseudônimo de Theodorus Verax, Walker tinha como objetivo atacar o mencionado *Anglia Rediviva* de Joshua Sprigge, visto "como um relato mitificador da guerra civil recém-encerrada" (Firth, 1897b, p. 47-48). Walker via a guerra civil como uma luta de facções e, portanto, condenava as ações do Parlamento, dominado pelos independentes. Em sua obra, apresentou uma interpretação bastante peculiar da Revolução, alegando que a Guerra Civil foi resultado de um período corrupto de paz e prosperidade, que desencadeou uma situação cíclica. Walker (*apud* Richardson, 1977, p. 14) afirmava que "um longo período de paz se torna Saciedade, Saciedade se torna Orgulho, e sua irmã Motim, Orgulho se torna ambição, Ambição se torna Facção, Facção se torna Guerra Civil: e se nossos males não forem incuráveis … nossa Guerra transformará em Pobreza, Pobreza em Humildade, Humildade em Paz outra vez… o declínio do raio da roda se erguerá outra vez".

Durante a década de 1650, a historiografia da Revolução Inglesa entrou em uma nova fase. Com a execução de Carlos I e o controle do poder pelos independentes, tendo Oliver Cromwell como figura central, a Revolução Inglesa passou a ser vista sob a perspectiva do republicanismo. Essa foi a característica fundamental do *The commomwealth of Oceana*, de James Harrington (1611-1677), publicado em 1656. Embora a obra de Harrington seja melhor descrita como "teoria política" em vez de história, sua relevância historiográfica, segundo Richardson (1977, p. 14-15), é indiscutível, uma vez que oferece uma teoria geral do desenvolvimento histórico e mantém uma posição significativa mesmo nos debates atuais sobre as causas da revolução.

Em relação a este último ponto, sua consideração da economia como fundamental para se compreender os acontecimentos do século XVII levou

alguns a verem o livro de Harrington como um protótipo de análise marxista[5]. Claro que não se tratava de um marxismo *avant la lettre* (Hill, 2012, p. 196), mas era uma "análise pioneira e sociológica das origens da história inglesa" (Norbrook, 2001, p. 237). De acordo com Richardson (1977, p. 15), para Harrington, a Guerra Civil eclodiu na Inglaterra porque a estrutura política tinha cessado de corresponder à realidade econômica. Harrington (1758, p. 110) afirma: "[...] onde há igualdade de propriedade deve haver igualdade de poder", assim, a quebra do equilíbrio social existente até então, com a aristocracia como seu pilar, devido à transferência de terras para a mão do "povo", leia-se *gentry*, *yeomen* e os habitantes da cidade, resultou na ruína da monarquia Stuart. Quando o governo deixa de coincidir com os segmentos proprietários, perde sua legitimidade e passa a depender da força, tornando-se instável (Richardson, 1977, p. 15).

O segundo trabalho importante desse período foi composto pelos oito volumes do *Historical Collections* de John Rushworth (1612?-1690), os quais foram publicados entre 1659 e 1701. A primeira parte desta obra foi dedicada ao filho de Cromwell, Richard. Como evidenciado pela dedicatória, Rushworth se posicionava a favor do Parlamento, apesar de afirmar que pretendia fazer uma narrativa dos fatos sem interpor sua própria opinião ou interpretação das ações (Richardson, 1977, p. 18). Do ponto de vista historiográfico, a importância do trabalho de Rushworth vai além de tentativas perspicazes de explicação das origens da história da Revolução Inglesa, as quais ele remonta aos primórdios da Guerra dos Trinta Anos (Hill, 1969, p 130-131). Sua obra continua sendo considerada uma contribuição significativa, pois proporciona uma extensa coleção de fontes da época (Richardson, 1977, p. 18).

Durante a Restauração, é evidente que, devido à mudança no clima político, os realistas predominaram na cena historiográfica. Destaca-se, entre as obras desse período, o trabalho de John Nalson (1638?-1686), intitulado *Impartial Collection of the Great Affairs of State from the Beginning of the Scotch Rebellion in the Year 1639 to the Murder of King Charles* (*Coleção imparcial dos grandes assuntos de Estado desde o início da rebelião escocesa no ano de 1639 até o assassinato do rei Carlos I*), publicado em 1682-3.

5 Contudo, Hill (1969, p. 301) afirmava que ele nem mesmo se aproximou da ideia marxista da luta de classes como a força motora da história.

Nesta obra, Nalson, conforme indicado pelo título e pelo patrocínio pessoal de Carlos II, assumia explicitamente uma posição realista e dirigia críticas especialmente a Rushworth, afirmando que "mr. Rushworth havia ocultado a verdade, esforçando-se em justificar as detrações anteriores dos tempos recentes, tanto quanto suas ações bárbaras [...]" (Firth, 1897a, p. 419-422).

Também se incluem entre os historiadores realistas desse período os trabalhos de James Heath (1629-1664) e Willian Dugdale (1605-1686). Heath, que esteve no exílio com o futuro rei Carlos II, escreveu, em 1661, *A Brief Chronicle of the Late Intestine War in the Three Kingdoms of England, Scotland and Ireland* (*Uma breve crônica da recente guerra civil nos três reinos da Inglaterra, Escócia e Irlanda*). Pouco criterioso como historiador, Heath cometeu muitos erros de datas e nomes. Como era de se esperar, dada sua adesão à causa do filho de Carlos I, sua *Chronicle* é "extremamente tendenciosa" (Pearce, 1891, p. 357). Já Dugdale, em sua *Short View of the Late Troubles in England* (*Breve visão dos problemas recentes na Inglaterra*), publicada em 1681, caracterizada por uma "veemente animosidade contra todos que escolhiam o lado antirrealista", é considerado, por isso, de pouco valor historiográfico (Espinasse, 1891, p. 141). Em seu livro, Dugdale afirmava que a verdadeira origem da Guerra Civil residia na hipócrita e subversiva religião dos líderes parlamentares (Richardson, 1977, p. 21).

Contudo, a obra deste período que mantém sua importância até os dias de hoje, assim como outras do mesmo autor, é *Behemoth or the Long Parliament* (*Behemoth ou o Longo Parlamento*) de Thomas Hobbes (1588-1679). Escrita durante os anos 60 e publicada em 1682, a obra de Hobbes oferecia uma interpretação predominantemente ideológica da crise do século XVII. Como afirma Richardson (1977, p. 24), para Hobbes, a Guerra Civil foi basicamente uma luta pela soberania, e alinhado com seus trabalhos de filosofia política, ele argumentou a favor de um governo indivisível em *Behemoth*. Na visão de Hobbes, a defesa feita pelos parlamentares de um poder misto, compartilhado entre o rei e o Parlamento, não poderia assegurar a paz.

Dessa forma, para Hobbes, a Guerra Civil foi basicamente uma luta pela soberania, inicialmente entre o rei e o Parlamento, e posteriormente entre Cromwell e o exército de um lado, e o Parlamento do outro. Qual era

a origem dessa luta? As universidades, o epicentro da rebelião. A influência corrompida das universidades residia sobretudo no clero presbiteriano. O autor do *Leviatã* chegou até mesmo a afirmar que se tivessem eliminado mil desses homens, a rebelião não teria acontecido e a vida de 100 mil pessoas teria sido poupada (Richardson, 1977, p. 25). Além disso, Hobbes não nutria nenhuma simpatia por nenhum grupo religioso. Ele, na verdade, defendia uma igreja erastiana, isto é, uma igreja subordinada ao Estado. No entanto, tanto o *Behemoth* quanto *Oceana* tinham mais um caráter filosófico do que histórico.

A obra *History of the Rebellion and Civil Wars in England* (*História da rebelião e guerras civis na Inglaterra*), de Edward Hyde, Conde de Clarendon, é considerada como uma verdadeira obra-prima historiográfica. Em contraposição a Hobbes, Clarendon defendia a monarquia mista. A contribuição de Hyde foi considerada como um marco na historiografia da Revolução, oferecendo um tratamento sistemático dos acontecimentos do início do século XVII, sendo reconhecida como uma grande obra de literatura histórica em língua inglesa de todos os tempos. Protagonista dos acontecimentos (Hill, 1969, p. 197), durante o reinado de Carlos I, Clarendon fez parte inicialmente da oposição parlamentar. Como observado por Hill (1969, p. 198), "quando o Longo Parlamento se reuniu, Hyde liderou o ataque contra os tribunais de prerrogativa e juízes subservientes, e na queda de Strafford". Continuando suas considerações, Hill (1969, p. 198) destaca ainda que "ele era um reformador, não um revolucionário". Posteriormente, ele passou para o lado do rei, tornando-se marginalizado após a vitória do Parlamento. Sua obra tornou-se o mais famoso relato realista dos acontecimentos.

Diferentemente de Thomas May, que parece ter sido a inspiração para sua obra, já que Edward Hyde, em 1646, ao saber que May foi encarregado pelo Parlamento para escrever; considerou necessário ir muito longe no passado para encontrar as causas da Guerra Civil, que eram, em essência, políticas e constitucionais (Gaunt, 2003, p. 13). Apesar de reconhecer os problemas constitucionais como importantes para a origem da Guerra Civil, Clarendon também enfatizava seus efeitos sociais (Hill, 1969, p. 201). Sua história produziu um relato magistralmente equilibrado e imparcial dos

acontecimentos, refletido no tratamento dado aos principais personagens da Revolução, como Oliver Cromwell. Em relação a este último, Clarendon (*apud* Coward, 1980, p. 220), relutantemente, reconhecia qualidades, afirmando que:

> Nenhum homem com mais maldade já tentou qualquer coisa, ou realizou o que desejava mais perversamente, mais em face e desrespeito à religião e à honestidade moral; no entanto, maldade tão grande como a dele nunca poderia ter alcançado esses troféus sem a assistência de um grande espírito, uma circunspecção e sagacidade admiráveis e uma resolução muito magnânima... ele será visto pela posteridade como um homem corajoso e mau.

No século XVIII a historiografia da Revolução Inglesa tornou-se fortemente partidarizada. Em grande medida, os trabalhos históricos desse período estavam a serviço dos dois partidos que dividiam a política inglesa da época, *Tories* e *Whigs*, os quais utilizavam a história como um instrumento em seus conflitos políticos (Richardson, 1977, p. 39). Assim, historiadores como John Walker se concentraram na análise da questão religiosa durante a Revolução, adotando uma perspectiva *Tory*. Nessa mesma perspectiva, pode-se situar Laurence Echard. Já Edmund Calamy conduziu a defesa, em nome dos *Whigs*, dos ataques de Walker e de Echard. Mas foi o trabalho do publicista *Whig*, John Oldmixon, em sua *Critrical History of England* (*História crítica da Inglaterra*), que respondeu amplamente aos ataques dos *Tories*, mas também ao trabalho de Clarendon.

Contudo, as mais significativas tentativas de analisar historicamente o século XVII partiram da obra de dois outros historiadores, um *Tory* moderado, David Hume (1711-76), e outra *Whig*, Catherine Macaulay (1731-91). Hume, com sua *History of Great Britain* (*História da Grã-Bretanha*), procurou, segundo Richardson, argumentar que sem autoridade, a liberdade não pode existir (Richardson, 1977, p. 50). Além disso, ele buscou desmentir a existência de uma antiga constituição do reino claramente definida na época, argumentando que foi justamente a falta de precisão nesse aspecto que causou a Guerra Civil.

As posições Tories foram violentamente atacadas pela republicana Catherine Macaulay-Graham. A autora de *Letters on Education Commonwealthsmen' One of the Most Outstanding Writers in this Group was the 'Commonwealthswoman'e*

m History of England from the Accession of James I to that of Brunwick Line, publicada por volta de 1763. Segundo Jane Rendall (2005, p. 20), entre 1763 e 1783, Catherine Macaulay fez uma contribuição significativa para o pensamento republicano em sua "História da Inglaterra" (1763-83). Ao contrário de escritores anteriores, ela se baseou em recursos variados, incluindo petições de mulheres, para representar o republicanismo de diversos grupos políticos e seitas nas revoluções do século XVII. Ao mesmo tempo, ela permaneceu constantemente consciente do ideal representado pelas antigas repúblicas grega e romana, vistas por ela como exemplares da Liberdade.

Foi graças a ela, segundo Christopher Hill (2012, p. 164), que as ideias dos *levellers* se difundiram durante o século XVIII e influenciaram a independência das Treze Colônias e a Revolução Francesa.

No século XIX surgiu a história mais completa da Revolução na perspectiva *Whig*, sendo ainda mais significativa por se tornar uma espécie de história oficial inglesa. Essa façanha coube a Thomas Bobington Macaulay (1800-1859) que, entre 1846-61, publicou sua *History of England* (*História da Inglaterra*). Nesta obra, o renomado historiador posicionou-se claramente ao lado do Parlamento, que lutava pela liberdade, pelos direitos, contra as arbitrariedades de um rei tirânico.

Contudo, apesar das inegáveis qualidades da obra de Macaulay, esta foi rapidamente superada na segunda metade do século XIX pela ascensão de uma abordagem histórica mais científica, influenciada pela historiografia alemã. Nesse contexto, historiadores como John Lingard (1771-1851), considerado o Ranke inglês, e Thomas Carlyle (1795-1881) iniciaram a uma história do século XVII fundamentada em bases mais científicas, apoiada em fontes documentais, distinguindo-se por fazer uma história mais cientifica e menos literária.

No entanto, foram dois historiadores estrangeiros que se destacaram nos estudos sobre a história inglesa. O primeiro deles foi François Guizot (1787-1874), o primeiro historiador a utilizar a expressão *revolução inglesa* (Richardson, 1977, p. 78). Ao construir uma narrativa que explicava mais do que expunha os fatos, Guizot concebia as causas da Revolução como uma conseqüência natural do desenvolvimento histórico. Ele via a natureza

principal da Revolução Inglesa no aspecto social, considerando-a uma luta de diversas classes pelo poder e influência, caracterizando-a como uma revolução burguesa. Em sua *História da Revolução de 1640*, Guizot (*apud* Richardson, 1977, p. 78-9) afirmou que "nos últimos cem anos, grandes mudanças ocorreram na força relativa das várias classes na sociedade sem que mudanças análogas tenham sido operadas no governo".

A outra figura de grande relevância na historiografia da Revolução nesse período foi Leopold von Ranke (1795-1886). O renomado historiador alemão escreveu, durante a década de 1860, os seis volumes de sua *History of England Chiefly in the Seventeenth Century* (*História da Inglaterra principalmente no século* XVII). Essa obra concentrou-se principalmente em questões diplomáticas e religiosas, situando a história inglesa em um panorama europeu (Richardson, 1977, p. 80-82).

Na trilha de Guizot e Ranke, deparamo-nos com a obra de John Richard Green (1837-1883), com seu livro *Short History of English People* (*Breve história do povo inglês*), publicado em 1874. Este livro alcançou um sucesso instantâneo, o maior desde Macaulay (Mason, 1988, p. 165). Em contraste com os dois historiadores mencionados anteriormente, Green colocou o povo no epicentro da narrativa da Revolução. Como afirma J. F. A. Mason (1988, p. 165), "ele traçou a história de um povo ao invés da do Estado e seus políticos". Ele foi uma espécie de Jules Michelet na historiografia da Revolução Inglesa.

Todavia, o trabalho clássico fundamentado nessa "nova história" foi a obra de Samuel Rawson Gardiner (1829-1902). Ao buscar romper com a tradição historiográfica que polarizava as análises da Revolução entre *Whigs* e *Tories*, Gardiner escreveu sua história com a aspiração de se posicionar acima das disputas partidárias. Ele consagrou a compreensão de que a força motriz da revolução foi uma luta entre instituições e ideologias religiosas ao escrever seu livro *The Puritan Revolution* (*A Revolução puritana*) (Stone, 2000, p. 99). Dessa forma, estabeleceu que o papel crucial no desenvolvimento da história inglesa do século XVII coube ao puritanismo.

O trabalho de Gardiner encontrou em Charles Firth (1857-1936) um continuador. Este historiador escreveu obras como *The Last Year of Protectorate 1656-1658* (*O último ano do Protetorado 1656-1658*), publicada em 1909,

na qual Firth deu continuidade à obra de Gardiner, *The Great Civil War* (A *Grande Guerra Civil*), que justamente dava conta dos fatos até 1656. Além de Firth, historiadores como Godfrey Davies (1892-1957) e G. M. Trevelyan (1876-1962) também seguiram pela seara aberta por Gardiner.

No século XX, as interpretações históricas do século XVII adquiriram uma nova perspectiva quando historiadores adotaram uma abordagem social da Revolução de 1640. O historiador Richard Henry Tawney (1880-1962) desempenhou um papel central nessa transformação. Ligado ao movimento trabalhista e com uma formação ideológica socialista cristã (Richardson, 1977, p. 99), Tawney via a história não apenas como uma fonte de informações mortas, mas, acima de tudo, como um meio para se compreender o presente e, assim, um guia para a ação. Seu primeiro livro, *The Agrarian Problem in the Sixteenth Century* (A *questão agrária no século* XVII), abordava as origens do capitalismo e suas consequências. No entanto, sua obra mais renomada foi *Religion and the Rise of Capitalism* (*Religião e o surgimento do capitalismo*), publicada em 1926, na qual realizou uma interpretação sociointelectual da crise do século XVII.

Influenciado pela famosa tese de Max Weber, apresentada no livro A *ética protestante e o espírito do capitalismo*, publicado em 1904, Tawney buscou analisar as relações entre a religião e a formação do capitalismo. Segundo ele, somente a longo prazo, como resultado de uma relação dual entre puritanismo e sociedade, que a pia disciplina se tornou compatível com a religião do comércio (Richardson, 1977, p. 101). No entanto, foram seus dois artigos, *Harrington's Interpretation of His Age* (A *interpretação de Harrington sobre a sua época*) e *The Rise of the Gentry* 1558-1640 (A *ascensão da gentry* 1558-1640), que desenvolveram uma teoria social sobre a Guerra Civil e iniciaram uma longa controvérsia historiográfica. Nestes artigos, Tawney argumentava que houve um declínio relativo da aristocracia e a ascensão de uma nova classe de negociantes, ligados à expansão crescente do mercado.

A tese de Tawney recebeu o apoio de um jovem historiador de Oxford, chamado Lawrence Stone, por meio de um artigo que tinha por título *The Anatomy of the Elizabethan Aristocracy* (A *anatomia da aristocracia elisabetana*), publicado em 1948. Neste artigo, Stone procurou demonstrar

que a aristocracia inglesa experimentara uma perda de posição social ao longo do reinado da rainha Isabel, enquanto a *gentry* ganhava terreno em termos políticos, sociais e econômicos. Ao caracterizar a história inglesa dessa forma e enfatizar o aspecto social como central para as origens da Revolução de 1640, Stone ecoava as ideias de Richard Tawney. Esta afinidade é evidente desde o início do artigo, quando Stone menciona o artigo de Tawney, *Harrington's Interpretation of His Age*, para afirmar que "o declínio da aristocracia é talvez tão importante quanto a ascensão da *gentry*" (Stone, 1948).

Três anos depois, na mesma revista em que Stone publicara seu artigo, Hugh Redwald Trevor-Roper (1914-2003) apresentou seu *The Elizabethan Aristocracy: An Anatomy Anatomised* (A *aristocracia elisabetana: uma anatomia anatomizada*), no qual rebatia de maneira acrimoniosa as teses de Stone. O que estava em jogo nesse debate que marcou o início do "primeiro revisionismo" da historiografia da Revolução Inglesa?

Na realidade, foram dois os artigos de Trevor-Roper, um historiador já conhecido por sua biografia sobre o arcebispo Laud (Trevor-Roper, 2000), que iniciaram o que veio a ser chamado de "tempestade sobre a *gentry*" e "primeiro revisionismo". No primeiro deles, o já mencionado *The Elizabethan Aristocracy: An Anatomy Anatomised*, Trevor-Roper atacava o artigo de Stone de uma forma "selvagem e devastadora jamais aparecida num jornal acadêmico" (Richardson, 1977, 104). Stone tentou responder em um novo artigo, *The Elizabethan Aristocracy: A Re-statement* (A *aristocracia elisabetana: uma reafirmação*). Segundo o próprio Stone (2000, p. 73): "abandonando o que era indefensável em minha posição original, admitindo muitos erros de interpretação estatística e factual, mas mantive a posição geral recorrendo a algumas estatísticas modificadas sobre os domínios senhoriais". Mas teve pouco resultado.

Na verdade, Trevor-Roper visava o mestre e não o discípulo. Em seu segundo artigo, *The Gentry 1540-1640* (A *pequena nobreza 1540-1640*), o autor abordou a tese de Tawney com mais respeito do que havia dispensado a Stone (Richardson, 1977, 104), contrapondo à ideia de ascensão da *gentry* "a tese rival e persuasiva do declínio da "*mere gentry*"" – homens de classe média cuja riqueza, proveniente exclusivamente da terra, estava sendo

erodida em uma época de grande inflação. Entre os componentes da *mere gentry* estavam Oliver Cromwell e os independentes. Para Trevor-Roper, a *gentry* em ascensão era aquela que ocupava postos no Estado e os chamados *yeomen*, que combinavam trabalho direto intensivo com uma vida austera. Dessa forma, a *gentry* comum atuava de forma antiprogressista.

A tese de Hugh Trevor-Roper inicialmente pareceu dominar a discussão. Contudo, ela foi duramente criticada pelo historiador norte-americano Perez Zagorin e por Christopher Hill. Esses historiadores enfatizaram a fragilidade estatística na qual se apoiavam as concepções de Trevor-Roper, além de apontar que ele utilizava com demasiada facilidade os termos "*mere gentry*", "*small gentry*" e "*declining gentry*" em sua argumentação, considerando-os virtualmente sinônimos (Richardson, 1977, p. 105).

O historiador norte-americano Jack H. Hexter (1910-1996) se juntou aos críticos de Trevor-Roper, mas não deixou de criticar também as teses de Tawney, ao publicar, em 1958, seu artigo *Storm Over the Gentry* (*Tempestade sobre a gentry*), retomado de forma mais ampla três anos mais tarde sob o título de *Reappraisals in History* (*Reavaliações na História*). Este historiador via um declínio militar antes que econômico da aristocracia. Mais tarde, Stone não deixaria também de fazer uma crítica ácida à tese de H. R. Trevor-Roper: declínio da *gentry* "comum", desejo de passar da posição dos *Out* à dos *In*. Stone comenta: "esta hipótese apresenta uma semelhança surpreendente com o moderno pressuposto de que uma pequena burguesia em decadência constitui a base do nazismo, do fascismo e de outras manifestações mais recentes, como o poujadismo, o macartismo e o agnewismo" (Stone, 2000, p. 85).

As ideias do próprio Stone adquiriram maturidade com a publicação do seu magistral *The Crisis of Aristocracy* 1558-1640, de 1965. Nesse livro, Stone enfatizou a perda de posição da aristocracia, acrescentando à sua concepção de declínio socioeconômico também o declínio militar, aproximando-se assim de Hexter. Em 1972, Stone publicou o livro *Causas da Revolução Inglesa* 1529-1642, no qual foi fortemente influenciado pelas ideias de Tocqueville e buscou fazer uma história total das causas daquela revolução. Stone concebeu uma explicação causal da revolução apoiada na

ideia de que a revolução teve causas estruturais e conjunturais, de longo, curto e médio prazo.

A obra de Stone desencadeou uma segunda onda de revisionismo, liderada pelos historiadores Conrad Russell, John Morrill, Mark Kishlansky e Kevin Sharpe. Esses pesquisadores desafiaram de maneira fundamental as interpretações *whig* e marxista da Guerra Civil (Hughes, 1998, p. 6). O foco principal desse "segundo revisionismo" foi questionar a existência de causas de longo prazo para a Revolução Inglesa. Eles sustentaram a tese de "que todos os sistemas políticos estão sujeitos a tensões e conflitos, e não havia nada na sociedade ou na política da Inglaterra do início do período Stuart que pudesse ser considerado como conduzindo inexoravelmente à Guerra Civil" (Hughes, 1998, p. 4). Os mais conservadores desses historiadores foram além, chegando ao ponto de colocar em dúvida se os eventos da década de 1640 poderiam ser considerados como uma *revolução*. Jonathan Clark (*apud* Florenzano, p. 25), por exemplo, chegou a afirmar que "na realidade, podemos mesmo nos perguntar se a Inglaterra experimentou alguma vez uma revolução, nos termos colocados pelas ciências sociais, nos anos quarenta do século XVII [...]". À pergunta sobre quando foi a Revolução Inglesa, estes revisionistas responderam: não houve revolução.

Referências

CORNFORTH, Maurice. A. L. Morton – portrait of a marxist historian. In: CORNFORTH, Maurice. (ed.) *Rebels and their causes. Essays in honour of A. L. Morton*. Londres: Lawrence and Wishart, 1978.

COTRET, Bernard. *La Glorieuse Révolution d'Angleterre*, 1688 (The Glorious Revolution of England, 1688). Gallimard: Paris, 1988.

COWARD, Barry. *The Stuart Age*. Londres: Longman, 1980.

MAY, Thomas. *The History of Parliament of England*. Oxford: Oxford University, 1854.

ESPINASSE, Francis. Dugdale, Willian. In: STEPHEN, Leslie. (ed.). *Dictionary of National Biography*, 1885-1900. Londres: Smith, Elder, and CO., 1891.

FIRTH, Charles Harding. Rushworth, John. In: LEE, Sidney. (ed.). *Dictionary of National Biography*, 1885-1900. Londres: Smith, Elder, and CO., 1897a.

FIRTH, Charles Harding. Walker, Clement. In: LEE, Sidney. (ed.). *Dictionary of National Biography*, 1885-1900. Londres: Smith, Elder, and CO., 1897b.

FLORENZANO, Modesto. Introdução. In: STONE, Lawrence. *Causas da revolução inglesa* 1529-1642. São Paulo: EDUSC, 2000.

GAUNT, Peter. *The English Civil Wars* 1642-1651. Londres: Osprey Publishers, 2003.

GORDON, Alexander. Vicars, John. In: LELLIS, Stephen (org.). *Dictionary of National Biography*, 1885-1900. Londres: Smith, Elder, and CO., 1897.

GORDON, D. G. *Revolution and Terror in France* 1789-1795. Londres: Longman, 1990.

HARRINGTON, James. *Oceana and His Other Works*. Dublin: William Wiliamson Bookseller, 1758.

HILL, Christopher. O *século das revoluções* 1603-1714. São Paulo: Unesp, 2012.

HILL, Christopher. *Puritanism and Revolution*. Londres: Panther Edition: 1968.

HUGHES, Ann. *The Causes of the English Civil War*. Londres: Macmillan Press LTD., 1998.

ISRAEL, JONATHAN I. *Enlightenment Contested*: Philosophy, Modernity, and the Emancipation of Man 1670-1752. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MASON, John F. A. John Richard Green (1837-1883). In: CANNON, John et al. (ed.). *The Blackwell dictionary of historians*. Oxford: Blackwell, 1988.

NORBROOK, David. The English Revolution and English Historiography. In: KEEBLE, N. H. (ed.). *The Cambridge Companion to Writing of the English Revolution*. Cambridge: Cambridge University, 2001.

PEARCE, N. D. F. Heath, James. In: LEE, Sidney. (ed.). *Dictionary of National Biography*, 1885-1900. Londres: Smith, Elder, and CO., 1891.

RAEFF, Marc. *The Origins of Russia Intelligentsia*. The Eighteenth Century Nobility. Nova York: Harbinger Book, 1966.

RENDALL, Jane. Women and the Enlightenment in Britain c.1690–1800. In: BARKER, Hannah; CHALUS, Elaine. (ed.). *Womens History, Britain* 1700-1850. An Introduction. Londres: Routledge, 2005.

RICHARDSON, R. C. *The debate on the English Revolution Revisited*. London: Routledge, 1977.

STONE, Lawrence. The Anatomy of the Elizabethan Aristocracy. *The Economy History Review*, v. XVIII, n. 1-2, p. 1-53, 1948.

STONE, Lawrence. *Causas da revolução inglesa* 1529-1642. São Paulo: EDUSC, 2000.

TREVOR-ROPER, Hugh. *Archbishop Laud*. London: Phoenix, 2000.

THE CONCISE DICTIONARY OF NATIONAL BIOGRAPHY. From Earliest Times to 1985. Oxford: Oxford University, 1992.

WORDEN, B. *The english civil wars*: 1640-1660. London: Orion, 2009.

ZARET, David. *Origins of Democratic Culture*. Printing, Petitions, and the Public Sphere. Princeton: Princeton University, 2000.

Sobre a Revolução Inglesa seiscentista:

reflexões historiográficas, revisionismos e usos do conceito

Patrícia M. S. Merlo[1]
Eduardo Gomes Molulo Moisés[2]

A Inglaterra do século XVII foi marcada por um conjunto de processos políticos de primordial importância para sua história vindoura, sendo caracterizada pelo aprofundamento de crises seculares de jurisdição que opuseram grupos no interior e fora da elite. O ponto nevrálgico de tais embates se deu com a Revolução Inglesa, um dos eventos mais marcantes do passado britânico, ao lado da reforma de Henrique VIII (1491-1547) e da revolução industrial, tendo constituído um de seus episódios nodais.

Entendida por alguns historiadores como inevitável, por outros como uma soma de fatores fortuitos, o certo é que o efeito dos anos revolucionários foi sepultar de vez a possibilidade de um retorno da Inglaterra ao aprisco continental. Jaime I (1566-1625) e Carlos I (1600-1649) dependeram da Espanha e/ou da França, Carlos II (1630-1685) e Jaime II (1633-1701) chegaram a ser pensionistas de Luís XIV (1638-1715), e o último inclusive cogitou uma invasão francesa para devolver o país à Igreja Romana. Mas o fato é que os eventos de 1640 deram início ao processo que eliminou os Stuart – elemento católico –, cortando pela raiz as tendências ao absolutismo. Buscando se afirmar, os representantes desta linhagem monárquica acabaram

1 Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Laboratório Saberes e Sabores: História da Alimentação e das Práticas de Cura.

2 Mestrando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Laboratório Saberes e Sabores: História da Alimentação e das Práticas de Cura.

por se afastar da opinião pública e se voltaram contra o Parlamento – cujos poderes já estavam bem mais definidos na Inglaterra do que no restante da Europa – em um embate que girava sobretudo em torno da instauração de um imposto, notável meio de pressão. Além disso, o rei inglês não tinha a seu serviço nem uma administração paga nem um exército permanente. Para agravar o quadro, os Stuart se desviaram do protestantismo – especialmente o de influência calvinista –, reforçando a vertente católica presente no Anglicanismo (Hill, 1987, p. 19).

A revolução de 1640 rompeu com esse cenário. Os anos seguintes foram marcados por um governo puritano, cujo apogeu se deu sob o Protetorado de Oliver Cromwell (1599-1658). Herdeira de tal processo, a Revolução Gloriosa de 1688 teve como grande característica a cautela com que tratou de impedir qualquer radicalização revolucionária. Para evitar uma invasão católica, francesa, encomendou uma invasão protestante, holandesa, que instituiu Guilherme de Orange (1650-1702) e sua esposa Maria (1662-1694) como reis da Inglaterra, estabelecendo *pari passu* a supremacia do Parlamento por meio da Declaração dos Direitos de 1689.

Os quase 50 anos de conflito, que se prolongam com algumas pausas de 1642 a 1688, demonstram a dinâmica social inglesa, e a emergência de novos segmentos sociais que se ergueram contra a aristocracia feudal, aquela "coligação" de barões que se juntaram à monarquia para fazer a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e a Guerra das Duas Rosas (1455-1485), que levou à ascensão da linhagem Tudor. Esses setores emergentes defendiam interesses econômicos diferentes dos segmentos conservadores da ordem social, e os faziam representar no Parlamento, contra o absolutismo dos Stuart e da grande nobreza. A baixa aristocracia e a burguesia passaram a se opor à tradição caduca representada pelo autoritarismo régio. Estes segmentos sociais emergentes lutavam por incentivos à produção da indústria têxtil e por vantagens para o comércio internacional, visando reformar a máquina mercantil britânica em um quadro econômico caracterizado por uma dinâmica acelerada de transformações (Elias, 1993).

No bojo desse processo, no entanto, uma mudança maior ocorreu. Os efeitos da Revolução Gloriosa de 1688 – que, entre outras coisas, "libertou"

as forças produtivas rumo à chamada Revolução Industrial do século 18 – puseram a Inglaterra no caminho da Modernidade, marcada não apenas pela renovação de seu estatuto político-econômico e de sua tessitura social, mas por uma relação outra com o tempo, tornado doravante sujeito histórico. Dessa forma, buscamos neste ensaio propor uma reflexão sobre os sentidos do conceito de "Revolução", analisando sua apreensão no caso inglês para compreender seu impacto na constituição de uma nova época na história britânica, bem como suas contribuições para outros eventos deste tipo.

A ordem natural das coisas

Como destaca o historiador Marco Mondaini (2005), não foram poucas as inovações radicais que emergiram no decorrer da Idade Moderna. No processo de transição do feudalismo ao capitalismo na Europa centro-ocidental, uma perspectiva completamente nova do mundo se impôs de forma progressiva. No bojo desse processo, destacam-se a secularização, a racionalização e a individualização que ao longo do período colocaram abaixo o tradicionalismo há muito presente na milenar percepção teológica do mundo, subsidiada pela Igreja Católica Romana.

A crítica provocada pela Reforma Protestante, iniciada no século XVI com Martinho Lutero (1483-1546), contribuiu para abalar a forte convicção da legitimidade de uma sociedade hierarquizada. Paulatinamente, a noção de privilégios de nascença foi dando lugar ao avanço irresistível da Modernidade, caudatária de diversos acontecimentos que se desenrolaram entre as múltiplas crises das sociedades feudais do século XIV e as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII. A força crítica do saber científico ganhou terreno sobre o primado resignador da fé. Os limites impostos pela natureza, pautados pela ética religiosa medieval e assentados sobre "verdades reveladas" que tinham o trinômio particularismo/organicismo/heteronomia como base, cederam lugar à universalidade/individualidade/autonomia (Mondaini, 2005).

Inscrito no período renascentista, o movimento reformador foi coevo ao fim do medievo, tendo destruído o modelo comunal da vida no sistema feudal, que girava em torno do Papado e do Imperador:

> [...] para além de uma análise do mérito teológico intrínseco das várias proposições doutrinais sustentadas pelos reformadores, com particular destaque para Lutero e Calvino, esse movimento intelectual assume um relevo todo particular na história das ideias e das instituições europeias. Nele e através dele, a consciência individual manifestou seu vigor crítico e emancipatório juntamente com todo o seu poder de destruição, reconstrução e reorientação dos sistemas e das tradições que estruturavam e suportavam, até aquele determinado momento, a realidade política, econômica, social e cultural do mundo europeu (Oliveira; Merlo, 2015, p. 25).

A nova visão de mundo que emergiu nesse cenário provocou um profundo questionamento dos princípios que sustentavam o sistema estamental de privilégios e naturalizava a desigualdade entre os homens como fruto da vontade divina. Com o aprofundamento da Reforma, passou-se a questionar se a diferenciação natural existente entre os homens implicava necessariamente a existência da desigualdade natural entre eles. A partir daí, a desigualdade passou a ser historicizada, o que resultou, nos séculos seguintes, uma mudança na própria trajetória da humanidade: o súdito/citadino deu lugar ao cidadão/citadino.

Contudo, o fato de viver em uma cidade não era mais suficiente ao homem. Os novos tempos exigiram que este passasse a ter direitos nessa mesma cidade e não mais somente deveres. Tal processo colocou em curso a evolução da cidadania na Europa centro-ocidental no decorrer de pelo menos três séculos profundamente marcados por conflitos sociais diversos entre si, mas que implicaram na emergência da chamada Era dos Direitos: civis, no século XVIII; políticos, no século XIX; e os direitos sociais, no século XX (Bobbio, 1992).

Ao lado de tais direitos, novas formas de Estado também foram se constituindo no decorrer do período, assim como novas funções estatais indicadoras de uma relação cada vez mais dinâmica entre indivíduos, sociedade e aparelho estatal (Elias, 1993). A historiografia atual tem indicado como ponto de partida para o desenvolvimento dos direitos de cidadania o século XVII, mais especificamente a partir da Revolução Inglesa iniciada em 1640 e cuja conclusão se deu quase meio século depois, em 1688, trazendo a lume o primeiro país capitalista do mundo.

Cabe esclarecer que o século XVII foi decisivo para a história da Inglaterra, mas os problemas locais não lhe eram exclusivos. Como aponta o historiador Christopher Hill (1987, p. 13), "toda a Europa enfrentava uma crise em meados do século XVII e ela se expressava por meio de uma série de conflitos, revoltas e guerras civis". É fato que, desde o final do século XV, assistiu-se à ampliação das fronteiras do mundo até então conhecido pelos europeus, com a conquista da América, o avanço de novas rotas em direção ao oriente, bem como um súbito crescimento populacional em toda a Europa e uma acelerada inflação monetária (Delumeau, 1984).

Em tal cenário, os governos nacionais emergentes tentaram de diversas formas limitar, controlar ou tirar vantagem de tais novidades, com resultados variáveis. Na França, por exemplo, após uma série de convulsões nas primeiras décadas do século XVI, a unidade nacional foi assegurada sob a égide da monarquia com o apoio das classes comerciais, que negociaram uma posição de reconhecimento, ainda que se mantivessem subordinadas a uma estrutura fortemente hierarquizada, típica do *Ancien régime*, somente superada com a revolução de 1789. O mesmo não sucedeu no Sacro Império ou na Península Itálica, que por diversas razões não conseguiram consolidar Estados nacionais unificados até a Contemporaneidade (Elias, 1993).

Retomando a questão da Inglaterra, é importante destacar que a introdução da Reforma Protestante foi favorecida pelo anticlericalismo presente em uma significativa parcela do povo e dos governantes ingleses. Há informações da penetração dos ensinamentos luteranos a partir de 1520, e a tradução do Novo Testamento por William Tyndale (1494-1536) em 1525, mas o passo oficial para o rompimento com o catolicismo foi dado pelo rei Henrique VIII, que recebeu o título de Defensor da Fé por parte do Vaticano em 1521. Em razão do pedido para que seu casamento com Catarina de Aragão, que era viúva de seu irmão, ter sido negado pelo Papa Clemente II, o monarca inglês nomeou Thomas Cranmer (1489-1556) em 1533 arcebispo de Cantuária, que poucos meses depois declarou nulo o casamento do rei (Lindberg, 2001).

Nos anos subsequentes, foi realizado um Sínodo inglês que resultou na *Confissão de Fé*, em 1536, desvinculando definitivamente a Igreja inglesa

de Roma e declarando o rei "protetor e único chefe supremo da Igreja da Inglaterra". Mas foi no reinado de Elizabeth I (1558-1603) que o reino se tornou definitivamente protestante:

> [...] Nem teóloga, nem muito religiosa, Elizabeth instituiu uma política de dependência da Igreja em relação ao Estado. Fundou de fato a *Igreja anglicana*, considerada uma solução intermediária entre o Catolicismo e o Calvinismo [...]. Os *puritanos* surgiram no reinado de Elizabeth e foram assim chamados porque reivindicavam uma Igreja pura em sua doutrina, culto e forma de governo (Oliveira; Merlo, 2015, p. 39-40).

Elizabeth Tudor, filha de Henrique VIII e de sua desafortunada segunda esposa, Ana Bolena, reinou até os 70 anos de idade, algo surpreendente para a época em que viveu. Governou sozinha, sem consorte ou filho, desde a morte de sua meia-irmã Maria Tudor, em 1558. Sobrevivera não apenas ao catolicismo desta, mas também a seu primeiro marido, o arqui-inimigo da Inglaterra, Filipe II de Espanha (1527-1598). Na verdade, Elizabeth governou durante mais tempo do que qualquer adulto sucessor ao trono antes dela, o que tornava a possibilidade de sua morte algo inimaginável para a maioria das pessoas. De acordo com a historiadora inglesa Antonia Fraser (2000, p. 20):

> A surpreendente saúde de ferro da rainha nos últimos anos também estimulara tolas fantasias sobre sua imortalidade. Ela talvez revelasse algum cansaço em cerimônias oficiais – como, por exemplo, na Abertura do Parlamento em 1601 – ou após cavalgar no parque [...] Mas ainda em março de 1602 a descreviam *sempre, graças a Deus, alegre e jovial*, apesar de todos os sinais de decadência no rosto. Continuava a impressionar os estranhos com sua presença de puro esplendor.

Contudo, nos meses seguintes a melancolia acometeu com maior força a rainha já anciã. Em março de 1603, deflagrou-se o que seria a doença final de Elizabeth, sua insônia não melhorava e a fraqueza aumentou, reforçada pela ausência de apetite. O ânimo da monarca resultou em uma profunda depressão. Era chegada a hora do Conselho voltar seus olhos para o sol nascente. Ainda de acordo com Fraser (2000, p. 22), esse sol era agora representado por um homem cuja bisavó fora uma princesa Tudor: o rei Jaime da Escócia. Iniciou-se, de repente, uma troca de extraordinária intensidade entre as Cortes inglesa e escocesa. A morte chegou para Elizabeth nas primeiras horas da manhã de 24 de março. A primeira proclamação do novo soberano foi feita

em Londres, neste mesmo dia, às dez horas da manhã, e ao cair da noite as chamas de fogueiras luminosas espalhavam-se por toda a cidade.

É interessante observar que a euforia geral que tomou conta, em parte, do espírito inglês devia-se ao fato de que a Coroa passaria para um homem adulto:

> Jaime I, na época com 36 anos, reinara desde a infância, quando a mãe, a rainha Maria dos Escoceses, fora obrigada a abdicar, e ele governara desde sua maioridade. Não se via um comando do leme – masculino – assim tão experiente desde a morte de Henrique VIII, mais de meio século antes. Não havia menor dúvida de que, apesar de todo o brilhante mito de glória, apesar de toda a genialidade que Elizabeth exibira na propaganda para transformar em força sua fraqueza de sexo inata, um governante homem era encarado como a ordem natural das coisas (Fraser, 2000, p. 26).

Neste contexto, é essencial notar que desde o término da Guerra das Duas Rosas entre as casas Lancaster e York pelo trono inglês, a monarquia Tudor desempenhou a função de mantenedora do equilíbrio entre as classes em progresso e em declínio na sociedade. Desde Henrique VII (1485-1509), passando por Henrique VIII até Elizabeth, a colaboração no Parlamento entre as classes sociais foi a tônica (Lopes, 2012). Apenas com o avanço dos Stuart, em 1603, é que as disputas entre as classes começaram a tornar-se mais visíveis em termos políticos. A nova Casa nobiliárquica converteu-se cada vez menos útil aos negócios da burguesia e progressivamente indispensável aos interesses da aristocracia. Portanto, as raízes políticas da guerra civil entre Monarquia e Parlamento encontram-se precisamente no dissenso que marcou os reinados de Jaime I (1603-1625) e Carlos I (1625-1649) (Mondaini, 2005).

Entre o conceito de revolução e as disputas sobre seu sentido

Conforme ressaltado pelo historiador inglês Alan Macfarlane (1989, p. 208), "fazer história não é uma atividade neutra, estando fadada a ter implicações e incentivos políticos". O estudioso nos alerta que a visão de numerosas revoluções na história recente é, sobretudo, uma visão *otimista e utópica* e, por outro lado, a crença na continuidade resulta muitas vezes

em atrair os que desejam realçar valores perenes por carregarem *aversão a mudanças profundas*.

De fato, ao tratar de um tema já tão debatido como a Revolução Inglesa, estamos submetidos às flutuações nas formas de interpretação da história, sempre carregadas por mudanças ideológicas e políticas no nosso próprio tempo. Ao longo da construção da historiografia sobre o evento, é fundamental considerar que muitos de seus intérpretes estiveram pessoalmente aderindo ou rejeitando tal conceito. Como é de amplo conhecimento entre historiadores profissionais, teorias da mudança estão profundamente ligadas a transformações no ambiente em que vivem as pessoas. Por isso, a opção teórica por um modelo interpretativo inadequado sobre processos dessa natureza pode colaborar para distorcer grosseiramente a análise do que está sendo proposto, desconsiderando contextos e, ainda pior, descartando com facilidade outras possibilidades explicativas disponíveis no arsenal da disciplina histórica.

Isto posto, devemos considerar que desde o século XVIII, as explicações sobre a Revolução Inglesa têm sido alvo de rivalidades políticas. Os liberais salientaram o caráter progressista do movimento, identificando o interesse burguês com o interesse nacional, ao passo que os conservadores negavam o sentido progressista da Revolução, enfatizando seu caráter classista. De maneira geral, estas linhas de interpretação pontificaram durante todo o século XIX. Mesmo no século XX, encontramos ecos de tais perspectivas, como por exemplo na obra de G. M. Trevelyan (1876-1962), *The English Revolution*, 1688-1689 (1965 [1938]), que avalia o movimento apenas em termos constitucionais, esvaziado de seus aspectos econômicos e até mesmo sociais, resumindo-se a uma luta de partidos.

A renovação de perspectiva teve início com o historiador socialista Richard Tawney (1880-1962), com a obra *Religion and the Rising of Capitalism* (1948 [1926]). Nela, a revolução adquiriu uma dimensão social mais ampla. Para o autor, a ascensão da *gentry* é um dado essencial do processo, sendo vista como uma classe social empreendedora capitalista e principal protagonista e beneficiária da Revolução de 1640.

No início da década de 1950, o historiador Hugh Trevor-Roper (1914-2003), considerado por alguns como o fundador do revisionismo

da historiografia da Revolução Inglesa, lançou um contundente ataque à perspectiva de Tawney. Na obra *La crisis del siglo XVII. Religión, Reforma y cambio social* (2009 [1967]), Trevor-Roper argumenta que embora a *gentry* tenha sido a principal protagonista da Revolução, tratava-se de uma classe que nada tinha de capitalista, que, ao contrário, não passava de uma pequena nobreza em decadência enfurecida e com um programa político voltado para o passado. Sua abordagem operou uma reviravolta completa na interpretação a respeito deste grupo.

Paralelamente, fortalecia-se uma outra corrente interpretativa, baseada no materialismo dialético, cujo principal expoente é Christopher Hill (1912-2003). Para este historiador marxista, a Revolução Inglesa é entendida como luta de classes, tendo sido revolucionária e progressiva, ao mesmo tempo em que a destruição da monarquia significou a abolição dos entraves ao desenvolvimento do país e a constituição de uma estrutura social e política mais avançada. Em sua obra *A Revolução Inglesa de 1640* (1983[1940]), C. Hill introduz as classes populares no conflito, contudo sua abordagem acentua, sobretudo, o aspecto econômico e político, mais que o cultural.

O historiador brasileiro Modesto Florenzano (2000, p. 21) resume com precisão a efervescência intelectual e as disputas políticas que cercam a temática em tela:

> [...] A polêmica foi se ampliando e aprofundando ao envolver outros historiadores dos dois lados do espectro político (como o conservador J. P. Cooper, à direita e o marxista C. Hill, à esquerda) e dos dois lados do Atlântico (como os norte-americanos J. H. Hexter e P. Zagorin) [...]

Disputas à parte, voltemos à produção historiográfica de Christopher Hill nos anos que se seguiram a tal debate. Se em sua obra inaugural o foco, como já dito, estava na chave interpretativa pautada na luta de classes, em publicações subsequentes, o historiador se voltou ao movimento cultural envolvido no processo, concentrando-se na temática radical inserida no contexto do conflito. Em seu livro *O mundo de ponta-cabeça: Ideias Radicais durante a Revolução Inglesa de 1640* (1987 [1972]), Hill desenvolveu dois enfoques para o processo revolucionário: 1) o triunfo da ética protestante e a ascensão da burguesia; e 2) a revolução compreendida como Revolução

Gloriosa. E vai além, atendo-se às camadas populares que participaram do evento, inclusive grupos marginalizados que formavam movimentos radicais, carregados de crítica religiosa à Igreja Estatal e foram alvo de violenta repressão a partir da Restauração promovida por Cromwell. De maneira global, na obra de Hill a Revolução Inglesa é entendida como um evento capital para a história do mundo moderno, já que foi a partir dela que a Inglaterra teria forjado as condições para promover seus interesses em todas as partes do mundo.

Contemporâneo de Hill, Lawrence Stone (1919-1999), em sua obra *Causas da revolução inglesa* 1529-1642 (2000 [1972]), ocupa um lugar de destaque no revisionismo sobre o tema. Fortemente influenciado por Max Weber (1864-1920) e Alexis de Tocqueville (1805-1859), Stone apresenta uma interpretação que combina, por assim dizer, liberalismo e marxismo, adotando uma perspectiva multicausal em sua análise do processo. Apesar de reconhecer a importância dos estudos marxistas, ele destacou que a teoria da luta de classes não era a ideal para a análise da Revolução Inglesa. Segundo sua leitura, nenhuma oposição pareceu ter solidez explicativa para justificar tal abordagem. Segundo o historiador, foi uma luta complexa entre ordens e grupos de status, daí a impossibilidade de se definir uma hierarquia de condicionantes para o evento. Para ele, ainda que a crise só possa ser entendida à luz das mudanças sociais e econômicas, o que deve ser explicado em primeiro lugar não é a crise dentro da sociedade, mas sim dentro do regime político. Segundo tal interpretação, as perdas da aristocracia não se deram apenas no nível do poder militar, mas também na posse de terras e prestígio social. Desse modo, o pesquisador considera que o movimento inglês foi a primeira "grande revolução" da história mundial, sendo um acontecimento de vital importância para a evolução ocidental. O historiador francês Roger Chartier (1990, p. 241, *tradução nossa*), inspirado pela obra de Stone, indagou:

> [...] se, seguindo Lawrence Stone consideramos as revoluções (a inglesa do século XVII e a francesa do XVIII) não como um puro acidente, produto de circunstâncias aleatórias, nem como uma absoluta necessidade cujo momento e modalidades estariam logicamente inscritas em suas próprias causas – que lugar é preciso dar aos fatores culturais no seio das precondições que tornam pensável e desejável uma ruptura tão radical?

É intrigante perceber que o ano de publicação da referida obra de Stone seja o mesmo de *O mundo de ponta-cabeça*, obra na qual se analisa a revolução cultural de aspecto popular e democrático levada à frente pelos grupos subalternos, bem como por segmentos e seitas político-religiosas radicais entre 1642 e o fim da década de 1650, momento em que foram reprimidos pelas classes dominantes. O acaso editorial permitiu aos interessados pela temática terem acesso a textos que se complementam: enquanto Stone apresenta a revolução cultural antes da eclosão da guerra civil e partindo da perspectiva dos vencedores, Hill constrói sua narrativa histórica a partir do período de embates entre o Exército de Novo Tipo e as forças da monarquia, tomando o ponto de vista dos derrotados.

Ainda sobre os usos e apropriações do termo Revolução: à guisa de conclusão

Buscamos apresentar neste ensaio, em linhas gerais, como foram travados os debates envolvendo vertentes que trataram de formas diferentes – e muitas vezes conflitantes – a Revolução Inglesa do século XVII. Nesse processo, encontramos autores que não apenas dotaram o movimento de sentidos diversos, mas que chegaram mesmo a questionar seu próprio estatuto revolucionário.

Ora, conforme nos ensina o historiador Michel de Certeau (1982), todo profissional que se debruça sobre o passado o faz a partir de um lugar social, isto é, ocupando uma posição no campo intelectual e integrando um corpo que age por meio de métodos e ferramentas de trabalho que lhe permitem construir um discurso controlado, legítimo segundo os padrões da disciplina histórica. Por outro lado, o indivíduo que se dedica a tal tarefa não deixa de estar sujeito a influências mais amplas – por exemplo, aquelas de sua adequação aos valores de uma sociedade, de sua filiação política e de sua posição na estrutura econômica, como aliás já mencionado –, o que o leva a incorporar referenciais diversos e cujo impacto se revela em sua própria empreitada científica.

A partir dessa perspectiva, podemos compreender como os trabalhos historiográficos desvelam aproximações e afastamentos, muitas vezes

imperceptíveis aos olhos leigos, dos historiadores e seus fazeres. Tal fato pode ser exemplificado na análise das interpretações *whig*, por exemplo. Bastiões da ideia de uma história evolutiva na Inglaterra, os intelectuais vinculados a tal tradição tiveram grande força entre a segunda metade do século XIX e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Seu projeto historiográfico se voltava a vincular o passado inglês ao presente por eles experienciado, "revelando" através da história as causas do excepcionalismo da nação inglesa frente às ilhas britânicas e à Europa continental. Desse modo, os *whigs* apontavam a Inglaterra como o carro-chefe da civilização e do progresso, algo que encontraria raízes em épocas muito recuadas de sua história. Observando, portanto, o passado de um ponto de vista institucional, os pensadores dessa corrente chamavam a atenção para o desenvolvimento de instâncias como a Coroa, o Parlamento, a Igreja e a *Common Law* desde a época medieval, a partir de Guilherme, O Conquistador (1028-1087) (Sisto, 2022, p. 17).

Dessa maneira, ao estudarem a Revolução Inglesa, os *whigs* analisaram não apenas seu elemento político – que de forma alguma deixou de estar presente em sua interpretação –, mas destacaram a relação deste com a questão religiosa. Com efeito, nos embates entre Coroa e Parlamento ganharam evidência as dimensões religiosas, sendo a vitória da nobreza parlamentar alinhada ao triunfo da Igreja Anglicana, associada a valores como os de tolerância religiosa e de liberdade. Assim, sob este prisma, a Revolução Gloriosa teria sido um movimento revelador da natureza do progresso do reino inglês, como se seus elementos civilizatórios fossem um desdobramento de sua superioridade em relação ao continente europeu (Sisto, 2022, p. 18). A Revolução passava, assim, a ser percebida como um evento redentor, capaz de ultrapassar todo fanatismo e abrir caminho para a libertação humana das garras do despotismo. Tal evento inauguraria uma nova era, capaz de separar um antes e um depois. Nesse sentido, a Revolução demarcou uma nova periodização no fluxo do tempo. Como descreve Paul Hazard (1988), o eixo de fomentação intelectual, científica e artística abandonou, paulatinamente, os países continentais, se deslocando em direção à Inglaterra durante o século XVIII. Nesse contexto:

> imbuídos da ideologia do progresso, no otimismo da perfectibilidade humana e na crença de uma história única, os coevos tinham a sensação de que o tempo se acelerava e os referenciais, anteriormente amparados no passado, já não serviam [...] o futuro parecia o guia mais seguro que, anunciado por um evento revolucionário, enterraria de vez o passado (Santos Junior, 2019, p. 101).

Como apontado por Hartog (2013, p. 62), com a Modernidade o futuro passou à frente, abandonando aquele mundo escorado nas práticas passadas e nos saberes empíricos. Desse modo, a tríade Revolução/Tempo/Modernidade se apega intimamente, sendo a primeira eleita como porta de entrada obrigatória para a última. Em perspectiva semelhante, destaca Koselleck (2006, p. 74-76) que, a partir do século XVIII, em especial da Revolução Francesa, se consolidou o entendimento de "revolução" como um conceito *meta-histórico* capaz de ser igualmente um objeto dinâmico de ação social, e ao mesmo tempo de interpretação intelectual. Assim, as revoluções poderiam ser feitas como estudadas, identificando as etapas e leis que as regiam dentro de uma filosofia da história. Nesse sentido, como que mergulhados entre as duas margens de um rio, alguns se jogaram para o outro lado de maneira inquestionável, ansiosos por um novo mundo e uma nova sociedade, os revolucionários; outros se apegaram aos usos e estruturas já conhecidos no afã de impedir as mudanças e deter o fluxo temporal, os reacionários ou contrarrevolucionários (Hartog, 2013, p. 111).

A abordagem historiográfica passou a legitimar a ação social encontrada no próprio entendimento do desenvolvimento histórico, que funcionaria como fator dinâmico das alterações na sociedade e elemento-chave da aceleração temporal. Portanto, a partir de uma crise superada por uma Revolução, seria possível afastar o mundo tradicional e arcaico, o que garantia a afirmação enquanto Nação moderna. Dentro dessa perspectiva, passou-se a desejar um evento ou alteração, no passado ou no presente, que se pudesse chamar de "revolução", responsável por marcar uma ruptura incontornável entre o tempo anterior e posterior a tal acontecimento (Santos Junior, 2019, p. 102).

É no bojo de tais interpretações que o século XVII foi definido como um período de crises, fértil para a investigação das causas dos movimentos contestatórios presentes no alvorecer da Idade Moderna e entendidos como antecipações do que seriam as revoluções setecentistas. Logo, na

Modernidade, Revolução tornou-se uma das principais categorias da teoria política, buscando entender os motivos pelos quais grupos e indivíduos se rebelavam, posto que conhecer suas causas era também uma maneira de prever, de certo modo, bem como de impulsionar tais eventos no presente (Stone, 2000; Goldstone, 1980).

Independentemente de os historiadores aproximarem-se de interpretações mais deterministas ou de optarem por valorizar atitudes e escolhas individuais, ambos os grupos tentaram estabelecer critérios universais para a definição do termo e dos elementos típicos e necessários para a ascensão de um movimento revolucionário, em uma perspectiva que ultrapassava em muito os limites nacionais (Santos Junior, 2019, p. 103).

No bojo dos debates que cercam o tema, é preciso mencionar também os revisionistas. Cabe, contudo, destacar que tal movimento não foi uma exclusividade inglesa, acrescentando novas camadas aos diferentes debates que circundam acontecimentos nodais em diferentes territórios e recortes temporais, como por exemplo a Revolução Francesa (1789), a Revolução Russa (1917) e a Revolução Cultural Chinesa (1966), a título de exemplo. Tratava-se de um grupo heterogêneo e que emergiu entre as décadas de 1970 e 1980, os responsáveis pelo desenvolvimento do revisionismo inglês lançaram críticas ferrenhas aos membros das tradições *whig* e marxista. Considerando tais correntes interpretativas como míopes, teleológicas e anacrônicas, tais indivíduos entendiam a influência do acaso e do acidente no desenrolar dos eventos que compuseram o século XVII na Inglaterra como fatores muito mais determinantes e aceitáveis do que as grandes causas anunciadas pelos historiadores que os precederam (Clark, 1986, p. 10).

Pondo em perspectiva os efeitos estruturais dos movimentos de 1640 e de 1688, tais autores chegaram a questionar o que houve de revolucionário em tais momentos da história britânica. Assim, historiadores como Jonathan Clark (1986, p. 71), por exemplo, se contrapõem tanto àqueles que apontam a ocorrência da Revolução no período da Guerra Civil quanto àqueles que a situam no contexto da ascensão de Guilherme de Orange ao trono inglês. Pelo contrário, inclusive, Clark chega a afirmar que “não houve revolução”.

De fato, usada originalmente como um termo astronômico por Nicolau Copérnico (1473-1543), a palavra *Revolução* retratava um movimento periódico dos corpos celestes, cíclico e inexorável. Seu uso político inaugural se deu ao longo do processo revolucionário inglês no século XVII, visando, tal como no caso da ordem astronômica, restaurar a situação antes existente. No bojo desse processo, a ressignificação do conceito não se deu no contexto da Guerra Civil, mas ao longo do período que levou à restauração da monarquia e à Revolução Gloriosa, em 1688 (Mondaini, 2005, p. 117).

Contudo, a partir de então, o termo "revolução" ganhou densidade de sentidos, passando a ser associado a toda e qualquer forma de mudança brusca do ritmo normal da história, como um combustível para a aceleração do tempo histórico. Como bem pontuou a filósofa Hannah Arendt (1990, p. 34):

> nada poderia estar mais distanciado do significado original da palavra *revolução* do que a ideia que se apoderou obsessivamente de todos os revolucionários, isto é, que eles são agentes num processo que resulta no fim definitivo de uma velha ordem, e provoca o nascimento de um novo mundo.

A Revolução iniciada em 1640, bem como processos revolucionários burgueses similares, coevos e imediatamente posteriores, vicejaram entre si com múltiplas referências ideológicas que subsidiaram uma dinâmica batalha também cultural. Os radicais oriundos das classes populares naqueles turbulentos tempos ingleses buscaram superar os limites impostos pela "necessidade histórica" apresentando uma utopia, certamente ainda não madura, mas fundada no mais profundo desejo de "liberdade histórica". Não foram eles, contudo, os beneficiários de 1640, ao contrário da pequena nobreza *gentry* e dos comerciantes (Rudé, 1982, p. 71-82).

Como brilhantemente retratado por Christopher Hill, ao fomentar "a revolta no interior da revolução", tais grupos inscreveram na experiência histórica o projeto, ainda que não acabado, de virar o "mundo de ponta-cabeça". Entre 1645 e 1653, a atuação dos radicais foi tamanha que, se não tivessem sido terrivelmente reprimidas, poderiam ter escapado ao controle do próprio Oliver Cromwell. Fora deste contexto, a solução de 1688 – "soberania parlamentar, monarquia limitada, política externa imperialista, em suma, um

mundo seguro e lucrativo para os homens de negócio" (Hill, 1987, p. 31) – poderia já ter sido colocada em prática quatro décadas antes.

Alguns guiados por uma ideologia secular, como é o caso dos *levellers*, outros por valores religiosos, como os *diggers*, *seekers*, *hunters*, etc., os radicais ingleses tinham uma bandeira comum: inverter a ordem do mundo de forma permanente a partir da "ideia de que o mundo onírico do País da Cocanha ou o reino do céu pudesse ser atingido na terra, aqui, agora" (Hill, 1987, p. 31-34 *passim*). Portanto, ao considerar o complexo cenário de lutas que envolveu realistas, parlamentaristas e radicais no século XVII inglês, devemos considerar um duplo processo revolucionário. Um, o vencedor, "[que] estabeleceu os sagrados direitos de propriedade, conferiu poder político aos proprietários e removeu tudo o que impedia o triunfo da ideologia dos homens com propriedade – ou seja, da ética protestante". O outro, o perdedor, "[que] poderia haver estabelecido um sistema comunal de propriedade e uma democracia muito mais ampla nas instituições legais e políticas; poderia também haver retirado da Igreja Anglicana o seu caráter oficial e repudiado a ética protestante" (Hill, 1987, p. 32).

Por fim, retomamos Macfarlane, que demonstra que, à revelia de toda a efervescência que agitou o século XVII na Ilha, as continuidades seguiram sendo a base fundamental da Inglaterra. A despeito da industrialização, urbanização e do rápido crescimento populacional, que propiciou uma profunda mudança física, material e tecnológica, por outro lado, as relações de produção e as crenças mais profundas modificaram-se gradualmente. Assim, o tal "mundo novo" continuou a basear-se em parte nos velhos sistemas já consolidados. Como disse George Orwell (1962, p. 90, *tradução nossa*): "a Inglaterra continuará a ser a Inglaterra, um animal perene estendendo-se pelo passado e futuro e, como todo ser vivente, com o poder de se tornar irreconhecível sem entretanto deixar de ser o mesmo".

Referências

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática: 1990.

BOBBIO, Norberto. A *era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CERTEAU, Michel de. A *Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *Les origines culturelles de la Révolution française*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

CLARK, Jonathan. *Revolution and Rebellion*: state and society in England in seventeenth and eighteenth centuries. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

DELUMEAU, Jean. A *Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, v. 2.

ELIAS, Norbert. O *Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FLORENZANO, Modesto. Apresentação. In: STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa* 1529-1642. Bauru: EDUSC, 2000. p. 11-26.

FRASER, Antonia. A *conspiração da pólvora*: terror e fé na revolução inglesa. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOLDSTONE, Jack. Theories of Revolutions: the third Generation. *Work Politics*, v. 32, n. 3, , apr. 1980).

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HAZARD, Paul. *La crisis de la conciencia europeia* (1680-1715). Madrid: Alianza Editorial, 1988.

HILL, Christopher. A *Revolução Inglesa de* 1640. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

HILL, Christopher. O *Mundo de Ponta-Cabeça*: Ideias Radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LINDBERG, Carter. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

LOPES, Marcos Antônio. O *imaginário da realeza*: cultura política ao tempo do absolutismo. Londrina: Eduel, 2012.

MACFARLANE, Alan. A *cultura do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1989.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 115-133.

OLIVEIRA, Josemar Machado; MERLO, Patrícia M. S. *Recortes e perspectivas sobre a história moderna*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino à Distância, 2015.

ORWELL, George. *Inside the Whale and Other Essays*. GB: Londres, 1962.

RUDÉ, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. Do tempo das revoluções às revoluções do tempo. *Revista de Teoria da História*¸ v. 21, n. 1, p. 99-121, jul. 2019.

SISTO, Sebastián Daniel. *El largo siglo XVII inglés a través de sus tradiciones historiográficas* (1840s-2000s). Tesis (Grado en Historia) - Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2022.

STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa* 1529-1642. Bauru: EDUSC, 2000.

TAWNEY, Richard H. *Religion and the rise of capitalism*: a historical study. West Drayton: Penguin Books, 1948.

TREVELYAN, George Macaulay. *The English Revolution*, 1688-1689. New York: Oxford University Press, 1965.

TREVOR-ROPER, Hugh. La crisis del siglo XVII. Religión, Reforma y cambio social. Buenos Aires: Katz Editores, 2009.

"Palavras verdes":

o vocabulário anticomunista nos panfletos da Ação Integralista Brasileira do acervo do DEOPS/RJ (1932-1937)

Pedro Ernesto Fagundes[1]

Ação Integralista Brasileira: da criação ao fechamento

Durante a década de 1930, a Ação Integralista Brasileira (AIB) se configurou como um dos maiores e mais importantes partidos da extrema-direita da América Latina. Essa organização surgiu a partir da unificação de inúmeros movimentos, organizações e partidos que se fundiram em 1932. O dia 7 de outubro de 1932 é considerado um dos mais importantes no calendário político dos integralistas. Nessa data, celebra-se a publicação do chamado "Manifesto de Outubro", primeiro documento assinado e lido publicamente pelos integrantes da AIB. O local de tão singular evento foi o tradicionalíssimo Teatro Municipal de São Paulo (Trindade, 1974).

Adotando o modelo das organizações fascistas, sobretudo da Itália, os integralistas seguiam uma série de rituais e normas. Como exemplo, os militantes do partido deveriam estar sempre vestidos de camisas verdes com gravatas pretas. Por isso, passaram a ser chamados de "camisas-verdes". Tinham como símbolo a letra do alfabeto grego sigma **(Σ),** que, como na matemática é utilizada para realizar o cálculo integral, aludia à necessidade de integrar todos os brasileiros. Estavam organizados em milícias e realizavam

1 Doutor em História Social (UFRJ). Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Bolsista Pesquisador Capixaba BPC (Edital FAPES nº 060/2021).

desfiles e marchas de caráter militar. A palavra de origem tupi-guarani *anauê* era usada como saudação e deveria ser feita com o braço direito estendido.

Outra estratégia dos integralistas para chamar a atenção e atrair a simpatia da população eram as chamadas "bandeiras" ou "caravanas" integralistas, que tinham o objetivo de divulgar as ideias do movimento e, ao mesmo tempo, fundar núcleos da AIB. À vista disso, em agosto de 1933, começou uma fase de pleno crescimento da AIB em nível nacional, intensificando-se o trabalho de propaganda e organização.

No campo teórico os integralistas tiveram como base ideias de caráter antiliberal, anticomunista e antidemocrático. Dessa forma, em um curto espaço de tempo, a AIB conseguiu organizar núcleos em quase todas as regiões do país, passando a contar com centenas de milhares de adeptos que, entre os anos de 1932 e 1937, vestiram as "camisas verdes", símbolo máximo do movimento, e ingressaram nas fileiras dessa agremiação partidária.

Considerado o primeiro partido de massas do país, dentro de seu quadro de filiados atuaram homens, mulheres e crianças que contavam com uma ampla rede de órgãos de imprensa que cumpriram o papel de doutrinar e informar seus militantes. Os integralistas brasileiros chegaram a estruturar um conjunto de atividades de caráter social, tais como: escolas, ambulatórios e consultórios médicos. Em sua curta trajetória, o partido participou de algumas disputas eleitorais, inclusive, conseguindo eleger dezenas de prefeitos e centenas de vereadores em diferentes estados. Entretanto, a partir de novembro de 1937 a AIB foi diretamente afetada pelo início da ditadura do Estado Novo (1937-1942).

Em 10 de novembro de 1937, o Estado Novo foi formalmente instalado sem maiores reações e manifestações contrárias. O nebuloso episódio que teria levado Getúlio Vargas a instalar o Estado Novo foi baseado em um falso documento de um suposto agente judeu-comunista conhecido como Cohen. Em consequência, utilizou-se o nome "Plano Cohen". A partir do Estado Novo, o Brasil viveu um período de intervenção e suspensão dos direitos democráticos, incluindo ações que atingiam diretamente a independência do Poder Legislativo, de governos estaduais, partidos políticos e sindicatos. Com o objetivo de manter a lei e a ordem, ameaçadas por um suposto plano

dos comunistas de tomar o poder, o presidente Vargas se tornou o único intermediário entre o povo e o governo.[2]

Inicialmente, com o apoio ao golpe do Estado Novo, a direção da AIB chegou a pensar que finalmente dominaria o poder político do país. Como "pagamento" ao apoio dos integralistas, a administração Vargas – em 2 de dezembro de 1937 – decretou o fim das atividades da AIB, bem como de todos os outros partidos políticos brasileiros, permitindo que essas organizações sobrevivessem apenas como sociedades civis.

O Decreto-Lei nº 37, que estabelecia regras para o funcionamento das ditas sociedades civis, vetava toda e qualquer utilização de uniformes, insígnias, símbolos e gestos das antigas agremiações partidárias, tornando-se um empecilho para os "camisas-verdes". Houve, ainda, a tentativa de buscar uma alternativa através da criação da Associação Brasileira de Cultura (ABC). Contudo, a recém-criada organização nunca conseguiu fazer sombra à antiga AIB. Sem a mística, os símbolos e os ritos, servia apenas como a última tentativa de preservar a coesão e o capital político do primeiro partido de massas do país.

Se a reação da direção nacional ao fechamento do partido foi a criação da ABC, outros setores da AIB apresentaram respostas mais contundentes. Núcleos integralistas nos estados prepararam tentativas de levantes armados. Apesar de declarar constantemente não ter absolutamente nada com o planejamento de ações armadas, Plínio Salgado viu sua situação ficar traumática a partir de 11 de maio de 1938. Esse dia marcou a data do movimento chamado "Pustch Integralista de 1938", que teria como meta tomar o Palácio Guanabara, residência oficial do presidente da República, e aprisionar Getúlio Vargas (Silva, 1971, p. 361-382). Com toda a repercussão negativa em torno dos episódios da chamada "Intentona Integralista", centenas de antigos quadros do partido foram presos em diversos estados. Muitos dirigentes acabaram sendo enquadrados na Lei de Segurança Nacional e processados por crimes políticos no Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

Essa breve apresentação segue o roteiro adotado durante décadas pela maioria das análises historiográficas – e também reproduzida nos

2 Sobre a implantação do Estado Novo, ver: Gomes (1994).

livros didáticos – para tratar os eventos que marcaram a aproximação, o apoio "ingênuo" e, finalmente, a reação do governo de Getúlio Vargas aos militantes da AIB. O modo como a história do movimento integralista foi sendo construída, sobretudo depois da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, indica que um movimento articulado apresentou a AIB como um agrupamento de fanáticos seguidores de doutrinas estrangeiras que ameaçariam a soberania nacional.

Como se vê, não por acaso os "camisas-verdes" deveriam ser encarcerados como os outros prisioneiros políticos. Guardadas as diferenças político-ideológicas, ocorreu um processo de desconstrução e ressignificação da memória da AIB – articulado pela administração Vargas, principalmente durante os anos do Estado Novo – semelhante ao praticado contra o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o iminente "perigo vermelho". Assim, uma cortina de silêncio e esquecimento baixou em torno do tema, inclusive com verdadeiros descolamentos de sentido sobre a atuação da AIB no cenário político nacional.

Por muitas décadas a AIB não despertou interesse da comunidade acadêmica. Mais ainda, o debate público sobre os integralistas esteve restrito a visões depreciativas que trataram a organização como simples mimetismo do fascismo ou um grupo de "galinhas verdes". Essa situação fez com que o trabalho de Hélgio Trindade, lançado em 1974, fosse, durante muito tempo, quase a única referência sobre o tema. De certa forma, a renovação dos estudos sobre o integralismo foi diretamente beneficiada pela "retomada" da História Política e, principalmente, a ampliação dos programas de pós-graduação em História, tanto que, somente a partir das décadas de 1990 e 2000, com trabalhos de novos pesquisadores, o tema integralismo passou a ocupar um espaço de destaque no meio acadêmico brasileiro.

No presente, os pesquisadores que se ocupam do tema procuram tratar o integralismo em suas múltiplas características. Somada ao surgimento de novas fontes e acervos – sobretudo, por conta do acesso aos arquivos das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) –, a produção sobre a AIB tem tratado de inúmeras questões, entre elas: representações políticas, simbologia

política, memórias, imagens, história da imprensa integralista, questões de gênero e participação eleitoral do partido.

O acesso aos arquivos das DOPS estaduais, a partir da década de 1990, foi um dos elementos que colaborou para essa ampliação de pesquisas sobre a AIB. Desde a sua fundação, a AIB foi objeto de vigilância da polícia política, em âmbito regional e nacional. Por exemplo, a trajetória dos integralistas do estado do Rio de Janeiro sempre esteve sob a mira da vigilância. Nessa tarefa, os órgãos de segurança apreenderam documentos, fotografias, impressos e material de propaganda da AIB. Esse conjunto documental é amplo e diversificado, constituído por: pedidos de busca, atestados de conduta ideológica, inquéritos policiais, dossiês, fotografias, jornais, panfletos e cartazes. A utilização desses documentos tem suscitado uma série de desafios metodológicos, sobretudo, por conta da origem traumática dessas fontes.

Tais acervos são formados por séries documentais que possibilitam o contato com as versões antagônicas da repressão política. Uma é a atuação dos agentes do Estado em seus atos de repressão contra os chamados "elementos subversivos". Por outro lado, a documentação confiscada permite conhecer as formas de atuação dos grupos que, das mais variadas maneiras e em determinado contexto, acabaram sendo enquadrados na categoria de suspeitos de crime político. Parte considerável desse acervo esteve depositado nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/RJ). Até o início da década de 1990, esse importante acervo ficou sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Justiça quanto, finalmente, foi transferido, em 1992, para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), e, como veremos a seguir, esse acervo registrou parte da trajetória da AIB/RJ.

Integralistas X órgãos de repressão

Em 1933 foi criada, pela administração de Getúlio Vargas, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), órgão de abrangência federal que colaborou na institucionalização de um *modus operandi* em torno da atuação da polícia política. Naquele contexto, a centralização administrativa

do Estado brasileiro era vista como uma alternativa para superar o chamado federalismo, marca da Primeira República (1889-1930).

Anteriormente, a descentralização atingira a área de segurança pública. Como resultado, a institucionalização de órgãos voltados para a segurança social foi implementada em alguns estados do país. Com algumas variações de nomenclatura, os estados de São Paulo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro (DF) criaram, ainda durante a década de 1920, delegacias que tinham como principal finalidade garantir a "ordem social". Nesse contexto, surgiu um consenso em torno do papel do Estado como suporte contra a irracionalidade das "massas". Durante as duas primeiras décadas do século XX, os imigrantes europeus e os anarcossindicalistas, em especial, e a população pobre dos centros urbanos, de modo geral, passaram a ser identificados como os alvos em potencial do aparato repressivo (Aquino, 2002, p. 21).

Nesse sentido, a centralização da segurança pública visava transformar essa área sensível em espaço para controle, vigilância e repressão dos indivíduos considerados inimigos da ordem social e política. Depois da chamada "Revolução de 1930", houve um fortalecimento do poder público de repressão em todos os níveis. Um marco nesse movimento de vigilância foi a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), criada no Distrito Federal através do Decreto nº 22.332 de 10 de janeiro de 1933. Como consequência desse ato da administração Vargas, nos anos subsequentes, após o advento da DESPS, surgiram inúmeras seções estaduais da polícia política. A preocupação com o aumento das tensões sociais no país foi o combustível para a ampliação do aparato repressivo (Reznik, 2004, p. 107).

O controle da ordem social e o receio em relação ao perigo representado pelos militantes da AIB e das esquerdas foram fundamentais para a estruturação e burocratização da polícia política brasileira.

> Em meados dos anos 1930, a crescente radicalização política forneceu novas oportunidades para ampliação da ação policial. As atividades dos grupos extremistas – como se dizia à época, principalmente o Partido Comunista do Brasil e a Ação Integralista Brasileira – levaram o governo Vargas (1930-1945) a instituir a primeira lei de segurança nacional, das muitas que o país teria ao longo dos anos [...] (Motta, 2006, p. 57).

A necessidade de construir um discurso unificado, centralizado e articulado em variados locais do país foi um dos motivos que impulsionou a criação de órgãos de repressão em todas as regiões. Essa expansão de órgãos encarregados de investigar crimes contra o Estado motivou a criação ou reorganização de departamentos estaduais de polícia política. Nesse sentido, os órgãos de repressão atuaram normalmente durante os primeiros anos da década – entre 1930 e 1937 – na vigilância e no controle das atividades consideradas "perigosas contra a ordem social". Para verificar essas informações, basta consultar os arquivos das antigas polícias políticas estaduais que, ainda na década de 1990, começaram a ser franqueados para pesquisa, a partir da abertura dos primeiros acervos das DOPS estaduais.

Na sequência, analisamos alguns panfletos produzidos pelos integralistas e apreendidos pela polícia política do Rio de Janeiro. Mas, antes, é importante apresentar a trajetória política da "Província Integralista Fluminense".

As primeiras atividades dos integralistas em solo fluminense datam de junho de 1933 (Fagundes, 2009). A cidade de Niterói foi palco da primeira conferência do líder máximo da AIB, Plínio Salgado, no estado do Rio de Janeiro.[3] O local escolhido foi o Liceu Nilo Peçanha, um dos prédios mais imponentes da região central da cidade. A conferência do dirigente dos "camisas-verdes" ocorreu no salão nobre do colégio e atraiu a atenção de um público formado, em sua maioria, por professores e alunos do Liceu. O evento, que marcou o início das atividades da AIB no estado, teve como ponto alto a palestra proferida por Plínio Salgado, intitulada "O que é o Integralismo".

Poucas semanas depois, mais precisamente em 15 de junho, Salgado esteve novamente na cidade, no salão nobre do Liceu Nilo Peçanha, para realizar uma segunda conferência (Fagundes, 2009). Como reflexo do sucesso de sua primeira palestra, nessa nova passagem por Niterói, Plínio Salgado foi recepcionado por dezenas de milicianos fluminenses devidamente trajados com as inconfundíveis "camisas verdes". O tema da palestra – que lotou as dependências do salão nobre – foi a "Exegese da Revolução". Durante sua intervenção, que durou aproximadamente duas horas, foram ressaltadas as

3 No período estudado, a cidade do Rio de Janeiro era o Distrito Federal (DF). Portanto, não era considerada município do estado do Rio de Janeiro.

teses centrais que fundamentavam a base teórica da AIB, expondo as opiniões e a interpretação dos integralistas sobre a situação política do país.

Esses dois eventos representaram os primeiros passos da AIB, o início da trajetória do movimento na "Província integralista fluminense" que, durante seus poucos anos de funcionamento legal (1933-1937), convertera-se numa das províncias que somaria o maior número de militantes e núcleos organizados do partido no país. Em 1937, a AIB, na "Província integralista fluminense", segundo dados dos órgãos de imprensa da própria entidade, contava com um total de 220 núcleos municipais e distritais, teria 47 mil filiados, uma bancada de 30 vereadores, 11 postos de assistência médica, uma rede de escolas, com 124 estabelecimentos de ensino e uma imprensa local que chegou a editar uma dezena de informativos. A preocupação com a produção e publicação de material de propaganda foi uma das principais características dos integralistas no Brasil. Por exemplo, na Província Fluminense foi editada mais de uma dezena de jornais. Outro instrumento de propaganda foram os panfletos.

Os panfletos da AIB e o anticomunismo

Antes de analisarmos os impressos da AIB, é preciso ressaltar uma questão: o anticomunismo foi um dos pilares políticos do movimento integralista. Dessa forma, é impossível falar em anticomunismo no Brasil sem citar os "camisas-verdes" (Trindade, 1974). Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 267), o anticomunismo foi um movimento que surgiu em nível internacional, sobretudo depois da Revolução Russa. Em regra, o temor do conjunto dos setores dirigentes teve como ponto de partida os acontecimentos de 1917. A partir dessa data, a preocupação passou a centrar-se na tarefa de impedir que as teses dos comunistas fossem espalhadas por outras regiões. Afastar as propostas dos "vermelhos" do imaginário dos trabalhadores e da população em geral passou a ser a missão principal de inúmeros setores da sociedade.

Ao longo do século passado, ocorreram duas grandes ondas anticomunistas de maior intensidade no Brasil. Uma primeira onda se manifestou entre os anos de 1935-1937, ou seja, logo após os Levantes Armados de 1935. Posteriormente, entre os anos de 1961-1964. Esses dois momentos de maior

efervescência anticomunista tiveram desfechos semelhantes: a instalação de regimes ditatoriais – em 1937, o Estado Novo; em 1964, o golpe civil-militar.

A visão dos comunistas como inimigos dos valores cristãos foi um dos pontos mais utilizados no rico universo que alimentava o imaginário anticomunista. Nessa tarefa, segundo Motta (2002), a Igreja Católica e as Forças Armadas tiveram destaque na difusão do anticomunismo no Brasil.

A Igreja Católica foi a principal instituição que trabalhou no sentido de estabelecer um vínculo entre o comunismo e figuras demoníacas, satânicas e diabólicas. Entre os militares brasileiros, a imagem do Comunismo como um perigo à soberania nacional ganhou força, principalmente, depois dos Levantes Armados de novembro de 1935, que ficaram conhecidos pelo termo pejorativo "Intentona Comunista". As teses anticomunistas tiveram na Igreja Católica e nas Forças Armadas umas das mais importantes divulgadoras. Como vimos, os integralistas – em sintonia com os setores católicos e os militares – foram um dos setores mais ativos na produção e divulgação do discurso anticomunista.

Essa atuação fica evidente ao se analisar o panfleto *O que é e o que quer o integralismo*, pesquisado no setor da Polícia Política do Arquivo Público do Estado Rio de Janeiro (APERJ).[4] Tal documento dá o tom da linguagem política utilizada de maneira recorrente pela AIB para tecer críticas e ataques aos comunistas. Mais ainda, o panfleto apresenta de maneira didática as principais propostas e metas da organização. Nas primeiras linhas do panfleto, o comunismo era acusado de ser uma das desgraças que perturbavam a ordem e saúde política do país. Para atingir tais fins, constantemente eram utilizadas metáforas para identificar essa teoria com moléstias ou doenças contagiosas. Os termos mais empregados eram: teoria malsã, praga, peste, doença, vírus, germes, foco, câncer, veneno, contágio, bacilo e infecção.

Outro argumento frequentemente empregado era afirmar que seguir o comunismo significaria "abdicar de toda dignidade humana". Esse recurso era utilizado para negar a possibilidade de implantação do comunismo no Brasil. A finalidade era apresentar os "vermelhos" como seres completamente

4 Panfleto: "O que é e o que quer o integralismo". Fonte: Fundo Polícia Política - Deops. Dossiê Integralismo – CX: 118. APERJ.

diferentes, exóticos e, portanto, estranhos à realidade do nosso país. Eles seriam elementos bárbaros, vândalos, turcos e orientais (Motta, 2002). Em outro trecho do impresso, os comunistas são chamados de "inimigos da pátria". Esse argumento justificaria o combate aos comunistas como uma luta em defesa da soberania nacional, e, por conseguinte, os militantes da AIB estariam na verdade defendendo a integridade nacional, a ordem institucional, a hierarquia, enfim, a própria pátria.

Outro panfleto, também pesquisado no acervo da DEOPS, denominado "Operário brasileiro escolhe: ou és comunista ou és integralista",[5] enquadra-se no estilo semelhante ao anterior, ou seja, na tentativa de catequização através da palavra escrita dos militantes da AIB. Direcionado especificamente para os operários, segue a linha didática de tentativa de estabelecer uma dicotomia entre o "bem" (integralismo) e o "mal" (comunismo).

Para legitimar suas ações, naquele momento político e histórico, os integralistas, através de um arsenal de metáforas políticas, procuraram estigmatizar e distorcer a imagem do comunismo. O discurso anticomunista da AIB afirmava que o país estaria sob permanente ameaça. Nesse sentido, utiliza-se um vocabulário político em que os "vermelhos" aparecem acompanhados por palavras, expressões e termos pejorativos. O objetivo do impresso é alertar sobre os perigos e desgraças que cercam o comunismo, em especial, aos fatos temerários que acontecem na União Soviética. O discurso do panfleto busca apresentar a realidade da União Soviética com todas as características negativas possíveis. A escravidão, a fome e a morte eram uma situação comum e generalizada entre os trabalhadores daquele país.

Ainda, constantemente se encontrava a ligação da linguagem anticomunista com termos vinculados à situação de degradação moral. A defesa da "família", um dos lemas da AIB, servia para a elaboração de críticas à situação das mulheres no regime comunista – marcado, segundo o impresso, pela degradação moral –, além de divulgarem que os comunistas tratavam as crianças de forma desumana. Portanto, de uma só vez o texto reproduz duas referências anticomunistas que eram utilizadas pelos militantes da AIB de maneira recorrente para atacar seus inimigos: associa os comunistas a

5 Panfleto: Fundo: Polícia Política - Deops. Dossiê Integralismo – CX: 121. APERJ.

práticas de antropofagia e coloca em dúvida a questão moral – prostituição – das mulheres de seus adversários.

Assim como o discurso da Igreja Católica, essa narrativa também pretendia estabelecer um vínculo entre o comunismo e figuras demoníacas. A própria URSS era retratada como um inferno na terra, lugar de pura devassidão e perturbação dos pilares fundamentais da família e da religião cristã. Para os integralistas, as mulheres na União Soviética seriam propriedade do Estado e sua função na "terra do amor livre" seria de meras produtoras de crianças para as fileiras bolcheviques.

A expressão largamente utilizada de que "comunistas comem criancinhas" seria na verdade uma tentativa de imputar aos adeptos do comunismo a imagem de seres bárbaros e selvagens que não respeitariam nem as inocentes e indefesas crianças que acabariam servindo de alimento para a população faminta. Na parte final do panfleto em questão os integralistas se apresentam como a antítese de todos os pontos de que acusam os comunistas. Em primeiro lugar, autodenominam-se como uma *legião*, numa referência evidente a figuras angelicais. Em seguida, apresentam-se como a vanguarda de três instituições altamente poderosas: Deus, pátria e família.

A análise dos panfletos da AIB possibilita uma ideia de como a linguagem e o vocabulário político constituem um elenco de representações políticas sobre os comunistas. A estratégia dos integralistas visava apresentar a AIB como a única força política capaz de combater e derrotar os perigosos comunistas. Entre o conjunto da população e, sobretudo, para seus milhares de militantes, a estratégia de apresentar os comunistas como um perigo cotidiano acabou colaborando no sentido de ampliar e fortalecer a estrutura orgânica do movimento integralista. O medo do iminente ataque vermelho foi um dos mais importantes combustíveis que impulsionou o crescimento dos "camisas-verdes" no Brasil, sobretudo, entre os anos de 1935-1937.

Considerações finais: o integralismo no pós-1945

Apesar de todos os esforços dos integralistas na sua "cruzada anticomunista", com a Instalação do Estado Novo e, sobretudo, da repercussão

negativa em torno dos episódios de 11 de maio de 1938, a situação de Plínio Salgado e, especialmente, a dos ex-dirigentes da AIB, ficou insustentável. Centenas de antigos quadros do partido acabaram sendo enquadrados na Lei de Segurança Nacional e processados por crimes políticos no Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Ironicamente, pelo menos nas prisões políticas, o Estado Novo foi "democrático" e não demonstrou qualquer tipo de discriminação, pois a maioria dos ex-integralistas foi cumprir pena dividindo cela, privações e torturas com os seus "companheiros" antifascistas que atuavam na Aliança Nacional Libertadora (ALN). Ambas as organizações passaram a ser apresentadas como exemplos dos perigos dos "extremismos políticos": o "perigo vermelho" e o "perigo verde".

Quanto a Plínio Salgado, apesar de negar ligações com quaisquer movimentos insurrecionais dos seus antigos companheiros, acabou sendo detido para prestar depoimento em 26 de janeiro de 1939. Poucos meses depois, mais precisamente em maio de 1939, enquanto muitos integralistas ainda estavam presos, o chefe nacional partiu em exílio para a Europa. No Velho Mundo – onde sobreviveu graças à colaboração financeira de antigos companheiros da AIB –, esteve em Portugal até 1945, onde teria elaborado uma revisão crítica da experiência da AIB, o que o levou a abraçar a linha política da Democracia Cristã. Com o fim da ditadura do Estado Novo, retornou ao Brasil e retomou a vida política partidária fundando outra sigla: o Partido de Representação Popular (PRP).

No seu novo partido, Plínio Salgado procurou retomar os antigos contatos da época da AIB. Finalmente, em 1955, o ex-chefe nacional disputou uma eleição presidencial e atingiu uma marca significativa: cerca de 7% de votos. Em 1964, o PRP foi um dos articuladores das Marchas da Família com Deus pela Liberdade e apoiou o golpe civil-militar.

Com o Ato Institucional nº 2, em 1965, os militares intervieram no sistema político-partidário brasileiro. Uma das medidas previstas foi a imposição do bipartidarismo, ou seja, todos os partidos políticos foram extintos, inclusive o PRP. No lugar das antigas agremiações foram criados dois novos partidos|: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ligada ao governo militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que agregou a oposição. Nesse

contexto, Plínio Salgado filiou-se à ARENA. Quando estava em pleno exercício do mandato de deputado federal, em 1975, Plínio Salgado faleceu, aos 79 anos. A morte do antigo chefe nacional é o marco fundador do chamado pós-integralismo, fase marcada pela ausência e pela disputa.

Segundo Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto (2020), inicialmente, seus antigos apoiadores tentaram manter a unidade em torno do nome de Carmela Salgado, viúva do ex-chefe nacional. Assim, na segunda metade da década de 1970, surgiram algumas iniciativas para preservar e divulgar a doutrina integralista. Durante as décadas de 1980 e 1990, esses atos visavam mobilizar personalidades e organizações que disputavam a função de "guardiões da memória" de Salgado e, sobretudo, do capital político da AIB da década de 1930.

Entre as diversas tentativas de arregimentar antigos e novos integralistas, podemos citar: a Associação Brasileira de Estudos Plínio Salgado (1976); a Associação Brasileira de Cultura (ABC) – em 1980; a Casa Plínio Salgado (1981); o Partido de Ação Nacionalista (PAN) – em 1985; o Partido de Ação Integralista (PAI) – em 1989. Houve também, em 1987, uma tentativa de recriar a AIB. Mas, todas essas iniciativas esbarravam na conjuntura adversa para teses autoritárias. No contexto da década de 1980 – marcado pela redemocratização –, nenhuma das novas organizações chegou perto em número de filiados, ressonância política e capacidade de mobilização dos "camisas-verdes" da década de 1930.

Referências

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

Fundo Polícia Política - Deops. Dossiê Integralismo – CX: 118. APERJ.

Fundo Polícia Política - Deops. Dossiê Integralismo – CX: 121. APERJ.

Bibliografia

AQUINO, Maria Aparecida de *et. al.* (org.). A *constância do olhar vigilante*: a preocupação com o crime político: famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A *ofensiva verde*: a Ação Integralista Brasileira no estado do Rio de Janeiro (1932-1937). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. *Regionalismo e centralização política*: Partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Ângela de Castro. A *invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. O *fascismo em camisas verdes*: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guardo contra o "Perigo Vermelho"*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLII, n. 1, p. 52-69, 2006.

REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional*: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 1930. Porto Alegre: UFRGS, 1974.

SILVA, Hélio. 1938: Terrorismo em Campo verde. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

A Contribuição de artistas mulheres latino-americanas à arte conceitual em três proposições de natureza político-crítica

Almerinda da Silva Lopes[1]

Quando o mundo ainda se ressentia dos traumas, da crise e da desolação gerados pela II Guerra Mundial, a Guerra Fria instaurava novo período de indignação, insegurança, dúvidas e medo, com a iminência de deflagração de outro conflito bélico. As disputas pelo poder econômico e político travadas entre os polos capitalista e socialista acabariam acarretando consequências desastrosas que afetariam diretamente a América Latina. Após a Revolução Cubana (1959), os Estados Unidos – líder do eixo capitalista –, alegando evitar a penetração da ideologia socialista, passaram a interferir na vida política e a articular a imposição de regimes autoritários à maioria dos países do Cone Sul, entre eles o Brasil, estratégia que empanava, porém, o interesse de conquistar novos mercados e ampliar seu poder e dominação a todo o Continente. No caso específico do Brasil, a ditadura militar, arrogando-se do direito de combater o comunismo e promover o desenvolvimento do país, gerou um período de violenta repressão que se estendeu por mais de 20 anos, com cerceamento da liberdade, cassação de direitos políticos e civis, perseguições e prisões de opositores ao regime e interferência no direito de livre expressão artística e cultural.

1 Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP e Universidade de Paris I; Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Espírito Santo. Atua nos cursos de Pós-Graduação em Artes e em História. CV: https://lattes.cnpq.br/9256851494366703 - http://orcid.org/000-0001-5075-7843.

No período anterior aos golpes militares, a arte e a cultura passavam por grande renovação ou transformação, na maior parte da América Latina, no que se refere à diversificação das linguagens, valores estéticos e ao próprio conceito de obra e de artista. Entretanto, após a eclosão dos golpes, não houve grande interferência ou controle dos órgãos de repressão militar nas artes, o que levou os artistas a acreditarem que poderiam se expressar livremente por meio das novas linguagens. Logo se evidenciaria a incompatibilidade entre arte e política, entre os novos processos criativos e o prestígio da cultura burguesa com o gosto dos "generais militares, adeptos da linha artística mais tradicional" (Schwartz, 1978, p. 69), até porque as novas proposições artísticas ironizavam o discurso do moderno e o projeto desenvolvimentista e capitalista propalado pelo regime, de modo especial a disparatada proposta de inserir, a qualquer preço, os países colonizados subdesenvolvidos – fornecedores de matéria-prima e de trabalho barato – e socialmente atrasados, no mercado econômico mundial (Schwartz, 1978, p. 70).

Para demarcar essa incoerência e o descompasso entre os anseios do povo e os desmandos emanados do poder, a geração de jovens artistas que então emergia recorreu a uma arte pública coletiva e efêmera, que rompia com todos os dogmas e conceitos passadistas. Essa arte precária e participativa era uma forma de resistência e inconformismo à repressão, ao cerceamento dos direitos, à liberdade individual e ao "espetáculo de anacronismo social, de cotidiana fantasmagoria trazida pela ditadura militar" (Schwartz, 1978, p. 74-75). Os artistas apropriaram-se de elementos inusitados, extraídos de diferentes estratos culturais, formalizando com eles um processo criativo que não separava a alta e a baixa cultura, os ricos e os pobres, o antigo e o novo, o erudito e o popular, criando uma espécie "alegorização ou de carnavalização" (Bakhtin, 1981, p. 105). Com tal processo de ambivalência, de inversão e de não estetização, os artistas ironizaram, ridicularizaram e relativizaram a ideia de verdade que emana do poder. Os movimentos mais emblemáticos nesse sentido teriam sido a contracultura e o tropicalismo. Este, embora revelasse alguma afinidade com a Pop Art americana, ganhou no Brasil uma feição própria, tanto nas artes visuais quanto na música, no cinema, no teatro e na poesia, quando os artistas recorreram a alegorias, ao precário, à cultura

popular, enquanto estratégias para escaparem da censura, ao denunciarem a repressão e a falta de liberdade.

O sentido político-crítico da versão tropicalista brasileira estendeu-se ao patriarcalismo, ao consumo desenfreado, pondo em evidência os males latentes de um país "intemporal" e "anacrônico", como nomeou Schwartz (1978). Por sua vez, a vertente americana declarava-se apolítica, balizando-se muito mais numa visão otimista e apologética do consumismo e do modo de vida capitalista, que pleiteava impor-se como modelo para todo o mundo ocidental:

> Para obter o seu efeito artístico e crítico o tropicalismo trabalha com a conjunção esdrúxula de arcaico e moderno, para ironizar o resultado fracassado de modernização nacional. [...]. A direção tropicalista [...] registra, do ponto de vista da vanguarda e da moda internacionais, com seus pressupostos econômicos, como coisa aberrante, o atraso do país. No tropicalismo, o seu estágio internacional é o parâmetro aceito da infelicidade nacional: nós os atualizados, os articulados com o circuito do capital, falhada a tentativa de modernização social feita de cima, reconhecemos que o absurdo é a alma do país e a nossa (Schwartz, 1978, p. 76-78).

As manifestações populares e os movimentos estudantis (que, no caso de Brasil, antecederam mesmo as manifestações de Paris, de 1968), cada vez mais frequentes e organizados, levaram ao recrudescimento do regime militar, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968. Isso pôs fim ao tropicalismo, talvez nossa maior identidade artístico-cultural, bem como legalizou a interferência na produção criativa e a ameaça, a perseguição e a prisão de artistas de todas as modalidades expressivas.

A heterogeneidade e o caráter transgressor das práticas conceitualistas latino-americanas

Embora conhecessem os riscos que corriam nesse contexto de forte repressão e cerceamento da livre expressão, os jovens artistas, pelo menos nos anos que se seguiram ao golpe militar, contra-atacariam, recorrendo a práticas artísticas heterogêneas, nas quais o fazer artístico parecia interligado com a militância ou o engajamento dos autores, como observou Otília Arantes (1983, p. 5):

> Pode-se dizer que de 65 a 69 – até à revanche do regime – boa parte dos artistas brasileiros pretendiam, ao fazer arte, estar fazendo política. Passada a hesitação

> do primeiro momento – provocada pelo golpe militar e pelos primeiros expurgos e prisões – intelectuais e artistas voltam a reclamar para si um papel de ponta na resistência ao processo repressivo por que passava o país.

Os artistas ampliavam as linguagens e apropriavam-se de materiais baratos, ordinários e descartáveis (orgânicos e industriais), para realizar propostas distantes do esteticismo, do acabamento primoroso e outros valores do passado. Essas proposições experimentais ou conceitualistas, também chamadas de "arte de guerrilha", marcavam o inconformismo dos jovens artistas com a realidade do momento e a ruptura com o reinado da pintura de cavalete, que há séculos alimentava o gosto e o mercado burguês.

Por outro lado, também acreditavam que essa arte experimental, reflexiva e hermética, e, portanto, não familiar aos militares, dificultaria a decodificação de seu conteúdo pelos agentes da censura. Tal estratégia encorajou jovens de diferentes países latino-americanos a elaborarem, entre o final dos anos de 1960 e a década seguinte, um naipe variado de ações conceituais, alternativas, propositivas e participativas, por meio das quais ironizavam as respectivas realidades sociopolíticas. Entretanto, isso não impediu que alguns trabalhos fossem apreendidos ou mesmo destruídos, que exposições fossem fechadas, que artistas fossem ameaçados e interrogados, ou tivessem a prisão decretada pelos militares.

Artistas como Hélio Oiticica perceberam, na diversidade de proposições artísticas que prescindiam ou não de um objeto ou produto final, uma vontade comum de estabelecer a relação entre arte e vida. Oiticica denominou de "Nova Objetividade" a heterogeneidade de trabalhos conceituais que irrompiam no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, no texto de apresentação da mostra de mesmo nome, realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1967). Nesse texto, Oiticica (1967, p. 154) definiu a *Nova Objetividade* como um fenômeno "típico da arte brasileira atual", expresso por novas formulações criativas – objetuais e não-objetuais (corporais, táteis, visuais e semânticas) –, elaboradas coletivamente ou compartilhadas democraticamente com os espectadores. Mas essa gama de proposições se mantinha conectada por uma característica comum: "abordagem e tomada de posição em relação a problemas políticos,

sociais e éticos" (Oiticica,1967, p. 154), o que diferenciava a arte local das manifestações artísticas internacionais europeias e americana.

Custa saber se o teórico espanhol Simón Marchán Fiz (1972) conhecia esse texto de Oiticica ao destacar, cinco anos depois, que a arte conceitual elaborada nos países latino-americanos que passavam por regimes políticos autoritários mantinha um caráter original que a diferenciava da congênere americana. Para o crítico, a produção estadunidense se desviava da realidade daquele momento para balizar-se, com certa frequência, na ideia de "tautologia", instituindo-se, portanto, como arte autorreferente, ou seja, como representação de si mesma. Marchán Fiz constatava, assim, que o conceitualismo latino-americano se pautava em outra característica comum: voltava-se para a própria realidade sociopolítica, no sentido de contestá-la e ironizá-la, impondo-se como antidiscurso. Em um contexto fortemente repressor, a nova arte se colocava, assim, como fator de resistência e de esperança de transformação dessa realidade asfixiante, promovendo uma espécie de curto-circuito gerador de ação-reação. Para demarcar tal diferenciação do posicionamento dos artistas, e também a simpatia da maioria deles pela ideologia política de esquerda, Marchán Fiz (1994, p. 253-256) denominou a arte conceitual dos países colonizados de "conceitualismo ideológico".

Quase 50 anos depois, quando os países do Cone Sul já haviam passado por processo de redemocratização, a historiadora e crítica porto-riquenha radicada nos Estados Unidos Mari Carmen Ramírez (2007) publicava um texto sobre o tema que se tornou referência ao ser republicado no Brasil, *Táticas para viver da adversidade*, no qual reafirmava o caráter ideológico da arte conceitual do continente. Esse distanciamento permitiu que a teórica fizesse um balanço mais abrangente do que entendia por conceitualismo ideológico, pontuando sua amplitude e especificidades, em relação ao contexto internacional. Sem discordar dos autores que destacaram, antes dela, o caráter diversificado ou não homogêneo da arte latino-americana, Ramírez (2019, p. 186) relaciona o fenômeno à característica "complexidade e diversidade política, econômica, racial" dos vários países do continente.

A autora acrescenta que, em países de grandes extensões territoriais, como o Brasil, as situações sociopolíticas adversas geraram variáveis de

desenvolvimento social, econômico e cultural, mas também paradoxos, continuidade e ruptura com a tradição e a vanguarda, que os artistas foram capazes de compreender e reinterpretar de diferentes maneiras. Tal ponto de vista coincidia, assim, com a observação de Oiticica, expressa mais de 30 anos antes, no supracitado texto. Ramírez destacava, ainda, a recorrência dos artistas latino-americanos a estratégias multidisciplinares, como às "teorias da comunicação e da informação e aos meios de circulação alternativa", além de proporem a participação do público, o que significa redefinir o papel do espectador, mas também questionar o "estatuto da obra de arte" e "a fetichização do objeto artístico nas sociedades de capital tardio" (Ramírez, 2019, p. 187-189).

As reflexões de Marchán Fiz e de Ramírez centraram-se, porém, nas produções conceitualistas masculinas, ignorando ou menosprezando a produção das artistas do sexo feminino. Embora a crítica americana revele conhecer o texto *Esquema geral da Nova Objetividade brasileira* (1967), considerando que cita fragmentos do pensamento do brasileiro, quando empresta de Oiticica a frase que dá nome ao seu ensaio, "Da adversidade vivemos", Ramírez não menciona sequer a contribuição à arte experimental ou ao conceitualismo de Lygia Clark, Lygia Pape e Solange Escosteguy, citadas por Oiticica no referido texto. Além disso, embora ela faça breve referência a umas poucas artistas argentinas e chilenas, isso ocorre tão somente nas notas inseridas no final do texto. Esse desinteresse ratifica tanto o preconceito quanto o desconhecimento que paira sobre a produção das artistas mulheres, mas também se reflete na assimetria entre o quantitativo de obras de artistas do sexo masculino em relação às congêneres do sexo feminino, seja quanto à representatividade nas mostras e nas coleções de arte, públicas e privadas, quanto na historiografia da arte. Essa questão não deixa de remeter ao fato de que vivemos em uma sociedade patriarcal, e que até muito recentemente a maioria dos historiadores, críticos de arte, diretores de museus, proprietários de galerias e colecionadores eram, quase sem exceção, indivíduos do sexo masculino.

Preconceitos à parte, a contribuição das mulheres ao conceitualismo latino-americano mostra-se bastante significativa tanto em sua engenhosidade quanto em sua ironia sociopolítica, atribuindo-lhe individualidade e identidade

própria. Entretanto, o foco das reflexões não deixa de pender para questões como feminilidade, desigualdade de gênero, violência sexual e de gênero, preconceito e outros problemas que afetam as mulheres, embora boa parte das propostas tenha se voltado contra o contexto ditatorial. Esse viés político confirma-se nas três proposições conceitualistas efêmeras enfocadas neste texto, de autoria de artistas mulheres atuantes em diferentes países latino-americanos, realizadas, porém, em distintos contextos, espaços temporais e com objetivos diferenciados. Apesar das coincidências na recorrência a um mesmo suporte, o varal – substantivo masculino, mas de conotação feminina, uma vez que é usado quase que exclusivamente pelas mulheres para secarem as roupas –, não foram encontradas referências de que uma conhecesse o trabalho da outra. São elas: Neide Sá (Brasil), Graciela Gutiérrez Marx (Argentina) e Mónica Mayer (México).

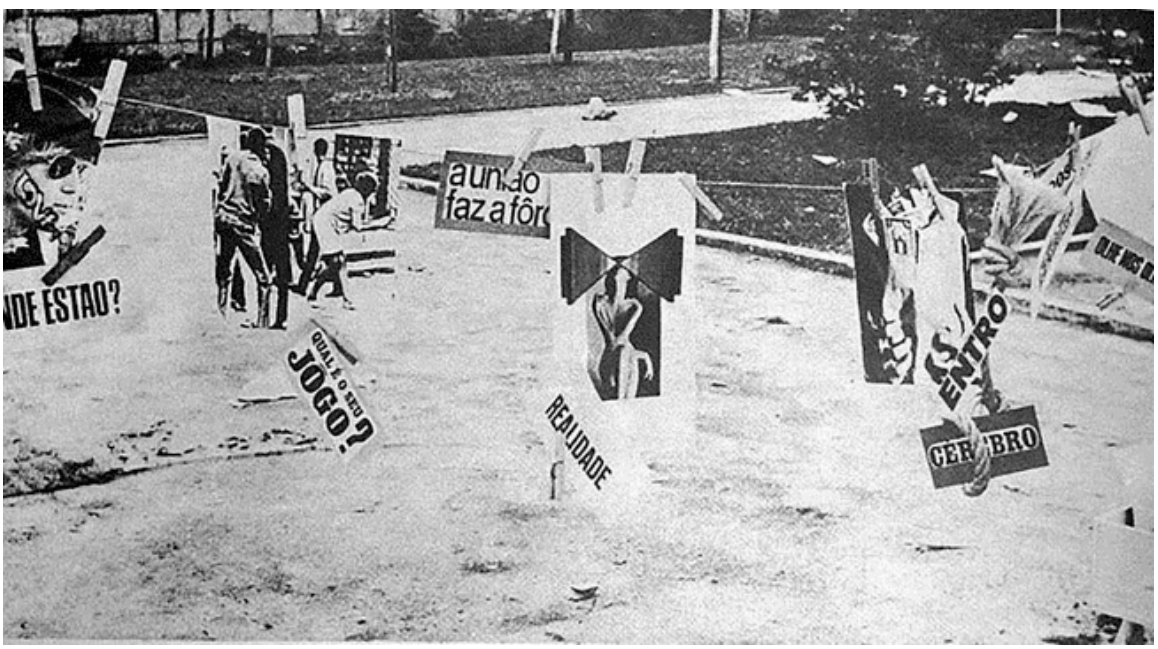
Três proposições transgressoras de mulheres latino-americanas

Neide Sá (1940), artista visual e poeta carioca, e uma das fundadoras do movimento de vanguarda *Poema-Processo* no Rio de Janeiro (1967), remontou a proposta, aqui analisada, no evento organizado por Frederico Morais, denominado *Arte no Aterro* (1968), nas imediações do Museu de Arte Moderna, realizado aos sábados e domingos, de 06 a 29 de julho. O organizador convidou artistas praticantes de diferentes linguagens e modalidades para desenvolverem atividades criativas com crianças e adultos, entre os quais, os integrantes do recém-fundado grupo carioca Poema-Processo, que esteve representado no evento pelo casal Neide Sá e Álvaro de Sá, bem como por Moacy Cirne e Wlademir Dias Pino. Os signatários do grupo montaram o ambiente de trabalho com a participação do público no entorno do Pavilhão Japonês, no Aterro do Flamengo.

Neide Dias Sá (ou Neide Sá), a única mulher do grupo, remontou naquele espaço o poema-processo interativo, criado por ela no ano anterior, denominado *A Corda* (1967). Trata-se de instalação cujo suporte remete a um varal (Fig. 1), presente na maioria dos ambientes domésticos em que são penduradas as roupas lavadas para secar. Amarrada e esticada entre duas árvores, a artista colocou próximo a essa corda caixas de papelão cheias

de imagens e palavras recortadas de jornais e revistas. Os participantes selecionavam e retiravam da caixa os elementos que utilizariam na criação livre de poemas-processo ou poemas visuais, expondo-os em seguida nessa corda, recorrendo a prendedores de roupa. Segundo a artista, o espaço era um dos mais concorridos do evento, sempre repleto de pessoas interagindo com os poemas que iam sendo expostos na corda, enquanto outras confeccionavam os próprios trabalhos, a maioria dos quais revelaria um posicionamento crítico ou paródico ao cenário da época, resultante de associações inusitadas entre imagens e textos que os participantes produziam, a partir dos materiais que retiravam das referidas caixas. Apesar da rotatividade do público, o espaço montado pelo grupo poema-processo foi, segundo depoimento da artista, um dos mais ativos e criativos, sendo que a transitoriedade constante dos participantes interativos se sintonizava com a efemeridade das propostas e o objetivo da artista, segundo a qual a obra existia somente enquanto havia alguém atuando e criando novos poemas.

Figura 1. Neide Sá, *Varal*, 1968. Proposta participativa elaborada durante o evento *Arte no Aterro* (julho de 1968), nos jardins do MAM-RJ



Fonte: Galeria Superfície. Disponível em: <https://galeriasuperficie.com.br/artistas/neide-de-sa/>. Acesso em: 12 out. 2023.

Neide Sá circulava anônima entre os participantes, sem se identificar, confundindo-se com eles. O que pleiteava era a manutenção de um ambiente

criativo, democrático, em que prevalecesse a liberdade e a alteridade, para que o público – independentemente de faixa etária, escolaridade e experiência – se sentisse encorajado a elaborar seus poemas-processo, individual ou coletivamente, tendo como referência aqueles que permaneciam expostos no varal, de autoria de outros participantes. Essas ações intervencionistas, de sentido reflexivo, transformador, crítico ou dialógico, contrapunham-se ao controle, à proibição, à repressão e ao discurso radical do poder político, o que colocava a proposta da artista no âmbito da chamada "arte de guerrilha", como nos ensina Bourriaud (2011, p. 133):

> O princípio da guerrilha é as forças combatentes se manterem em perpétuo movimento: evitam assim ser identificadas e preservam sua capacidade de ação. No campo cultural, ela se define pela passagem dos signos por territórios heterogêneos e pela recusa em ver a prática artística atribuída a um campo específico, identificável e definitivo.

A participação criativa retira o espectador de uma posição meramente contemplativa ou passiva e o transforma em interlocutor ativo e reflexivo-crítico, em sintonia com o que propugnou também outro ícone artístico do século XX, Joseph Beuys, ao afirmar que todo ser humano é um criador ou um artista em potencial.

O interesse do público com a proposta da *Corda* chamou atenção dos militares, que se mantinham à distância observando o desenrolar dos trabalhos. Segundo a artista, quando tudo parecia transcorrer normalmente, em um dos dias do evento "aparece lá um cara da censura" e, como não conseguiu identificar quem era a proponente da ação, vira-se para os participantes e fala: "Olhem, eu tenho certeza que isso aí é uma coisa subversiva. Eu não sei por que é subversivo, mas eu tenho certeza que é, e vocês têm de parar de fazer isso" (Sá *apud* Margutti, 2014, n.p.). A *Corda* acabou censurada, retirada do local, e a artista, impedida de continuar a atividade no evento.

Como não foi identificada, Neide Sá não se retirou do local e no dia seguinte ofereceu à participação do público outra proposta. Tratava-se de *Transparência* (1968), poema-objeto, que remete *grosso modo* à *Matrioska*.[2]

2 A Matrioska é uma boneca de origem russa, mas que se propagou no Japão. Confeccionada em bambu ou madeira, era, inicialmente, entalhada e pintada à mão. Uma boneca maior abriga em seu interior um conjunto de bonecas idênticas, mas de menores dimensões, colocadas uma dentro da outra, por uma divisão com perfeito encaixe na metade da peça. Simboliza a fertilidade, ou amizade de quem a presenteia.

Constava de várias caixas de dimensões progressivas, colocadas umas dentro das outras, confeccionadas em acrílico incolor e transparente, em cujas faces havia adesivos contendo palavras e sílabas. A manipulação do objeto fazia com que as caixas se movessem simultaneamente, possibilitando que o participante-ativo formasse pares de palavras como: guerra-paz, bang-bang e ratatatá, liberdade, crueldade, desenvolvimento e subdesenvolvimento, o que caracterizava a natureza política da proposta – talvez até mais explícito que a Corda –, mas que acabou não sendo percebida pelos censores.

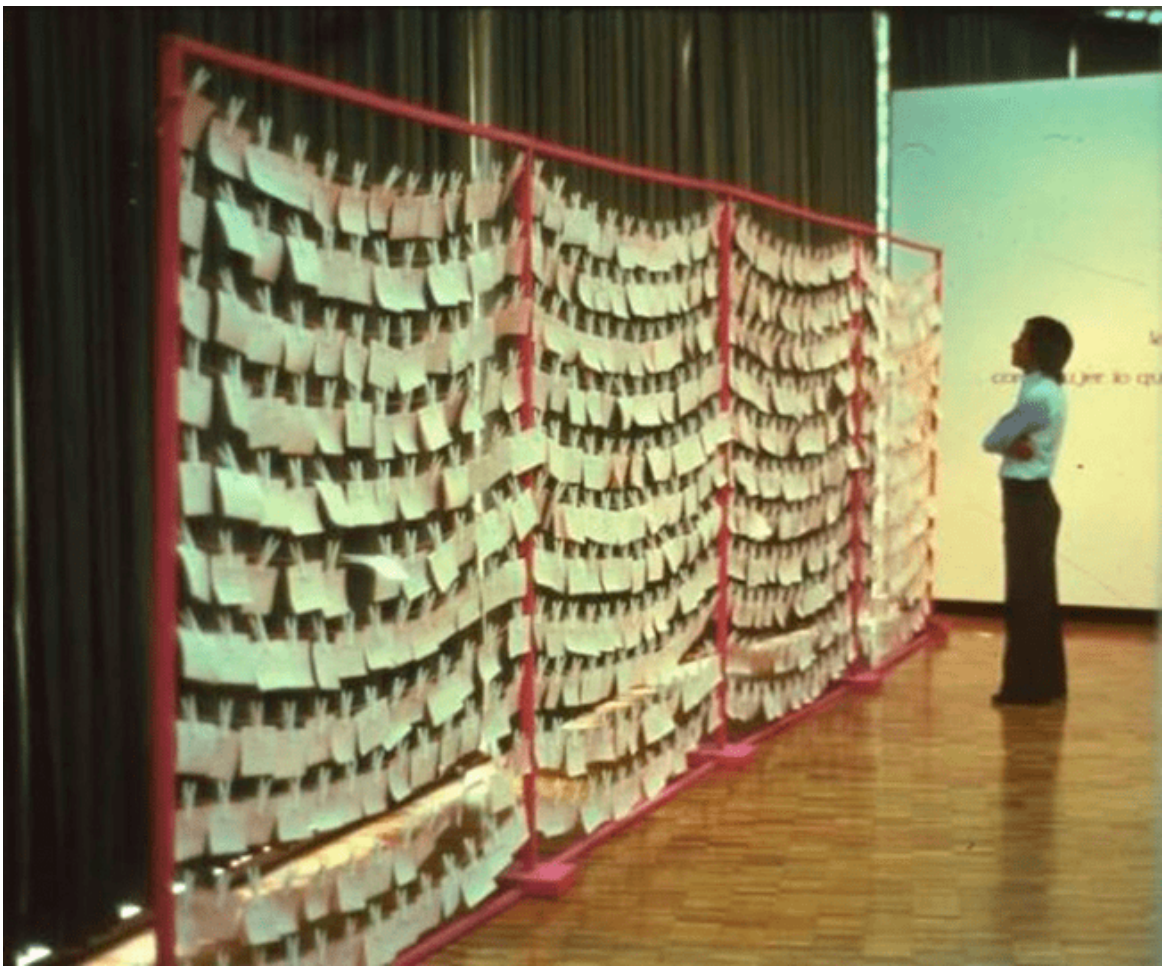
A artista mexicana Mónica Mayer (1954) elaborou, dez anos depois, uma proposta de formulação similar, mas com um propósito muito diferente de *A Corda* de Neide Sá. Tratava-se de *El Tendedero* (O Varal de Roupas), instalação executada pela artista durante o Salão, *Novas Tendências* (1978), no Museu de Arte Moderna da Cidade do México (Fig. 2). Sensível à escalada da violência contra as mulheres naquele país, Mayer colocou-se, conscientemente, a partir daí, como ativista e precursora da arte feminista em seu país., conforme declarou em depoimento (2017, p. 37):

> Eu comecei a me chamar de artista feminista nos anos 1970 e continuo a fazê-lo porque, no México, o termo ainda é motivo de desconforto. Eu trabalhei no movimento feminista por alguns anos, mas minha luta sempre foi por meio da arte e no mundo da arte.

Para a execução dessa proposta de participação coletiva, a artista imprimiu em papel de carta da cor rosa uma frase incompleta, a exemplo de: "Como mulher, o que mais detesto sobre a cidade é....”; "Como você se defendeu ou se defenderia de alguém, no caso de assédio sexual?" Ou ainda: "Quando foi a primeira vez que foi assediada?", entre outras. Convidou 800 mulheres para relatarem casos de assédio sexual ou outro tipo de violência sofrido por elas, escrevendo-os nas referidas folhas de papel. Em seguida, a artista e suas auxiliares montaram esses depoimentos escritos por pessoas anônimas em papéis que foram fixados com prendedores de madeira no varal, composto por uma sequência de cordas paralelas, que iam sendo esticadas no sentido horizontal, em uma estrutura retangular, ao longo da exposição, à medida que aumentava o número de depoimentos. *El Tendedero*, obra *in progress*, cresceu e se modificou durante todo o evento, com a participação de mulheres de

todas as idades que visitavam o citado salão e escreviam espontaneamente depoimentos nas pequenas folhas de papel que encontravam sobre uma mesa, que em seguida eram inseridas no varal, formando um imenso painel.

Figura 2. Mónica Mayer, El Tendedero, 1978. Metal, corda, papéis de carta, com depoimentos de mulheres, vítimas de violência. Dimensões variadas

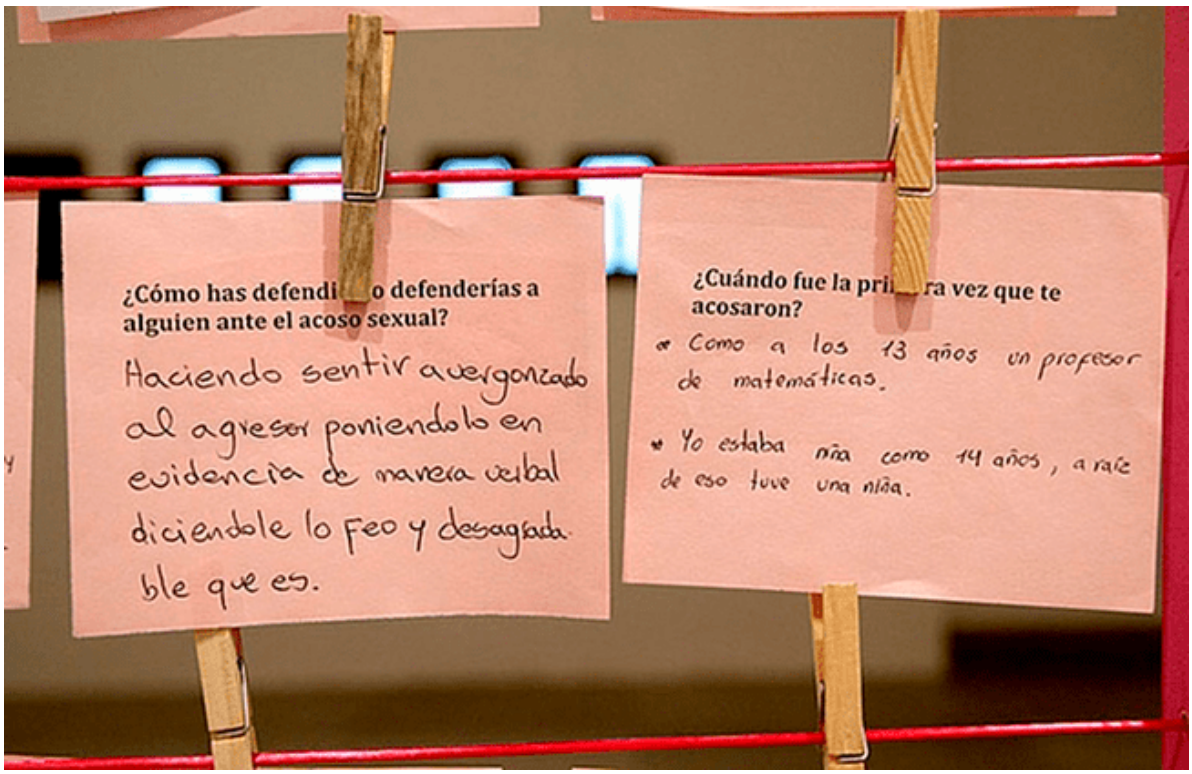


Fonte: El Tendedero. Disponível em: <https://www.el-tendedero.pintomiraya.com/index.php/70-s/item/5-el-primer-tendedero>. Acesso em: 12 out.2023.

Alguns dos relatos permaneceram inacabados, porque, ao escrevê-los, as mulheres se emocionavam e interrompiam o depoimento. Entretanto, na maioria dos casos parecem ter funcionado como uma espécie de catarse ou tentativa de exorcizar a dor da violência sofrida pelas autoras, que, por ter sido ocultada ou recalcada, por medo ou vergonha – até porque parte dos violadores continuou próxima das vítimas, sem que tivesse recebido qualquer punição –, deixou marcas profundas na vida dessas mulheres (Fig.

3). A maioria dos depoimentos foi de casos de assédio sexual, sofridos quando elas eram ainda crianças ou adolescentes, praticado por familiares, vizinhos, amigos, professores, religiosos. Alguns dos depoimentos mais chocantes foram digitalizados depois pela artista e enviados a feministas, autoridades e artistas de várias partes do mundo, através da rede de arte postal, visando criar frentes de discussão desses problemas, buscar os meios de combatê-los e reivindicar políticas públicas para coibi-los e leis severas para punir os violadores.

Figura 3. Mónica Mayer, *El Tendedero* (detalhe)



Fonte: El Tendedero.

Embora o México não vivesse na época (anos 1960/1970) oficialmente em regime de exceção, o período foi marcado por forte escalada da violência, com truculência, repressão e desarticulação dos movimentos estudantis e sindicais, com inúmeras prisões e execução de estudantes e trabalhadores, por parte da polícia e de grupos paramilitares. A violência contra as mulheres atingia também altos índices, com inúmeros casos de desaparecimento, estupro e de feminicídio, mais incisivamente em Ciudad Juarez e em toda a região de Chihahua, na fronteira com os Estados Unidos,

mas rapidamente se espalhou por todo o território mexicano, sendo que a maioria dos criminosos nunca foi identificada e punida.

Por outro lado, similarmente à maioria dos países da América Latina, a sociedade mexicana mantém longa tradição patriarcal e católica. Por essas e outras razões, a maioria dos casos de violência de gênero, machismo e misoginia eram silenciados ou ocultados, e não eram objeto de discussão, mesmo entre os intelectuais. As agressões físicas e morais, estupro, misoginia e feminicídio eram mantidos como assuntos tabu, inibindo as mulheres de delatarem seus agressores ou violentadores, por vergonha ou medo de acabarem sendo culpabilizadas pelos crimes praticados contra elas. Segundo Silva, Spolle e Freitas (2019, p. 114), a origem do ódio e dos casos de feminicídio remonta à década de 1960, quando a economia da Ciudad Juarez passou por grande transformação, época em que cessou também:

> [...] uma política que recrutava trabalhadores braçais para trabalhar legalmente nos Estados Unidos e a implementação de um regime que visava a instalação de grandes indústrias para a região, o que atraiu muitos imigrantes internos. Entretanto entre 1970 e 1980, a mão de obra da indústria local era em sua maioria feminina, ´mais barata e dócil` (que a masculina). Por conta disso, foram criadas novas disposições dos papeis de gênero naquela região, com a acentuação do desemprego para os homens e o engajamento de mulheres (principalmente de jovens), que assumiam novos papeis de mulheres trabalhadoras, relativamente independentes financeiramente e não somente donas de casa, esposas e mães (Silva; Spolle; Freitas, 2019, p. 114).

A partir a constatação de que muitos agressores são acobertados pelo silêncio, permanecendo impunes próximos às vitimas na forma de companheiros, vizinhos, amigos, a ativista e feminista Mónica Mayer decidiu agir, usando como estratégia uma proposta artística que conseguiu encorajar não apenas as mulheres vitimizadas a relatarem o crime e a denunciarem os agressores e violadores, mas mobilizou também diferentes instâncias sociais e políticas. Inúmeras personalidades se sensibilizaram e se mostraram indignadas com o aumento da violência de gênero, dando início a debates e campanhas de conscientização, manifestações públicas, entre outras ações. Reivindicaram, entre outras questões, a criação, no país, de políticas públicas e leis específicas, tanto para diminuir a violência de gênero quanto para que os assassinos e violentadores de mulheres sejam identificados e punidos com o devido rigor. Isso explica a razão de a legislação mexicana para esse

tipo de crime ser atualmente uma das mais rígidas do mundo, sendo que as estatísticas desse tipo de crime ainda se mantêm elevadas.[3]

Mayer seguiu, pouco depois da abertura do supracitado Salão, para Los Angeles (Estados Unidos), para cursar um mestrado em Sociologia da Arte no Goddard College, apresentando a dissertação denominada *Arte feminista: uma ferramenta política eficaz* (1980). Durante sua permanência naquele país, teve contato com destacadas feministas, que a convidaram a remontar o *Tendedero* naquela cidade, versão que gerou grande impacto no público feminino. Ao retornar ao México, a artista constituiu grupos de discussão de questões como violência doméstica e desigualdade de gênero, com colegas, professoras, intelectuais, visando conscientizar as mulheres para denunciarem os criminosos e expandirem o movimento feminista no México. Convidou também mais de 60 artistas mulheres para juntas constituírem um grupo focado na criação de arte feminista, mas encontrou muita resistência das artistas mulheres para se engajarem na proposta, recebendo adesão somente de Maris Bustamante (1949) e da fotógrafa Hermínia Dosal. As três criaram o coletivo *Polvo de Gallina Negra*, muito atuante ao longo de dez anos (1983-1993), criando e desenvolvendo ações públicas participativas bem-humoradas, algumas de grande alcance, por terem sido divulgadas na mídia televisiva, ironizando determinados ritos sociais impostos às mulheres, denunciando a violência de gênero e a sobrecarga de trabalho e os compromissos familiares que elas assumem enquanto profissionais, donas de casa, esposas e mães, mas que acabam sendo menosprezados ou ignorados pela maioria dos homens.

O *Tendedero* recebeu, ao longo de mais de 40 anos de existência, inúmeras versões, em vários países da América Latina e em diferentes cidades dos Estados Unidos, foi remontado a pedido de universidades, em eventos culturais realizados em museus, ruas, estações de metrô, de modo especial durante retrospectivas da artista. Em exposição realizada pela artista no MAUC – Museu Universitário de Arte Contemporânea da UNAM (2016), a artista recriou a obra, sendo que 7.500 mulheres, a maioria estudantes, colocaram depoimentos no

3 Na Colômbia a pena para crimes de estupro e de feminicídio é de 33 a 50 anos de reclusão; enquanto no México esse mesmo tipo de crime é punido atualmente com 45 a 65 anos de prisão. No Brasil, embora o estupro e o feminicídio sejam considerados crimes hediondos, as penas são bem mais brandas, variando de 12 a 30 anos de prisão – e nos casos de assédio sexual, importunação sexual, ato libidinoso e violência psicológica, as penas são ainda muito mais generosas.

varal. Convidada para realizar a primeira individual e remontar o *Tendedero* em Buenos Aires (2018), Mónica Mayer realizou pesquisa, antes da abertura da mostra, em que 93% das mulheres argentinas declararam ter sofrido algum tipo de assédio na rua. Remontou a instalação também em uma rua no bairro La Boca, e imprimiu nos cartões rosa a frase que deveria ser respondida pelas participantes: "Qual foi a primeira vez que a maltrataram ou a acusaram por ser mulher?". As menções mais frequentes foram: discriminação, desrespeito, gracejos e assobios, embora houvesse casos de violência doméstica e assuntos traumáticos, até então silenciados. Segundo Mayer (2018), o assédio sexual e o estupro sofridos por mulheres na infância ou na juventude "ainda são motivos de desconforto" e, portanto, relegados ao silêncio.

Graciela Gutiérrez Marx (1945), uma das pioneiras da arte experimental na América Latina, nascida e atuante em La Plata, na Argentina, ali executou uma proposta de mesma natureza das anteriormente citadas, embora com um sentido diferenciado. Batizada também com o nome *El Tendedero* (1984), a obra foi realizada pela artista argentina seis anos depois da proposta da mexicana e dezesseis anos após a da brasileira (Fig. 4).

Formada em escultura pela Escola Nacional de Belas Artes local, Graciela Marx foi apresentada à arte postal por Edgardo-Antonio Vigo (1928-1997), seu professor na academia, quando leu também as obras teóricas de Gillo Dorfles e Umberto Eco (1992), que, segundo a própria artista, modificaram radicalmente seu conceito de arte. O convite recebido de Horacio Zabala (1943), para participar de uma exposição de selos, organizada por ele na Holanda (1975) em parceria com Ulisses Carión (1941-1989), propiciou a Graciela Marx se inserir na rede internacional de arte correio, postando poesia concreta, poesia visual, poesia-processo, poesia de ação. Segundo a artista, era sempre com muita expectativa e curiosidade que ela abria as centenas de envelopes que chegavam a sua casa ou que retirava diariamente da Caixa do Correio.

A implantação da ditadura militar na Argentina (1976-1983) impôs cerrada perseguição e prisão a artistas. Temendo ter a correspondência violada – pois havia agentes do Serviço de Inteligência que atuavam com essa finalidade no Correio Central – e também que seu endereço fosse rastreado pela polícia, deixou de subscrevê-lo nos envelopes, mencionando apenas o número da caixa

postal. Mas o trabalho enviado por ela à *Última Exposição Internacional de Arte Correio* 75, organizada por Vigo e Zabala em Buenos Aires – o mesmo carimbo com que participara antes da exposição na Holanda – acabaria censurado. O selo representava uma pomba que remetia a uma mão estereotipada, similar ao ícone criado por José Lopez Rega (1916-1989), para fazer propaganda do governo na televisão.[4] No ano seguinte, Graciela Marx foi afastada e depois demitida da Escola de Belas Artes, onde era docente, "por não colaborar com o processo de reconstrução nacional". Perseguida e vigiada, ela e o filho pequeno mudavam constantemente de endereço. Pouco depois, Edgardo Antonio Vigo teve o filho Abel Luís (O Palomo), estudante da Escola de Belas Artes, assassinado e morto pelos militares, sendo que o corpo nunca foi encontrado.

Figura 4. Graciela Gutierrez Marx, *El Tendedero*, 1984 (trabalho coletivo). Artista e participantes, em frente à Escola de Belas Artes da Universidade Nacional de La Plata, Argentina. Corda, Prendedores de roupa, depoimentos escritos, fotografias, roupas de pessoas que foram presas e torturadas durante a ditadura militar. Dimensões variadas.

Fonte: Madreselva. Disponível em: <https://revistamadreselva.com//126/graciela-1>. Acesso em: 12 out. 2023.

4 Lopez Rega, conhecido como O *Bruxo*, por seu poder de articulação dos interesses da direita, havia sido ministro do Bem-Estar no governo de Isabel Perón. No governo ditatorial, foi o Comissário Geral da Polícia Federal Argentina e fundador do grupo de extermínio Aliança Anticomunista (Triple A). Em 1975, Lopez Rega articulou com o ministro das Finanças, Celestino Rodrigo, um plano econômico liberal que provocou aumento incontrolado de preços, e gerou forte reação popular, causando sua demissão e fuga para a Espanha. Lopez Rega seguiu depois para os Estados Unidos, onde passou dez anos. Em 1986, foi extraditado para a Argentina, indiciado e preso por conspiração, sequestro e morte de inúmeras pessoas, morrendo na prisão em 1989.

A pressão psicológica gerada pelo regime abalou os artistas e amigos Graciela Marx e Edgardo Vigo, que permaneceram enclausurados em casa como mortos-vivos (expressão da artista) e sem alento para trabalhar. Em agosto de 1977, Edgardo Vigo propõe a Graciela trabalharem em dupla, constituindo a sociedade artística (G.G. Marx Vigo) que se manteve atuante até a abertura política em 1983. Durante esse período produziram mensagens de denúncia (muitas delas indagando sobre o desaparecimento e o paradeiro de Palomo), edições marginais de poesia visual, selos e gráfica alternativa, xilogravura e carimbos, que circularam na rede de arte postal. Graciela Marx desenvolveu paralelamente alguns projetos voltados para a participação coletiva, que tiveram por tema sua própria mãe.

Após o restabelecimento da democracia, Graciela tornou-se uma das mais engajadas contestadoras da ditadura militar argentina, realizando ações de forte conotação política. *El Tendedero* (1984-85) foi montado, inicialmente, em frente à Escola Superior de Belas Artes da Universidade Nacional de La Plata, tornando-se a primeira intervenção urbana realizada naquela cidade, mas acabou sendo repetida depois em outras localidades. O alunado e o público em geral, até então impedidos de se manifestar, participaram da criação de um imenso poema coletivo que consistiu em colocar nesse varal depoimentos escritos, fotografias, roupas, documentos e objetos, relatando e denunciando episódios de violência sofridos por eles próprios, por familiares ou amigos. Essa memória, até então silenciada, era agora escancarada para que o período de terror não caísse no esquecimento e não se repetisse. Para realização e manutenção desse e de outros eventos coletivos em várias localidades argentinas, a artista fundou a *Compañia de la Tierra Malamada*, depois transformada *na Compañia de la Tierra Bienamada*, aberta democraticamente a todos os interessados em participar da criação de poemas coletivos, como forma de denúncia e de resistência.

Considerações finais

Pautadas numa posição de resistência, transgressão e contraposição à repressão, à censura e ao cerceamento da liberdade pelos regimes militares dos respectivos países, as propostas aqui apresentadas distanciaram-se

da matriz europeia e norte-americana, e atestam que "a arte classifica e desclassifica, arruma e perturba, ordena e desordena, estrutura e desintegra o mundo em suas representações e manifestações". E defende que é também "a obra de arte política que recoloca a questão da arte no centro do debate e do espaço público" (Gucht, 2014, p. 43-44).

Embora de natureza efêmera e elaboradas com materiais precários e sem o propósito de gerar um produto final que as perpetuasse, essas propostas cumpriram significativo papel político-crítico, repercutindo muito além das fronteiras locais, mediante a veiculação de documentos gerados ao longo de sua execução com a participação interativa do público (esboços das propostas, textos, frases e fotografias). Desenhos, fotografias, poemas, frases e outros documentos gerados durante a execução dessas ações foram serializados com o auxílio das tecnologias então disponíveis, como as máquinas eletrostáticas, e postos em circulação na rede de arte postal, recebidos por pessoas de inúmeros países. Essa rede democrática e *underground* possibilitou a troca de informações com artistas de todas as partes do mundo, envio de mensagens de solidariedade a artistas presos, ou de denúncia à perseguição, à tortura e ao desaparecimento de presos políticos, durante os regimes autoritários na América Latina. Se essa documentação não encontrou, então, acolhida nas instituições culturais oficiais, por não ter valor comercial e por se distanciar dos produtos estéticos tradicionais aceitos e veiculados por museus e galerias, ironicamente, tanto esses registros como as próprias propostas passaram, mais recentemente, a ser disputados por colecionadores, ou acabaram adquiridos para integrar os acervos de importantes instituições museológicas.

Referências

ARANTES, Otília B. F. Depois das Vanguardas. *Arte em Revista*, v. 5, n. 7, p. 5-23, 1983.

BAKHTIN, Mikail. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BOURIAUD, Nicolas. *Radicante; por uma estética da globalização*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ECO, Umberto. *La obra abierta*. Barcelona: Planeta, 1992.

GUCHT, Daniel V. *L'Expérience politique de l'art*. Bruxelles: Les Impressions Nouvelles, 2014.

MARCHÁN FIZ, Simón. *Del arte objetual al arte de concepto* (1960-1972). Madrid: Akal, 1994.

MARGUTTI, Mário. *Do poema visual ao objeto-poema: a trajetória de Neide Sá*. Rio de Janeiro: Lacre, 2014.

MARGUTTI, Mário. *Transcrição Matizes do Brasil. Episódio Neide Sá*, 2014. Disponível em: <http://cdn.avivavod.com.br/vodlab/pt/dialogos/50979_Trancrição_Neide_Sa_MATIZESdo_BRASIL.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.

MAYER, Mónica; PEÑA, Julia A.; ROSA, María Laura. Arte feminista e "artivismo" na América Latina: um diálogo entre três vozes. In: FAJARDO-HILL, C.; GIUNTA, A (cur.). *Mulheres Radicais*: arte latino-americana, 1960-1985. Los Angeles-São Paulo: Universidade da Califórnia/ Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2017-2018. p. 37-41.

OITICICA, Hélio. Esquema geral da Nova Objetividade. In: FERREIRA, G.; COTRIM, C. (org.). *Escritos de Artistas anos 60/70*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967, p. 154-168.

RAMÍREZ, Mari Carmen. Táticas para viver da adversidade. O conceitualismo na América Latina. *Arte & Ensaios*, v. XIV, n. 15, p. 184-195, 2007.

SCHWARTZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SILVA, Carolina; SPOLLE, Marcus V.; FREITAS, Amilcar. O feminicídio no México, Costa Rica e Brasil: Algumas considerações. NORUS – *Novos Rumos Sociológicos*, v. 7, n. 11, p. 110-132, 2019.

Este livro foi composto em Lora e
Yeseva One pela Editora Antíteses.

O estudo da História tem se mostrado cada vez mais fundamental para compreendermos as complexas relações sociais e políticas que moldam o mundo contemporâneo. Por meio dela, refletimos sobre os processos de transformação que influenciam nossas instituições, crenças e comportamentos. Além disso, a análise histórica nos permite entender as estruturas de poder, as lutas por direitos e as dinâmicas culturais que definem as sociedades ao longo do tempo. É nesse espírito de investigação e reflexão que o Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) se consolidou ao longo de mais de duas décadas como um espaço de excelência na formação acadêmica e na produção de conhecimento historiográfico. A obra que o leitor tem em mãos celebra justamente os 20 anos de existência do PPGHis/Ufes, um ambiente dedicado à formação de mestres e doutores e à produção historiográfica de alta qualidade. Mais do que uma homenagem ao percurso acadêmico do PPGHis/Ufes, este livro propõe um diálogo crítico sobre os rumos futuros da pesquisa histórica. Assim, além de seu valor simbólico e comemorativo, a obra reflete a crescente diversificação da historiografia brasileira, que, felizmente, vem se expandindo para além das universidades de grande porte.

978-65-83142-02-3